



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde
na Infância e na Adolescência



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

Mariana Parro Lima

A CRIANÇA EM ABRIGOS:
A Proteção e o Cuidado de Bebês em Acolhimento Institucional

Guarulhos

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

Mariana Parro Lima

A CRIANÇA EM ABRIGOS:

A Proteção e o Cuidado de Bebês em Acolhimento Institucional

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas

Guarulhos

2019

Lima, Mariana Parro.

A criança em Abrigos: a proteção e o cuidado de bebês em acolhimento institucional/Mariana Parro Lima. – Guarulhos, 2019.

157f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

Orientador: Marcos Cezar de Freitas

1. Educação e Saúde 2. Infância 3. Abrigo 4. Proteção I. Freitas, Marcos Cezar de. II A criança em Abrigos: a proteção e o cuidado de bebês em acolhimento institucional.

MARIANA PARRO LIMA

A criança em Abrigos: a proteção e o cuidado de bebês em acolhimento institucional.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas

Aprovado em: ____/____/____

Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. João Clemente de Souza Neto
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Marcus Vinicius Palmeira Silva
Universidade de Guarulhos

Profª. Dra. Bruna Breda
Universidade Federal de São Paulo

Profª. Dra. Célia Regina Batista Serrão
Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Marcos Cezar de Freitas, agradeço pelos ensinamentos, compartilhamentos e pela confiança. Meu imenso respeito e admiração pela sua trajetória acadêmica.

Meus agradecimentos pela contribuição da banca do exame de qualificação, Prof. João Clemente de Souza Neto e Prof. Cleber dos Santos Vieira, pelos direcionamentos e provocações.

À todas as crianças e mães personagens desta pesquisa, em especial Beth e Carol, com as quais aprendi tanto sobre resiliência.

Manifesto ainda minha gratidão à toda equipe da Casa do Bom Menino, que me acolheram com tamanho carinho, em especial à Thais, Larissa, Simone, Karina, Ane, Ana, Danielle, Cristina, Érika, Cintia, Gabriela, Glaucia, Wagner, Elson, Nair, Bianca, Geralda, Eliete, Carmélia, Valdete, Lourdes, Nice.

Patricia da Matta, que pelo seu comprometimento com as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade social, me provocou a adentrar nesse mundo singular do abrigo, sendo ponte para que esta pesquisa tivesse um cenário concreto para estudo.

Carlos, Ivone e Daniel, minha família, pelo apoio, amor e incentivo de sempre, e por compreender minhas faltas e momentos de reclusão.

Vitor, meu marido, pela parceria, companheirismo e cuidado; por possibilitar uma caminhada mais tranquila e próspera diante do desafio de se fazer pesquisadora.

Alice, minha filha, que veio ainda em meio ao meu mergulho em tanta delicadeza e dureza humana, me trazendo conforto e sentido para além da crítica realidade que ali observava.

*Através da criança – de como a sociedade a concebe, a molda e regula seu destino –
apreendem-se certos traços que marcam a trajetória de uma nação.
(Irene Rizzini, 2011)*

Resumo

Esta pesquisa trouxe a reflexão sobre a proteção de bebês em situação de acolhimento institucional. Trata-se de um estudo de inspiração etnográfica que, ao analisar a situação concreta de 12 bebês identificados em instituição de acolhimento do município de Piracicaba, no período de 2015 a 2017, buscou captar as relações e interações que ali ocorriam para, então, evidenciar as tramas por elas suscitadas, aproximando as complexidades e contradições existentes, tanto na realidade da institucionalização de bebês e crianças pequenas, quanto no discurso que a ampara. O objetivo central da pesquisa foi investigar como a experiência de abrigamento de crianças ressignifica em termos atuais o sentido social da palavra proteção e, como desdobramento disso, procurou desvelar o sentido de proteção que permeia experiências concretas de institucionalização. Para tanto, utilizou-se como principais referenciais teóricos os autores Fúlvia Rosemberg, Erving Goffman e Robert Castel. Foram discutidos os sentidos de proteção e cuidado empregados pelos diferentes atores no cenário de pesquisa e que, no atual contexto, são aspectos estruturantes do atendimento às crianças pequenas, quando afastadas de seus pais biológicos. Buscou-se contribuir com os estudos da infância, explorando o tema da ressignificação do abrigamento de crianças como forma social de proteção e cuidado, e que expressam não somente aspectos institucionais, mas também uma perspectiva para pesquisar a construção social da responsabilidade sobre a criança. A instituição estudada mostrou alguns caminhos possíveis quando a preocupação com a criança e seus familiares torna-se o foco das práticas e ações em meio ao abrigamento. A pesquisa revelou que, na prática, pouco se tem conseguido caminhar no que se refere ao trabalho com as famílias de origem, aquelas em extrema condição de vulnerabilidade social. Há uma complexidade própria somente observável quando observadas “de perto”. Analisando suas ocorrências, é possível desconstruir a ideia de uma naturalidade que acompanha as representações de estrutura social como algo natural e em progressiva marcha para assistir a todos. Foi possível concluir que os serviços disponíveis são precários, não havendo investimento por parte do poder público em novas metodologias de cuidados alternativos ou de serviços de prevenção ao abandono.

Palavras-chave: Instituição de Acolhimento; Abrigo; Bebê; Criança Pequena; Proteção.

Abstract

This research brought the reflection on the protection of babies in institutional foster care. This is a study of ethnographic inspiration that, by analyzing the concrete situation of 12 babies identified in a host institution in the municipality of Piracicaba, from 2015 to 2017, sought to capture the relationships and interactions that occurred there, then, to highlight the plots they raise, bringing together the complexities and contradictions that exist, both in the reality of the institutionalization of babies and young children, and in the discourse that supports it. The main objective of the research was to investigate how the experience of child shelter re-signifies, in current terms, the social meaning of the word protection and, as a result of this, sought to unveil the sense of protection that permeates concrete experiences of institutionalization. For that, the main theoretical references were the authors Fúlvia Rosemberg, Erving Goffman, and Robert Castel. The senses of protection and care employed by the different actors in the research scenario were discussed and, in the current context, are structuring aspects of the care of young children, when removed from their biological parents. We sought to contribute to childhood studies, exploring the theme of resignification of child shelter as a social form of protection and care, and which express not only institutional aspects, but also a perspective to research the social construction of responsibility on children. The studied institution showed some possible ways when the concern with the child and his family becomes the focus of the practices and actions in the shelter. The research revealed that, in practice, little has been achieved in terms of working with families of origin, those in extreme conditions of social vulnerability. There is a complexity of its own only observable when observed "closely." Analyzing their occurrences, it is possible to deconstruct the idea of a naturalness that accompanies the representations of social structure as something natural and in a progressive march to assist everyone. It was concluded that the services available are precarious, with no investment by the government in new alternative care or abandonment prevention services methodologies.

Keywords: Host Institution; Shelter; Baby; Child; Protection.

Lista de Abreviações

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEI – Centro de Educação Infantil (neste trabalho, esta denominação refere-se à casa que acolhe os bebês e as crianças pequenas na instituição de acolhimento estudada).

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Crami – Centro de Regional de Atenção aos Maus tratos na Infância

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DNCr – Departamento Nacional da Criança

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-estar do Menor

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família

NEIs – Núcleos de Educação Infantil

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNBEM – Política Nacional de Bem-estar do Menor

PIA – Plano Individual de Acolhimento

PPP – Plano Político Pedagógico

SAM – Serviço Nacional de Assistência a Menores

Semdes – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Sumário

Introdução.....	11
Pesquisas sobre a criança em Instituição de Acolhimento.....	23
Capítulo 1. Proteção e as Questões Sociais: a construção social de um estado de exclusão.....	31
Sociedade salarial e a inauguração de um estado de exclusão.....	34
Desqualificação social e a experiência de um estigma.....	42
Capítulo 2. Geração, responsabilidade e ética na atenção às crianças pequenas.....	52
Geração, Cuidado e alteridade.....	55
A noção de responsabilidade e a ética na atenção aos bebês.....	63
Um olhar atento ao corpo institucionalizado.....	69
Capítulo 3. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as leis que amparam a proteção e o cuidado da criança pequena.....	76
Compreendendo a cultura da institucionalização no Brasil.....	78
Outras possibilidades para o acolhimento de bebês e crianças empobrecidas.....	86
Capítulo 4. A instituição de acolhimento: cenas que desvelam sentidos da proteção...	95
O corpo e as marcas da negligência: cenas que revelam os motivos de estar abriga.....	102
" <i>Quem protege é o Governo, eu cuido</i> ": (en)cena(ação) sobre a distinção entre proteção (Estado) e cuidado (sociedade).....	114
"Aqui a gente cuida melhor" - A perspectiva das educadoras sociais: normas e condutas como rituais de proteção.....	121
O cenário ao redor: olhares estigmatizantes sobre uma criança abrigada.....	127
Considerações Finais: o quanto ainda precisamos percorrer.....	133
Referências.....	136
Anexos.....	145

INTRODUÇÃO

A demarcação das etapas da vida não se situa apenas no plano simbólico, mas participa da estruturação da sociedade, inclusive da economia. O reconhecimento social dessas especificidades pode gerar o reconhecimento de necessidades, que podem ser tratadas como direitos, orientar políticas públicas, delimitar recursos orçamentários, abrir nichos no mercado de trabalho e de consumo, gerar instituições específicas, legislação, produção de conhecimento.

(Fúlvia Rosenberg, 2015, p. 202).

Esta pesquisa abordou a situação de bebês e crianças pequenas¹ em abrigos.

Como questão norteadora, fez-se necessário, desde o início, compreender o que é o bebê e qual o seu (não) lugar em nossa sociedade. Para tanto, utilizo como referência os estudos de Fúlvia Rosenberg, importante pesquisadora e militante assídua na luta pelos direitos dos bebês, com o intuito de **colaborar com o reconhecimento social das crianças pequenas para**, como menciona a autora, **“gerar o reconhecimento de necessidades” singulares a esta etapa da vida.**

Os documentos nacionais, que definem e orientam as políticas e práticas de instituições que atendem crianças, declaram bebê os indivíduos de 0 a 3 anos de idade. Posto isso, é possível notar a presença quase nula destes nos cenários públicos. Pouco se vê dos bebês circulando com adultos pelos transportes públicos ou socializando em parques e praças urbanas. O espaço público para estes acaba se restringindo às creches e, mesmo assim, apesar do direito à educação infantil gratuita garantido nos principais documentos legais em vigor (Constituição Federal de 1988, Estatuto da criança e do Adolescente de 1990 e Lei das Diretrizes e Bases de 1996), ainda se nota a falta de vagas para atender essa população.

¹ A denominação criança pequena refere-se às crianças de zero a seis anos e é amplamente utilizada por pesquisadores na área das ciências humanas, principalmente da educação, exatamente para demonstrar que, dentro da categoria criança, existe uma parcela ainda hoje esquecida e não referenciada pelas pesquisas e políticas públicas voltadas para a infância. Expressa, assim, um campo de luta e resistência e, por esse mesmo motivo, resolvi aqui utilizá-la. Ver Prado (1998);

É sobre essa invisibilidade que Rosenberg (2015) discursa em audiência pública do Tribunal de Justiça de São Paulo, ao considerar São Paulo uma cidade hostil para os bebês, contestando o desinteresse pela vida social dos bebês frente às políticas públicas insuficientes, mesmo quando estão postos pela legislação brasileira seus direitos enquanto cidadãos.

Destaco, pois, que há uma dívida brasileira e paulistana para com as crianças pequenas, para com os bebês e que ela não decorre apenas da desigual distribuição de rendimentos pelos segmentos sociais, mas também da desigual distribuição dos benefícios das políticas sociais, desigualdades sustentadas por gastos *per capita* nitidamente inferiores para crianças, particularmente para aquelas de zero a três anos (ROSEMBERG, 2015, p. 211).

Desta forma, com a desigual distribuição de benefícios, os bebês ficam resguardados em casa com seus responsáveis, muitas vezes sem apoio ou auxílio para este cuidado. Fica a impressão de que, no Brasil, as crianças pequenas estão relacionadas às questões da esfera privada e não do poder público.

Isso se agrava ainda mais, pois as políticas públicas voltadas para os bebês e as crianças pequenas estão fragmentadas entre os diferentes órgãos federais, estaduais e municipais e, como indagou Rosenberg (2006), apresentam “a tensão entre os direitos à proteção e os direitos à autonomia, norteadas mais pelos direitos individuais que pelos coletivos” (p. 52).

Sem a clareza necessária para compreender como proteger os bebês sem violar seus direitos, observam-se, cada vez mais, intervenções que colocam em dúvida a real intenção de manter o bem-estar físico, emocional e social dos mesmos.

Esta tensão observada e evidenciada nos estudos que se debruçam sobre as questões sociais da pequena infância conduziu também a reflexão aqui proposta sobre a proteção de bebês em situação de acolhimento institucional.

Desenvolveu-se, então, a análise sobre a situação concreta de 12 bebês² que foram identificados em instituição de acolhimento do município de Piracicaba. Trata-se de um estudo etnográfico que, ao adentrar num abrigo, buscou captar as relações e interações que ali ocorriam para, então, evidenciar as tramas por elas suscitadas, aproximando-me das complexidades e contradições existentes, tanto na realidade da institucionalização de bebês e crianças pequenas, quanto no discurso que a ampara.

² Este grupo de bebês, com idades de 0 a 3 anos, foi se constituindo ao longo dos 15 meses em que estive pesquisando no Abrigo, permitindo observar a experiência da chegada e da partida de alguns destes.

Assim, o objetivo central da pesquisa foi **investigar como a experiência de abrigamento de crianças ressignifica em termos atuais o sentido social da palavra proteção e**, como desdobramento disso, a pesquisa procurou **desvelar o sentido de proteção que permeia experiências essas concretas de institucionalização**.

O interesse sobre a infância, ou a percepção da importância de se falar sobre as diferentes experiências de infância, é crescente desde a década de 1980 (ROSEMBERG, 1976; FERNANDES, 1979; CHAMBOREDON e PREVOT, 1986). Nota-se que, desde então, ocorre um processo de reorganização conceitual que singulariza a criança pequena e também o tema infância.

No mesmo contexto histórico em que se multiplicavam os estudos de infância, emerge com força, resultado de muitas lutas políticas, o tema da proteção integral à criança, empenho materializado na aprovação de leis e normas que englobam várias áreas como saúde, educação, tutela, adoção, entre outras. A institucionalidade atual dos abrigos decorre da Constituição Brasileira de 1988 que, juntamente com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, inaugura um novo direcionamento para o cuidado e a educação de jovens e crianças, passando de um modelo correccional, repressivo e assistencialista, para a compreensão da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos.

Porém, o abrigo é uma instituição que, como aponta Nilmário Miranda (2004)

[...] se funda em raízes histórico-culturais que remetem à formação da sociedade brasileira e a certas representações acerca da criança e da família pobre que, apesar de constituírem velhos paradigmas, ainda subsistem e prevalecem fortemente no fazer cotidiano das entidades de atendimento e no de muitas organizações que compõem o chamado Sistema de Garantia de Direitos (p.12).

A história brasileira sobre a proteção à infância destaca o quanto as casas de acolhimento infantil constituíam um lugar no qual crianças traziam marcas do abandono, de maus tratos, do descaso, da privação, revelando, ainda, marcas socialmente construídas, o estigma da criança pobre, marginalizada.

Ao analisar as ações pioneiras de atendimento à criança no Brasil, Suzana Libardi (2016) relata a emergência da noção de proteção no país, assim como a compreensão do trato público dado à criança a partir do Brasil República, sustentando que as primeiras ações de atendimento foram destinadas às crianças abandonadas, deixadas, muitas vezes, à porta de residências ou igrejas.

A autora reforça a presença de um “perfil” comum dessas crianças, sendo, já naquela época e em sua maioria, abandonadas devido à condição de pobreza dos pais, que viam no abandono uma possibilidade de que estas pudessem ser cuidadas em condições materiais mais favoráveis.

Mesmo com os avanços observados nas últimas décadas, Rizzini e Rizzini (2006) apontam que são essas mesmas razões que, ainda hoje, envolvem a institucionalização de crianças e adolescentes, apresentando “mudanças ainda pouco compreendidas” (p. 16). Dessa forma, com o advento das novas leis de cuidado e proteção à infância e à adolescência, indica-se a necessidade da ressignificação dessas instituições e das práticas que as envolvem.

Para isso, a realidade dos abrigos deve ser conhecida de perto e por dentro para que se torne possível compreender a construção social do sentido de proteção que atribuímos a essa experiência e sua repercussão na vida de bebês e crianças pequenas.

Conceitos como negligência, vulnerabilidade, incapacidade e alienação parental envolvem e significam o abrigamento e, por esse motivo, foram também discutidos ao longo desta tese, com o intuito de refletir sobre o tema proteção para que outros arranjos sejam possíveis quando nos referirmos ao cuidado e à responsabilidade sobre a criança.

Tornou-se possível, então, favorecer o adensamento da crítica às opções de garantia da integridade física e emocional da criança com base na dramática situação de separação e segregação que resulta da intervenção da autoridade judicial no cotidiano infantil. Compreende-se a importância de reconhecer essas rupturas vivenciadas pelo bebê, ainda tão pequeno, atentando-se para o papel dos vínculos afetivos no desenvolvimento de todo e qualquer ser humano.

Esta pesquisa reconhece que também foi necessário levantar os muitos sentidos que a palavra proteção tem recebido historicamente, antes e para além do sentido que encontramos nos atributos atuais do abrigamento.

A instituição abrigo e as experiências de abrigamento têm sido objeto de estudo de pesquisadores da Pedagogia Social, campo em ampla construção no Brasil, e de autores que têm proporcionado o diálogo interdisciplinar entre os campos da Educação, do Serviço Social, das Ciências Sociais e do Direito.

Enquanto Teoria Geral da Educação, a Pedagogia Social traz como intenção o desafio de envolver as relações pedagógicas entre as pessoas nos espaços públicos e coletivos, para prover e dar significado a sua existência. Em contraponto com a Pedagogia Escolar, a Pedagogia Social surge no século XIX “como resposta às exigências da educação de crianças e adolescentes (mas também de adultos) que vivem em condições de marginalidade, de pobreza, de dificuldades na área social” (CALIMAN, 2009, p. 58).

Reconhecendo a distância entre a educação oferecida nas diferentes estruturas sociais, reivindicam-se novas práticas pedagógicas que possam contribuir para a diminuição das desigualdades sociais. Este novo direcionamento acentua o debate sobre como cuidar e modificar a situação desfavorável que permeia a vida de inúmeros brasileiros, entre eles, mulheres e crianças pequenas.

Pesquisando crianças e jovens de rua, moradores da cidade de São Paulo, em busca de uma possível Pedagogia Social de rua, Graciani (2005) levanta questões sobre a marginalidade urbana e o quanto a renda familiar determina o modo de vida da população, afirmando que “os efeitos da pobreza aparecem em forma de cascata ao se reproduzir por gerações, numa perspectiva, senão de perpetuação, mas de multiplicação, que se materializa nas formas e estilos de vida que assumem as sucessivas gerações de famílias pobres” (p. 25).

Pobreza e marginalidade, termos que se confundem e se complementam diante dos discursos que envolvem a realidade de crianças que, por motivos alheios, são separadas de suas famílias e levadas para instituições, passando a ser cuidadas e observadas por órgãos do Estado.

No Brasil, Roberto da Silva, importante pesquisador e conhecedor da situação de crianças e adolescentes institucionalizados, relata não apenas a história de jovens sob pena de privação de liberdade, mas também sua trajetória pessoal e defende que o processo de institucionalização é parte do processo de socialização, implicando em historicidade e controle: “O processo de institucionalização é, por conseguinte, um processo de redução do indivíduo aos mecanismos de controle social” (SILVA, 2001, p. 150).

Ao tratar do sistema prisional brasileiro, o autor faz uma reflexão acerca da institucionalização em geral e, desta forma, destaca sentidos e significados que foram sendo construídos na realidade cultural brasileira. Roberto da Silva transita pelos campos da educação, do serviço social e do direito a fim de, neste diálogo, encontrar possibilidades de modificar esse cenário na realidade de crianças e jovens brasileiros.

É com esse mesmo propósito que esta tese buscou **refletir sobre o abrigamento de bebês e crianças pequenas, recolhendo referências no campo da educação e da saúde, acrescentando uma outra perspectiva para os estudos sobre a institucionalização e a responsabilidade social sobre a criança.**

Os estudos sociais da infância têm ocupado um espaço significativo no cenário internacional, por propor o importante desafio teórico-metodológico de considerar as crianças atores sociais plenos (SIROTA, 2001; SARMENTO, 2003; PROUT, 2010; QVORTRUP, 2010; CORSARO, 2011). Como indica Corsaro (2011), as crianças são responsáveis por suas infâncias e, logo, têm uma participação social bilateral: afetam e são afetadas pela sociedade.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, a criança e o adolescente desvalidos se tornam sujeitos de direito pela primeira vez na história (MARCÍLIO, 2001). Entretanto, isso não garante à criança um lugar de destaque nas negociações acerca das relações entre esta e a sociedade, como salienta Freitas (2001) com o debate sobre as representações da infância que, muitas vezes, voltam-se contra ela, por estarem atreladas às imagens da criança elaboradas pelas Ciências da Educação, da Saúde, do Direito, da Economia, entre outras.

Graciani (2013) faz uma reflexão sobre as visibilidades e invisibilidades do ECA em mais de 20 anos de vigência e aponta que

A criança e o adolescente têm o direito de expressar sua opinião e formular seus próprios juízos sobre todos os assuntos relacionados com eles mesmos, em função de sua idade e maturidade. No entanto, esta dimensão do novo paradigma ainda está longe de acontecer diante das famílias, professores, policiais, transeuntes, seja de forma escrita ou impressa, ou por meio das artes ou qualquer outra forma (p. 556).

Esse foi também o desafio proposto nesta tese: **ouvir, observar e saber compreender o que nos dizem as crianças pequenas quando em meio à realidade do abrigamento.** Se colocar no lugar não apenas de fala, mas também de escuta do bebê é abrir-se para o desconhecido, o inesperado, estando atento ao que é, muitas vezes, imperceptível, estranho aos olhos de um adulto.

Pode-se notar a multiplicação de estudos sobre infância com foco na creche e na pré-escola, com crescente espaço para a reflexão sobre a construção social e cultural dessas instituições. Alguns trabalhos desafiam observar outros cenários como a rua, os parques públicos, os assentamentos, as comunidades populares, hospitais e instituições de abrigo (FERNANDES,

1979; COHN, 2000; FRAGA, 2008; GOBBI e FINCO, 2011, FEITOSA, 2011; ALMEIDA *et al.*, 2011; PAULA e FILHO, 2012). Esses outros espaços também revelam a construção social e cultural da infância e, neste estudo, tornou-se palco para a pesquisa com os bebês.

Maurício da Silva (2012), ao reafirmar a difícil arte de cuidar do corpo das crianças nos Núcleos de Educação Infantil (NEIs), faz um alerta sobre as marcas das desigualdades socioculturais que se materializam no cotidiano das escolas, marcas estas que instigam novas perspectivas, deslocando minha atenção para o contexto do abrigo, no qual os corpos também são educados, treinados e disciplinados por meio da rotina que normatiza os tempos fixos.

Este estudo repousou sobre a **perspectiva relacional para a compreensão do corpo subjetivo, mergulhado em realidades distintas, e a apreensão da representação daquilo que lhe atravessa, lhe afeta**. Pensar a proteção é aproximar-me do cotidiano das instituições onde esta acontece; afinal, é ali, naquele contexto, que a vida se explica, onde os significados estão sendo construídos, desconstruídos e reconstruídos, a partir dos gestos, do corpo, com o outro.

Portanto, evidencia-se que, quando feridas em alguns de seus direitos, crianças são afastadas de suas famílias, sendo levadas para instituições de abrigo. O cuidado dessas crianças passa, então, a ser realizado por outras pessoas, que não a família.

Desde os primeiros movimentos desta pesquisa, foi possível perceber que, mesmo com os esforços para preservar os vínculos familiares, muitas vezes a reintegração à família de origem deixa de ser possível e o abrigamento acaba sendo a opção, ao menos provisoriamente, para preservar os direitos fundamentais a que uma criança faz jus. Dessa forma, consolidamos a percepção de que instituições como o abrigo são essenciais às garantias de proteção à criança.

Compreendendo que as noções de infância e de criança são construídas socialmente e se modificam dependendo da situação – pedagógica, médica, jurídica, salarial –, o encontro com os bebês em situação de abrigamento caracteriza um cenário particular, único.

Inicialmente, a observação dos bebês nesse espaço e tempo determinados e o acompanhamento das interações com outros atores foi o que deu sentido a este estudo. Tornou-se possível perguntar: qual a percepção de infância dentro do abrigo? Como os bebês

são acolhidos e protegidos? Por que e de quem estão sendo protegidos? Essas foram algumas das indagações que conduziram o estudo aqui proposto.

Em “História social da infância no Brasil”, Freitas (2001) relata a construção social da infância em nosso país, resgatando o surgimento das instituições de acolhimento para crianças. Nessa obra coletiva, é possível notar que essas instituições, desde muito tempo, estão presentes na história de vida de crianças pobres, deficientes, marginalizadas, abandonadas, órfãs. É como se fossem o ponto final (ou de recomeço, já que estamos falando de criança e infância) para aqueles não “bem-vindos” na sociedade.

Com a intenção de fazer uma análise acerca do significado atual da proteção de crianças em acolhimento institucional, o primeiro capítulo desta tese, intitulado *Proteção e as Questões Sociais: a construção social de um estado de exclusão*, traz, como ponto de partida, a compreensão do histórico da noção de proteção como responsabilidade institucionalizada e pública.

Isso diz respeito a um primeiro passo relacionado à criação de um Estado que tem como dever proteger seus cidadãos. É imprescindível se perguntar em que momento torna-se necessário promover a seguridade social e quem são aqueles que devem ser protegidos. Em análise densa sobre a questão social na França, o sociólogo Robert Castel (1998) expõe seus argumentos acerca da desagregação da sociedade salarial, demonstrando, desta forma, que é o trabalho que organiza o direito social, a seguridade social e a sociedade moderna.

Procurei apreender os sentidos que a palavra proteção ganhou ao longo dos anos e como proteger muda de significado, dependendo de quem se afirma protetor ou necessitado de proteção. Pensar o momento e o contexto histórico em que foi se inscrevendo a criação do chamado Estado Social permite se aproximar das características que inauguram os fenômenos que levaram tantos cidadãos à margem da sociedade, à exclusão.

E quando atingem este patamar, às margens, como ficam os, então, desqualificados, como sugere Serge Paugam (2003)? Se cabe ao Estado o dever de protegê-los, como este o faz? Neste momento, se compreende a necessidade de instituições para lidar com essa demanda, cada vez mais crescente na sociedade salarial. São centros de serviços sociais, casas de acolhimento, hospitais, organizações não governamentais, órgãos que buscam normatizar o bem-estar social. Criam-se instituições responsáveis pelo cuidado e bem-estar daqueles que,

por si só, não dão conta de prover sua segurança e condições suficientes para uma qualidade de vida em sociedade.

Como relata Wanderley (2000), existem personagens sociais que ainda se encontram silenciosos, ou melhor, silenciados, nos estudos sobre a desigualdade e a questão social, “tais como, crianças e adolescentes, idosos, doentes, analfabetos, os milhões de brasileiros ‘clandestinos’” (p. 134), temáticas para as quais se podem notar progressos inegáveis nos últimos anos, mas seguidos por evidentes regressões. O autor traz à tona a importância de estudos que busquem olhar para as crianças, incluindo-as no debate sobre a questão social.

Nesse debate, a atenção a outro ponto se fez necessária: compreender o cuidado geracional que envolve a criança. Nos últimos anos, vem-se questionando a ideia da criança como potencialidade, promessa, um vir a ser, adulto futuro, ideia essa que deixa a criança em segundo plano, à espera de uma vida que virá. Esta mudança na compreensão da infância se dá quando, segundo Muñoz (2006),

se acepta que la infancia constituye una parte permanente de la estructura social que interactúa con otras partes de esa estructura; y que los niños se encuentran afectados por las mismas fuerzas políticas y económicas que los adultos y están sujetos, igual que estos, a los avatares del cambio social (p. 10).

Porém, a perspectiva da proteção coloca a criança mais uma vez sob o olhar adultocêntrico. Libardi (2016) destaca que a hierarquia e a tutela dos adultos sobre a criança regulam o cotidiano e as experiências desta.

No capítulo dois, *Geração, Responsabilidade e Ética na Atenção às Crianças Pequenas*, foi proposta uma **discussão sobre como os significados de proteção interferem nas relações intergeracionais entre adultos e crianças nos tempos atuais**, explorando a noção de cuidado e ética.

Durante décadas, a criança pequena foi abordada em estudos sob o aspecto de um período, uma etapa da vida, uma fase que antecede o adulto. Pesquisas que falam de uma criança, figura genérica, falam sobre uma faixa etária. Essas pesquisas colocam sobre as crianças um olhar reducionista, de uma criança dependente e isolada, um ser frágil e passivo, que precisa ser construído, moldado, humanizado.

Para Chamborredon e Prévot (1986), esse movimento traz como efeito a transformação da “definição social da infância como objeto de cuidados fisiológicos e afetivos, e fazendo

começar muito mais cedo a primeira infância como período que reclama, também, cuidados culturais e psicológicos” (p.42).

Essa percepção da infância como um tempo de inferioridades, fragilidades, colocou o bebê e a criança enquanto necessitadas de proteção, sendo esta realizada pelos adultos. Sarmiento (2005) traz o desafio de interrogar conceitos como geração e alteridade e, com isso, destaca que

a geração não dilui os efeitos de classe, de gênero ou de raça na caracterização das posições sociais, mas conjuga-se com eles, numa relação que não é meramente aditiva nem complementar, antes se exerce na sua especificidade, ativando ou desativando parcialmente esses efeitos (p. 363).

Nota-se, a partir dos estudos sobre a teoria das gerações, que **a infância é uma categoria geracional** que independe de classes sociais ou faixas etárias, mas **que se compõe enquanto categoria estrutural, definida por fatores igualmente estruturais**. A intenção aqui foi **colocar em debate quais estruturas são essas e como foram sendo construídas ao longo dos anos**.

Com a compreensão desse cuidado intergeracional, ressaltamos o fato de que o mundo dos bebês está dentro do universo jurídico e, com isso, levamos a discussão para o campo da legislação que ampara a proteção e o cuidado da criança. O terceiro capítulo ***O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as Leis que amparam a Proteção e o Cuidado da Criança Pequena*** traz à tona **a construção de serviços de atendimento à criança e suas estruturações legais, a fim de captar os repertórios que envolvem os sentidos de proteção, tais como negligência, intimidação, alienação parental, entre outros**.

A partir da leitura cuidadosa dos estatutos e das leis que regem as práticas de proteção e cuidado da criança, apresentou-se diálogos entre sociedade e Estado, as lutas sociais, que acabaram por criar as teias de proteção, nas quais se encontra o Abrigo enquanto instituição pública de acolhimento de crianças desfavorecidas.

Inicialmente ligados às entidades religiosas, os abrigos e orfanatos buscavam cuidar dos menos favorecidos, desvalidos, dando-lhes o mínimo necessário para sobreviverem. Os Abrigos passam a ser o lugar dos filhos “excluídos”. Ao se deparar com crianças pequenas morando em abrigos, surge uma concepção de sofrimento, de família disfuncional, descaso, abandono.

A vulnerabilidade de estar institucionalizado apresenta-se, então, nos olhares daqueles que se envolvem direta e indiretamente com essas crianças. Estes olhares traduzem o estigma que representa ser uma criança de abrigo, marcada por uma história social da criança institucionalizada, muitas vezes desacreditada e “excluída” da sociedade.

Porém, a própria noção de exclusão hoje é debatida por pensadores das Ciências Sociais, reforçando a necessidade de ser repensada enquanto conceito. Para Robert Castel (2000), a palavra exclusão ganhou dimensão tão ampla que, hoje em dia, é utilizada para referenciar situações muito distintas. O autor discute a questão destacando que “os traços constitutivos essenciais das situações de ‘exclusão’ não se encontram nas situações em si mesmas” (p. 21). Suas palavras ilustram a importância de estudos que busquem olhar de perto o porquê da exclusão, em que momento e de que forma alguém, ou alguéms, foram considerados excluídos, olhando para a trajetória percorrida até este lugar.

Kohan (2004) fala sobre duas infâncias: uma majoritária, que se escreve na história, apoiada nas etapas do desenvolvimento, e uma minoritária, que habita a temporalidade, a infância como experiência:

Essa é a infância como experiência, como acontecimento, como ruptura da história, como revolução, como resistência e como criação. É a infância que interrompe a história, que se encontra num devir minoritário, numa linha de fuga, num detalhe; a infância que resiste aos movimentos concêntricos, arborizados, totalizantes: "a criança autista", "o aluno nota dez", "o menino violento". É a infância como intensidade, um situar-se intensivo no mundo; um sair sempre do "seu" lugar e se situar em outros lugares, desconhecidos, inusitados, inesperados (p. 63).

É essa a trajetória apresentada no capítulo *A instituição de acolhimento: cenas que desvelam sentidos da proteção: a possibilidade de, a partir de um estudo etnográfico, ter me aproximado de uma infância minoritária, de experiência singular*; um olhar que procurou pelo desconhecido, atento ao inesperado. Nas palavras de Cardoso (1998), “a operação de ‘aproximar’ ou ‘focalizar’, que se observa no movimento do olhar, ao invés de ‘ampliar’ e precisar o alcance da visão, permite, na verdade, saltar do espaço das significações estabelecidas e mergulhar no mundo temporal do sentido” (p. 350)³.

³ Sergio Cardoso (1998) propõe um debate acerca da relação entre o ver e o olhar, baseando suas argumentações na “fê perceptiva”, expressão criada por Maurice Merleau-Ponty. Enquanto, para o autor, o ver conota no vidente certa passividade e ingenuidade, o olhar “se enreda nos interstícios de extensões descontínuas, desconectadas pelo estranhamento. [...] O olhar pensa; é a visão feita interrogação” (p. 349).

Pensar na Instituição de Abrigo como meio de ricas interações entre adultos e criança trouxe à tona a importância de se refletir sobre esses espaços e suas práticas e permitiu buscar significados construídos cotidianamente a respeito do abrigamento de bebês.

Para realizar isso, foi necessário trazer à pesquisa a perspectiva goffmaniana, para que fosse possível observar o bebê e sua relação com os educadores sociais, apreendendo a interação face a face (GOFFMAN, 2012), possível apenas na proximidade, e compreender quais os papéis dessas personagens no cuidado à criança.

Como lidar com a realidade dos Abrigos, como cuidar de crianças carentes, pobres, marginalizadas? Por isso, a questão também se debruçou sobre os espaços preparados para receber essas crianças. O abrigo, como espaço provisório, torna-se o novo cenário para as relações sociais dessas crianças, no qual a educação do corpo é atravessada por múltiplos aspectos.

Ferreira e Nunes (2014)⁴ apontam para a importância da etnografia para os estudos da infância.

A natureza desta intensa vida social, substanciando outras bases informativas, analíticas, teóricas, metodológicas e éticas necessárias à crítica da reflexividade científica dominante, atesta o potencial epistemológico da etnografia para conhecer o que é distintivo e singular deste/neste grupo geracional e para interrogar o conhecimento e a teoria disponível acerca das crianças e, com isso, ampliar ainda as possibilidades de vir a conhecer e interrogar a condição social dos adultos como adultos (p. 108).

Para essa observação minuciosa e análise cuidadosa, um cenário particular foi escolhido. Trata-se da **Casa do Bom Menino**, uma instituição de acolhimento do município de Piracicaba, que atende crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. Atenção aos detalhes, a possibilidade de “olhar de dentro”, sem perder a noção de lugar. Esta aproximação permite “definir a situação”⁵ (GOFFMAN, 2002) e compreender quais os significados que a palavra proteção adquire dentro daquele abrigo, com cenários específicos.

Após captar diferentes cenas do cotidiano do abrigo, estas foram separadas em categorias. A partir dessas categorias, os sentidos de proteção evidenciados nos mais diferentes contextos

⁴ As autoras trazem uma reflexão crítica acerca da etnografia enquanto denominador metodológico capaz de fazer conhecer as crianças a partir delas mesmas, apontando, ainda, para os limites etários e espaço-temporais desta prática (FERREIRA e NUNES, 2014).

⁵ Definição de situação é uma expressão central da obra de Goffman e “Trata-se do processo a partir do qual se atribui um sentido ao contexto vivido, da resposta que cada pessoa dá à seguinte pergunta: o que está acontecendo aqui, agora?” (GASTALDO, 2008, p. 150).

vão sendo desvelados, analisados e problematizados, buscando contribuir com os estudos da infância que compreendem o cuidado e a responsabilidade da criança pequena.

Dialogar uma análise histórica sobre a questão social e as crianças com a realidade observada no cotidiano da Instituição de Acolhimento, com o objetivo de discutir os sentidos de proteção e cuidado empregados pelos diferentes atores nesse cenário e que, no atual contexto, é um aspecto estruturante do atendimento às crianças pequenas, quando afastadas de seus pais biológicos. Neste diálogo, os trechos retirados do caderno de campo foram entrecidos com as análises teóricas, aproximando leitura e estudo de campo, demonstrando o movimento contínuo de reflexão, presente na pesquisa etnográfica.

Com um olhar mais cuidadoso em relação às práticas sociais presentes na instituição, preocupadas com a relação que a criança desenvolve com as outras crianças, com os/as educadores/as sociais, com os diferentes profissionais da instituição e com o espaço, buscou-se contribuir com os estudos da infância, explorando o tema da ressignificação do abrigamento de crianças como forma social de proteção e cuidado, e que expressam não somente aspectos institucionais, mas também uma perspectiva para pesquisar a construção social da responsabilidade sobre a criança.

Pesquisas sobre a criança em instituições de acolhimento: possibilidades e desafios

Visando a uma maior aproximação com a temática da criança institucionalizada, foi realizado um estudo exploratório a partir de artigos científicos brasileiros cadastrados no Banco de Dados do *Scielo*, em diferentes áreas do conhecimento, publicados no período de 2010 a 2015, utilizando como descritores de busca as palavras “acolhimento institucional”, “abrigo”, “infância” e “criança”. Esta metodologia escolhida proporcionou uma visão ampliada sobre as pesquisas que envolvem crianças em ambientes de acolhimento para, a partir do levantamento bibliográfico, decidir sobre as questões mais relevantes para a discussão. Com base no período de publicação, no título e no tema, foram selecionados 16 artigos, que constituíram o *corpus* definitivo analisado⁶.

⁶ Ver Anexo 1

Seguem alguns apontamentos levantados por estes pesquisadores para ilustrar possíveis lacunas ainda a serem discutidas acerca da institucionalização de crianças e adolescentes, enfatizando a importância de estudos como este aqui realizado.

Como evidenciado por Silva e Mello (2004) acerca da rede de serviços de ação continuada, na qual estão inseridos os Abrigos, apesar das inovações introduzidas com a consolidação da LOAS – situando a assistência como parte integrante do Sistema de Seguridade Social, responsabilidade do Estado e como direito universal gratuito e não-contributivo – e da inauguração do ECA, que ampara a medida de proteção em abrigo, ainda persistem contradições que não podem ser solucionadas pela simples definição legal.

Com a recente revisão da legislação que rege o cuidado da criança e do adolescente, fica interditado o abrigamento por questão de pobreza; porém, Nascimento (2012) faz um debate acerca da proteção e da negligência, apontando esta como uma outra forma de compreensão de risco social associado à pobreza. Instaura-se um novo enquadramento para famílias pobres, dando ao Estado justificativa para continuar controlando as populações e os indivíduos pobres. Com reflexão baseada nos textos de Michel Foucault sobre a lógica biopolítica de governo da vida, Maria Lívia Nascimento mostra como a ideia de negligência torna-se aliada no domínio jurídico que atinge as diversas esferas do cotidiano (NASCIMENTO, 2012).

A pobreza e a negligência estão agora atreladas, e continuam ilustrando espaços de risco social, de vulnerabilidade, justificando o abrigamento de crianças e adolescentes a partir da desqualificação de suas famílias. Mas Nascimento (2012) adverte que sua intenção não é de “moralizar e apontar a prática de abrigamento de forma absoluta como um erro, algo ruim”, mas, sim, de pensar os funcionamentos desta prática como “uma estratégia de biopoder e todo o aparato dela como movimento de judicialização da vida” (p. 43).

À vista disso, cada vez mais se destaca a importância de observar o lugar por onde transitam as crianças, com o intuito de perceber como estão organizados os espaços e os tempos da infância nos abrigos, e quais as experiências possíveis com a institucionalização.

É esse o fio condutor da pesquisa apresentada por Guedes e Scarcelli (2014). A partir da abordagem psicanalítica, as autoras se aproximam do objeto de pesquisa a fim de revelar o cotidiano dos serviços de acolhimento. Com um “mosaico de cenas” vão tecendo as relações vivenciadas no cotidiano institucional, revelando contradições, lacunas e excessos como parte da complexidade deste cotidiano.

Ao analisar e problematizar os discursos que amparam os diferentes modelos de assistência, Guedes e Scarcelli (2014) debatem sobre a disparidade entre as legislações vigentes e as ações estabelecidas nas instituições de acolhimento, buscando apresentar um outro lugar possível na escuta e ações dentro destas instituições. O abrigo, como espaço provisório, torna-se o novo cenário para as relações sociais dessas crianças, no qual a educação e o cuidado são atravessados por múltiplos aspectos e, como pontuado pelas autoras, exigem um movimento constante de reflexão sobre a prática exercida pelos diferentes profissionais envolvidos.

Essa temática de interesse foi também discutida pelos autores Cavalcante e Corrêa (2012) e Tomás e Vectore (2012). Utilizando como procedimento metodológico entrevistas e vídeos-gravações, ambos os artigos relacionados buscaram nos educadores e nas mães sociais o ponto de partida de reflexão sobre a formação daqueles que atuam diretamente com as crianças em situação de abrigamento. As pesquisas em questão mostram que ainda são incipientes os estudos que buscam ouvir os educadores sociais e as mães sociais, atores indispensáveis neste contexto de acolhimento. Evidencia-se a importância da capacitação contínua desses profissionais, a fim de repensar os modelos de práticas que constituem a assistência à infância.

Em meio aos diferentes sentimentos e sensações que desabrocham junto às dificuldades de representar situações vivenciadas, as crianças se expressam pelas mais variadas linguagens e cabe àqueles que interagem mais de perto saber ler e compreender suas necessidades. Há uma preocupação com o desenvolvimento e o crescimento físico, emocional e social das crianças, que fazem parte do cuidado e da proteção exigidos pela legislação que norteia as instituições direcionadas à criança.

Conhecer a trajetória dos profissionais responsáveis pelo cuidado diário das crianças abrigadas e o contexto da instituição pode auxiliar na busca por novas estratégias de mediação junto às crianças e, ainda, rever a forma de organização dos serviços de acolhimento institucional. Para Rosa e colaboradores (2010),

vários aspectos relacionados ao cotidiano da instituição contribuem para o desenvolvimento psicossocial das crianças - dentre os quais, a oferta de condições institucionais que conduzem a oportunidades de convívio saudável com cuidadores e outras crianças, além da promoção de vivências em vários níveis ambientais -, o que amplia e fortalece a rede de apoio social das crianças e das suas respectivas famílias (p. 233).

Com o intuito de trazer outra perspectiva sobre os serviços de acolhimento, Rocha, Arpini e Savegnago (2015) procuraram conhecer a experiência de mães de crianças e adolescentes reintegrados acerca do trabalho realizado pela rede de atendimento. Os relatos das mães evidenciam a atuação integrada por parte da instituição de acolhimento. A preocupação também com a família e não apenas com as crianças acolhidas, e do “envolvimento de outros serviços da rede de atenção” (p. 119) podem revelar se a criação de leis que amparam e norteiam as instituições de acolhimento institucional estaria produzindo mudanças no cenário do acolhimento.

Observar, avaliar e compreender as instituições e seus agentes sociais é um dos caminhos necessários para assegurar o cuidado e a proteção das crianças e dos adolescentes em situação de risco social. As pesquisas que se comprometem com esta temática e procuram olhar mais de perto estes contextos e suas complexidades estão mostrando caminhos para a elaboração de novas estratégias e modelos para a prática junto às crianças e adolescentes, a fim de legitimar o abrigo como um lugar de proteção e cuidado à infância.

A percepção e compreensão do espaço avança a discussão para as possibilidades vivenciadas pelas crianças que se encontram afastadas de suas famílias por motivos distintos. Ao notar as particularidades do contexto institucional do abrigamento, alguns autores pretendem trazer à tona como o crescimento e desenvolvimento dessas crianças é interferido por este cenário.

Apresento, a seguir, alguns artigos aos quais faço uma crítica à discussão que busca compreender esses atores sociais não enquanto sujeito, e sim, como objeto da pesquisa. São metodologias que avaliam, interpretam e configuram a criança exclusivamente pelo olhar do adulto. Pesquisas que utilizam a Infância como “lugar” para se discutir algumas situações, ideias e pensamentos que têm como foco as práticas e as intervenções realizadas pelos adultos para aquilo que se acredita ser o melhor para as crianças. É o que também argumentam Woodhead e Faulkner (2005)

O Desenvolvimento da Criança “é um corpo do conhecimento constituído por adultos para outros adultos, para ser usado no sentido de regular e promover a vida e a aprendizagem das crianças. Mais frequentemente, as ações e os pensamentos das crianças são interpretado de acordo com modelos de processos psicológicos, com estádios de relativa competência e/ou desvios da “normalidade” (p. 3).

Ao relacionar o desempenho entre crianças pré-escolares que se encontram em instituições de acolhimento e crianças que não foram separadas de suas famílias, autores verificam, com o

auxílio de testes avaliativos e metodologias quantitativas, como e de que forma o ambiente de acolhimento e o afastamento familiar interferem nos padrões de “normalidade” do desenvolvimento infantil (CHAVES e colaboradores, 2013; FRANCO e colaboradores, 2014 e MISQUIATTI e colaboradores, 2015).

Os resultados dessas pesquisas ilustram e reforçam, muitas vezes, a noção de que existe uma normalidade, um padrão de desenvolvimento e de crescimento. As crianças que já se encontram marginalizadas, excluídas, são, também nas pesquisas, colocadas em oposição às crianças que se encontram em ambientes considerados socialmente favoráveis, de normalidade familiar.

Para Franco e colaboradores (2014), apesar das situações desfavoráveis que podem ser tomadas como indicadores de risco ao desenvolvimento infantil, não houve uma diferença significativa entre os dois grupos analisados quanto ao desempenho de linguagem, demonstrando a relevância das relações estabelecidas entre crianças em acolhimento institucional e os educadores sociais. Já os autores Chaves e colaboradores (2014) e Misquiatti e colaboradores (2015) notaram a diferença entre os grupos, acentuando a importância de um acompanhamento periódico das crianças, permitindo que os profissionais possam realizar estratégias para favorecer o desenvolvimento integral da criança.

É possível notar a preocupação em trazer um olhar integral da criança nessas pesquisas, porém o simples fato de coloca-las em lugar de comparação já exige um cuidado para não rotular ou categorizar crianças em diferentes situações de vida. Com a compreensão de que o desenvolvimento da criança é atravessado por um contexto social, cultural, afetivo e histórico específicos, reforçamos que a vivência de cada criança é única, mesmo quando exposta às “mesmas” condições, sua relação com o mundo que a cerca e como este lhe afeta e é por ela afetado é muito particular e, por isso, não poderia ser mensurado por metodologias quantitativas.

Tinoco e Franco (2012), por sua vez, priorizaram um estudo qualitativo para conhecer e refletir sobre o luto em instituições de abrigamento de crianças. Buscaram trazer para a experiência da institucionalização das crianças em abrigos a importância de lidar com a formação e rompimento de vínculos a partir da Teoria do Apego. É priorizado aqui o olhar do adulto. Os recortes para análise foram feitos a partir das supervisões de cuidadoras que trabalhavam na instituição.

Essa situação também é percebida na pesquisa de Sousa e Paravidini (2011), que discutem a forma vincular do apadrinhamento afetivo, processo vigente em muitas instituições de acolhimento, a partir da análise de entrevistas abertas, realizadas com madrinhas que se dispuseram a falar sobre a relação com as crianças abrigadas.

Minha crítica se manifesta na sensação de que falta o outro lado da história, também importante para compreensão, tanto do luto, quanto do vínculo afetivo. Ouvir também aqueles que estão passando pelo luto da perda e do rompimento com os familiares. Dar espaço para que as crianças abrigadas e que foram apadrinhadas possam falar sobre sua experiência com as madrinhas que as escolheram.

Não se trata, aqui, de menosprezar os métodos quantitativos ou de desvalorizar as pesquisas que falam sobre as crianças, mas de compreender a importância, em igual escala, de pesquisas que tragam as crianças como sujeitos da pesquisa, que abram espaços para as falas das crianças junto às pesquisas científicas, àquelas que se debruçam sobre as questões da infância, partindo do pressuposto de que a criança é um ator social, protagonista em suas próprias experiências.

Apesar do número crescente de pesquisas acerca da infância, da criança e de suas relações sociais, um número pequeno destas, ainda hoje, pretende revelar o olhar da criança em si. Feitosa (2011) fala sobre este desafio em relação aos estudos que buscam a perspectiva das crianças – suas vozes –, acentuando ainda mais essa análise quando a voz a ser ouvida vem de crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social. Perspectivas que provocam, incomodam, desafiam. A partir do corpus escolhido, é possível perceber que existem autores interessados nesse desafio.

Lajolo (2001) provoca o leitor sobre a *ausência de fala* da criança nos estudos da infância:

Enquanto objeto de estudo, a infância é sempre *um outro* em relação àquele que a nomeia e a estuda. As palavras *infante*, *infância* e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico estreitamente ligado à ideia de *ausência de fala*. [...] Não se estranha, portanto, que esse silêncio que se infiltra na noção de infância continue marcando-a quando ela se transforma em matéria de estudo ou de legislação. Assim, por não falar, a infância *não se fala* e, *não se falando*, não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupam. E, por não ocupar esta primeira pessoa, isto é, por não dizer eu, por jamais assumir o lugar do sujeito do discurso, e, conseqüentemente, por constituir sempre um *ele/ela* nos discursos alheios, a infância é sempre definida *de fora* (p. 229-230).

Em discussão sobre as questões teóricas e epistemológicas de pesquisa com crianças, Ferreira (2010) demonstra que “se admite que as próprias experiências das crianças do que é ser criança e do que é a sua relação com os adultos são contributos inestimáveis para entender a infância” (p. 155). Por isso, é pertinente refletir sobre como se lida, então, com a criança nos ambientes institucionalizados, trazendo o olhar e a experiência da própria criança.

Entra em cena a criança como sujeito na pesquisa, participando e sendo envolvida no processo de pesquisa ativamente. Isso não quer dizer que seja a criança a protagonista na pesquisa, mas considerá-la já é um grande passo na história da infância.

Esse novo contexto traz em si o desafio de pensar métodos de pesquisa ou maneiras outras que deem conta de revelar o que pensam, sentem e dizem as crianças pequenas acerca do contexto em que estão inseridas. Prado, Vicentin e Rosemberg (2018) apontam, a partir de uma revisão da literatura brasileira que aborda reflexões sobre a ética em pesquisa com crianças, que “as recomendações sobre privilegiar metodologias participativas, por permitirem relações mais horizontais entre os atores e maior riqueza nas informações, foram recorrentes nos textos analisados” (p. 22).

Giacomello e Melo (2011) buscam na fenomenologia o referencial para esta aproximação da criança na pesquisa, pois apontam que esta “não considera diante de si o ser humano como seu objeto de pesquisa, mas um sujeito que tem um mundo a ser desvelado” (p. 1573). Nas sessões de brinquedo terapêutico, os pesquisadores observam o faz de conta e apreendem as questões sobre a instituição de abrigo trazidas pelas crianças.

Já Trivellato, Carvalho e Vettore (2013) adotaram o que chamaram de escuta afetiva como metodologia para conhecer o processo de acolhimento vivenciado pelas crianças. Para isso, valeram-se de diferentes instrumentos, como entrevistas semiestruturadas, atividades lúdicas, construção de álbum, como registro da história das crianças, observação da rotina institucional e contos de fadas.

Ao analisar os fatores relacionados à institucionalização de crianças vítimas de violência intrafamiliar, Gabatz e colaboradores (2013) utilizaram como metodologia as Dinâmicas de Criatividade e Sensibilidade (DCS), pautadas em encontros grupais, selecionando as dinâmicas “Brincar em Cena” e “Corpo Saber”, integrando a criança como participante da pesquisa. Ouvir as crianças, para as autoras, “possibilita conhecer seus sentimentos e perspectivas e, assim, aproximar-se de suas necessidades, possibilitando uma assistência

específica e integral, a fim de auxiliá-las a minimizar as implicações da institucionalização” (p. 672).

Nas palavras de Anderson (2005), “reconhecer as crianças como sujeitos em vez de objetos de pesquisa acarreta aceitar que elas podem “falar” em seu próprio direito e relatar visões e experiências válidas” (p.423).

Quando, enquanto pesquisadores, aceitamos o desafio de estudar a infância e a criança, torna-se imprescindível levar em consideração a vivência trazida pela criança, saber o que ela traz abrigado consigo, qual história é contada através de seus gestos, das palavras, dos desenhos, dos movimentos e das múltiplas linguagens presentes no mundo das crianças.

Se a intenção dos estudos aqui relacionados é a de compreender, questionar e refletir sobre a infância e as crianças, como não fazê-lo também com o olhar daquelas que são as maiores interessadas?

Alguns pesquisadores ainda utilizam a expressão “dar voz às crianças” ao ressaltar a importância da participação das crianças nas pesquisas. Talvez o mais apropriado fosse dar ouvido e espaço para que as crianças possam falar, ou seja, fazer uso da voz que é inerente a estas. Como defende Lee (2010), as crianças têm voz em abundância, a questão é que lugar das práticas de voz ocupam as falas das crianças, indicando a ausência das crianças nas tomadas de decisão dentro das instituições formais.

As pesquisas aqui relacionadas nos mostram a grande escassez existente, ainda hoje, de estudos realizados em instituições de abrigo que busquem uma percepção microscópica das relações estabelecidas em meio a esse contexto singular. A escolha por uma etnografia é exatamente poder captar o olhar do bebê, seus gestos e expressões. Apreender, ainda, as interações face a face entre bebês e educadoras, bebês e seus familiares, a fim de compreender os significados atribuídos à palavra proteção nas diferentes experiências vivenciadas.

CAPÍTULO 1.

PROTEÇÃO E AS QUESTÕES SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM ESTADO DE EXCLUSÃO

“[...] deste universo criado pelo homem, a mudança e a estabilidade da sua própria criação aparecem como tendências que se contradizem. Esta é a razão pelo qual não há mundo humano isento de contradição. [...] Enquanto a estrutura social se renova através das mudanças de suas formas [...] a estabilidade representa a tendência à normalização da estrutura”.

(Paulo Freire, 2011, p. 48)

A reflexão proposta nesta tese foi provocada por algumas questões levantadas ao final do processo de pesquisa de meu mestrado (LIMA, 2013), quando uma das crianças da escola então estudada foi afastada da família e levada para viver em um abrigo. A experiência sugeria a importância de investigar mais detidamente a construção social dos sentidos que permeiam a apropriação da palavra proteção, especialmente quando esta palavra se relaciona à integridade física e psicológica de crianças.

Questões densas anunciavam a importância de conhecer o tema de perto.

É preciso ajustar o olhar para saber o que se busca compreender. Perguntar-me sobre o que estou querendo observar no cotidiano daquele lugar. Sim, sei que a criança quando ferida em seus direitos é levada para um abrigo, mas como tudo isso começou? Como foram criados e quais são os padrões de cuidado e de negligência instituídos pela sociedade moderna? Porque criamos instituições que devem acolher a criança em situações de vulnerabilidade e protegê-la? Quando passamos a compreender que para proteger a criança eram necessárias Instituições de Acolhimento? Como nos tornamos uma sociedade que busca proteger os mais vulneráveis? Antes mesmo de conhecer meu campo de pesquisa, devo conhecer minhas perguntas, minhas inquietações, deslocando meu olhar e fazendo-me questionar aquilo que um dia foi instituído como normalidade (Caderno de Campo, novembro, 2015).

Tratava-se de saber em que momento o Estado intervém e decide que é necessário o afastamento da criança, protegendo-a e assegurando seu bem-estar. Como a criança é acolhida? Quais são as políticas e práticas inseridas no cotidiano de um Abrigo? Com base

nessas questões, percebeu-se a necessidade de expandir e aprofundar a compreensão sobre o sentido que atribuímos a proteger a criança quando a abrigamos e como isto acontece no dia a dia de uma instituição considerada especializada nessa proteção.

Adotou-se, desta forma, como tema norteador da pesquisa, a proteção e os diferentes significados atribuídos pelos mais diversos personagens que compõem o cenário de cuidado do bebê, sendo estes os pais ou responsáveis, o Estado, os gestores das instituições, educadores, entre outros.

Em estudo que busca discutir as vulnerabilidades de crianças das periferias metropolitanas, Freitas e Mecena (2012) observam que muitas são as pesquisas que procuram avaliar crianças e adolescentes como sujeitos sociais, isto porque estes estão “entre os mais expostos a riscos iminentes, acumulados em decorrência de problemas ambientais, alimentares, de segurança e, principalmente, pela escassez de recursos somada à escassez de políticas públicas” (p.196).

Aproximando-me deste tema, ficou claro que pensar a proteção demanda percorrer os caminhos que construíram aquilo que hoje compreendemos como proteger, pois, esse conceito, assim como outros, está carregado de sentidos que foram tomando significado cambiante conforme a circunstância e conforme a apropriação. Fez-se necessária, então, a reflexão sobre por que proteger e como isto se tornou um dever do Estado.

Afinal, somos protegidos de quê? De quem? Por quê? Proteger-se da instabilidade, da exclusão, da violência, da doença, da falência, do previsível e do que nem se sabe que está por vir. Essa é a sensação que se criou com a ideia de ser protegido. Porém, estar totalmente protegido é uma condição por si só irrealizável. Não é possível prever todos os riscos e as adversidades da vida.

Por isso, exigir do Estado proteção absoluta é uma representação moderna da fonte estabilizadora de força, monopolizada por instâncias de governo. Tentando cobrir muitos dos riscos possíveis, o Estado cria diferentes mecanismos e estratégias que permitem aos cidadãos experimentar diferentes percepções de segurança, ao mesmo tempo em que o faz controlar os diversos grupos que compõem a sociedade, em conformidade com seus próprios interesses.

Com base em pesquisa histórica, o sociólogo francês Robert Castel (1998) destaca que a proteção sempre esteve ligada à condição dos menos favorecidos, à camada pobre da população, percebida muitas vezes como fonte de instabilidade, e à pobreza como ausência de

perspectivas. Assim também foram considerados os chamados “vagabundos” e os loucos, sempre a ameaçar o que o autor denomina sociedade salarial, arriscando a vida e abalando o tão almejado equilíbrio e bem-estar social. Para o autor, é a vulnerabilidade relacionada à não aquisição de propriedades, ao não pertencimento, à desfiliação numa sociedade pautada na produção, no capital, no que se tem, ou melhor, no quanto se tem.

Constitui-se, histórica e processualmente, uma sociedade organizada a partir do trabalho pago. Dessa maneira, o trabalho permite a aquisição de propriedades capazes de assegurar bem-estar e qualidade de vida para o cidadão e sua família. Com os salários, surge um mecanismo de defesa do trabalhador, de tal maneira que aqueles que não estão filiados a uma empresa, um patrão, não conseguem fazer parte da sociedade, como se não tivessem utilidade.

O trabalho assalariado acaba sendo a maior possibilidade de garantir seguridade social; é, em nossa sociedade, o primeiro grande sentido que se atribui a ser protegido. Trata-se do surgimento de uma noção de proteção social e civil da qual resulta outra noção, a de que se é parte integrante das decisões e participante de eventos civis relacionados à segurança e à obtenção do necessário para a vida.

Porém, o que alguns autores discutem é a falsa sensação de igualdade e pertencimento difundido entre despossuídos, que, na tradição marxiana, corresponde ao proletariado. Afinal, não é apenas o salário que garante ao cidadão e a sua família proteção seguridade social e condições suficientes para um bem viver.

A igualdade propalada era, na verdade, uma igualdade formal, que subtraía as diferenças classistas, não levando em consideração as reais condições de existência dos indivíduos sociais. Os direitos e garantias individuais eram proclamados mediante uma concepção abstrata de universalidade que não tinha condição de se realizar. Nesse contexto, e frente à desigualdade gestada pela Revolução Industrial, a questão operária foi explicitada como questão social para o conjunto da sociedade e se evidenciou por intermédio das lutas sociais urbanas que se multiplicavam e tinham como principais protagonistas a classe operária, a burguesia industrial e o Estado liberal não-intervencionista (MEDEIROS, 2007, p. 48).

Em seus estudos, Medeiros (2007) relata que a história da proteção social pode ser retratada a partir dos posicionamentos de diferentes países, ao longo dos períodos históricos, em relação a quem e como oferecer proteção, compreendendo quais os limites que lhes devem ser conferidos. Por esse olhar, é possível observar ao longo dessa história o frequente posicionamento das nações em relação àqueles que têm mais propriedades, dando-lhes mais

políticas de segurança e proteção, enquanto, aos que têm menos, pobres e poucas são as políticas e ações públicas oferecidas.

Esta notória desigualdade de interesses também é assunto discutido por Rosemberg (2006) que, ao estudar a desigualdade social brasileira, apresenta tendências marcantes:

Os segmentos sociais que auferem menor renda são também os que têm menor acesso aos benefícios das políticas públicas e menor participação política; tais desigualdades são persistentes. Assim, indicadores como esperança de vida ao nascer, acesso, permanência e sucesso na educação, disponibilidade de saneamento básico etc., apresentam, ao mesmo tempo, melhorias nítidas nos últimos anos para o território nacional e manutenção da mesma configuração de desigualdade (p. 55).

O problema se intensifica quando indagamos sobre aqueles que não são assalariados: como são estes protegidos em uma sociedade salarial? Como proteger as famílias daqueles que estão desempregados? O mesmo vale para outras situações que serão respondidas com esta pesquisa. E quando não se tem família? E quando se tem família e ela mesma se torna fator de vulnerabilidade? Enfim, trata-se de reconhecer que proteção, como tudo na vida social, não é natural, mas construção histórica.

Sociedade salarial e a inauguração de um estado de exclusão

Nem sempre a conversa fluía, mas, neste dia, um domingo à tarde, com poucas crianças no Centro de Educação Infantil (CEI), estávamos na varanda, duas educadoras, eu e Marina⁷, a mãe de um dos bebês. Uma das educadoras pergunta para Marina se ela tinha conseguido aquele emprego indicado por uma das técnicas do Abrigo. A mãe olha para o filho deitado em seu colo, me olha e desabafa: - *A verdade é que a gente tenta, mas não é fácil, viu. Tem que correr atrás, ir mendigando de porta em porta ... e quando não tem estrutura, a gente não dá conta. Mas, sem trabalho nós não é gente. Eles não tão nem aí. Parece que a gente não tem direito, só porque não tá trabalhando. Nós tá fora! Não tá certo* (Caderno de campo, maio de 2016).

Essa passagem é aqui utilizada como ponto de partida para abordar algumas questões acerca do estado de exclusão testemunhado na sociedade salarial. A fala da mãe que luta pela guarda

⁷ Conforme indicado no TCLE, todos os nomes citados ao longo desta tese são fictícios.

do filho abrigado traz a percepção da importância do trabalho aos olhos da sociedade. Com voz forte e postura firme, Marina aponta para a invisibilidade percebida por não apresentar ao Estado o padrão esperado de uma família e como isto afeta suas relações sociais. A busca por um trabalho vem em resposta ao direito de estar com seu bebê e à aceitação social.

Essa situação é reconhecida por Silva (2001) que, em debate sobre a socialização, reforça que “a inclusão no sistema de garantias de direitos individuais e sociais, para nós no Brasil, se dá com a inserção do indivíduo ou do provedor da família no mercado formal de trabalho” (p. 148).

Porém, nem sempre ser assalariado foi visto como algo vantajoso. Durante muito tempo, essa foi uma posição de incertezas, chegando a ser considerada indigna e miserável. Compreender como este lugar banalizado do assalariado se tornou uma condição de privilégios e proteção, a base da sociedade salarial, é necessário para calcular as ameaças que assombram a sociedade contemporânea, como as vulnerabilidades e a exclusão.

A insegurança social é uma experiência que atravessou a história, discreta em suas expressões porque aqueles que passaram por ela quase nunca tinham a palavra – salvo quando ela explodia em motins, revoltas e outras “emoções populares” –, mas carregada de todas as penas e de todas as angústias cotidianas que constituíram uma boa parte da miséria do mundo (CASTEL, 2005, p. 28).

Castel (1998) faz uma história do presente, na qual busca apreender as situações antigas que causaram as fraturas e o desatrelamento na estabilidade da estrutura social. Para isso, o autor descreve uma sociedade composta por *zonas* pelas quais os cidadãos transitam, procurando dimensionar a presença, “aparentemente cada vez mais insistente, de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrarem aí um lugar designado” (p. 23).

No século XIX, disseminou-se o sistema liberal, já em expansão desde o século XVIII, marcado pelos avanços científicos e desenvolvimento das forças produtivas como resultado das lutas da burguesia revolucionária. Porém, a conquista de um projeto liberal contra o absolutismo trouxe também uma concepção individualista e formal de liberdade. Sobre este contexto, Medeiros (2007) destaca que, neste século, a civilização ocidental conviveu com “a formação de um proletariado pauperizado, vivendo em péssimas condições de trabalho, segurança pública, saúde e urbanização, como resultado da Revolução Industrial” (p. 48).

Esse recente cenário acaba por abalar a ordem social até então instaurada e, diante dessas condições, surge o movimento operário, pressionando o Estado a assumir ações públicas para lidar com a desigualdade social vivenciada pela maioria da população. A nova demanda imposta ao Estado faz com que este intervenha no jogo socioeconômico presente no liberalismo, acionando medidas de proteção social, aumentando a participação do Estado na vida dos cidadãos.

Instauram-se, pouco a pouco, os chamados direitos sociais, que, diferentemente dos direitos civis e políticos, “se definem como uma forma de dívida da sociedade para com os indivíduos. Possuem um caráter distributivo. Buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, como forma de fortalecer a coesão social” (MEDEIROS, 2007, p. 50)

Este é o interesse maior na luta dos operários, dos assalariados e daqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade social: a igualdade de acesso. Mas, será que é este também o foco do Estado? Este mesmo Estado capitalista que se consolidou diante de grandes desigualdades sociais e, por décadas, vem criando estratégias para mantê-las?

O padrão de desenvolvimento capitalista dependente resulta de combinações de dinamismos econômicos socioculturais e políticos internos e externos que sempre revelam, aos níveis estrutural-funcional e histórico, insuficientes para transformar a modernização dependente em modernização autônoma. Em outras palavras, eles não são suficientemente fortes para promover a “revolução dentro da ordem” em termos capitalistas, criando quer a independência em relação à dominação externa e ao imperialismo, quer real fluidez no funcionamento da ordem social competitiva, com o desencadeamento de uma torrente democrático-burguesa e nacionalista nas relações de acomodação e de conflito entre as classes (FERNANDES, 2008, p. 57).

Essa situação inerente ao capitalismo só agrava as assimetrias nas relações das classes sociais dominantes com as classes trabalhadoras e destituídas.

Em discussão acerca do trabalho, Castel (1998) deixa claro que considera o trabalho não uma relação técnica de produção, mas um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. O autor mostra a relação entre o trabalho estável e o lugar ocupado nas redes sociais e nos sistemas de proteção. Assim sendo, destaca que a vulnerabilidade social seria uma *zona intermediária*, que “conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade” (p. 24).

O *status* de vulnerabilidade não é definitivo (ao menos, não deveria ser); pelo contrário, é flutuante, instável, e é esta instabilidade que pode ser analisada enquanto indicador para avaliar a coesão de um conjunto social. Porém, alguns autores indicam que, levando em consideração a realidade brasileira, uma parcela significativa da população não consegue acesso ao trabalho assalariado, permanecendo em constante estado de vulnerabilidade.

Retratando as mudanças sociais ocorridas no Brasil, Fernandes (2008) destaca que poucas foram as alterações desde o período colonial, no qual as distinções sociais estavam baseadas na sociedade portuguesa, mantendo, até os dias atuais, uma ordem social competitiva, de mentalidade mandonista, exclusivista e particularista. Para o autor, as relações de classe reproduzem o passado no presente e lembram mais a “simetria ‘colonizador’ *versus* ‘colonizado’ que a ‘empresário capitalista’ *versus* ‘assalariado’” (p. 42-43).

A crise, como traço específico da fase capitalista expressa desde o último quarto do século XX, manifesta claramente a tendência crescente à centralização da propriedade e da riqueza na mão de poucos, a existência de crescentes massas de população excedente para o capital e o aprofundamento dos processos de pauperização e de proletarização de diversas parcelas sociais, com a conseguinte violação sistemática das garantias sociais conquistadas (SOTO, LIMA e TRIPIANA, 2016, p. 51-52).

Compreendo a distância entre a realidade latino-americana e a realidade europeia apresentada nos textos do sociólogo francês Robert Castel, mas não deixando de lado a importância e influência desta realidade para o desenvolvimento interno da economia, da sociedade e da cultura dos países latino-americanos, lanço também mão de autores que debatem o assunto das questões sociais a partir da história social brasileira.

É possível notar, ainda hoje, que a questão social continua atrelada à produção e distribuição de riquezas. Nas palavras de Wanderley (2000), a questão social “traduz-se pela erosão dos sistemas de proteção social, pela vulnerabilidade das relações sociais e pelo questionamento da intervenção estatal” (p. 7).

Com a constituição de um Sistema de Proteção Social, surgindo no período de 1930 a 1943, em meio ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o Estado Nacional passou a atender as demandas do capitalismo industrial, ao mesmo tempo em que proporcionava um ambiente favorável para o surgimento de um novo segmento de trabalhadores, o operariado urbano:

[...] passando a assumir a regulação e a provisão da educação, saúde, previdência social, alimentação e nutrição, habitação popular, saneamento e transporte coletivo. [...] o Estado passou a se responsabilizar pela criação das

condições legais e protetivas para garantir a emergência e a consolidação da classe operária numa conjuntura de avanço do processo de industrialização sob a égide do modelo de substituição de importações (SOTO, LIMA e TRIPIANA, 2016, p. 62).

No entanto, segundo esses autores, o que se observa nas experiências nacionais são modelos de sistemas de proteção social desestruturados, com políticas sociais descentralizadas, com a ampliação de processos de privatização. Estes modelos se estruturam com a perspectiva de que é o mercado, através do crescimento econômico, quem proporciona a incorporação social. Esta situação, por sua vez, aprofunda “a concorrência intercapitalista, gerando um processo de reestruturação produtiva, [...] com estratégias empresariais de redução e flexibilização dos custos do trabalho” (SOTO, LIMA E TRIPIANA, 2016, p. 51).

Ao longo dos anos, outros fatores vêm sendo associados à precariedade do trabalho, contribuindo com o *status* de vulnerabilidade das famílias, deixando-as permanentemente na zona intermediária, indicada por Castel (1998). Como num movimento cíclico, pai e mãe de famílias em situação de vulnerabilidade social foram filhos, netos, bisnetos de famílias que se encontravam nesta mesma situação em algum período de suas vidas. São famílias que não conseguem muitas vezes sequer atingir o status de assalariado, passando por diferentes trabalhos informais como única possibilidade de adquirir seu sustento. Isso porque, como apontou Fernandes (2008), ainda estão sob a ótica dos colonizados.

Ao trazer a problemática da questão social para os países da América Latina, Vêras (2003) aponta que é errôneo falar sobre perda de patamar social no Brasil, pois a cidadania não se generalizou em momento algum:

Passando pelo debate sobre marginalidade da década de 1960, o pensamento brasileiro criticou a razão dualista nos anos 70 – quando a ênfase analítica recaía sobre as contradições urbanas – e, nos últimos vinte anos, vem enfrentando vasta fenomenologia que se origina de múltiplos fatores: migrações, êxodo rural, precarização do trabalho, aumento da mendicância que atinge famílias inteiras, em verdadeira falência das políticas sociais, no país campeão de concentração de renda (p. 19).

Envolvida com o dia a dia do abrigo estudado, algumas dessas manifestações estão explícitas na escuta das histórias das famílias das crianças acolhidas. A insegurança social inquieta os ouvidos em meio às situações relatadas, estando as famílias expostas a contextos de extrema precariedade. Trazem relatos de trabalhos temporários, sem garantias de direitos ou compromisso, os famosos “bicos”. A proteção social passa a fazer parte da vida destas famílias a partir dos diversos serviços assistencialistas oferecidos pelo Estado. Porém, cabe o

questionamento e a compreensão sobre como essas famílias são introduzidas nesta zona flutuante, inaugurando um estado de exclusão social e a dependência dos serviços de proteção social.

Paugam (2003) remete ao fenômeno da nova pobreza para tratar da questão social, que resultou em uma série de evoluções simultâneas enfrentadas por diversos países na Europa, relacionado à degradação do mercado de trabalho. O desemprego enfrentado por uma vasta camada da população francesa fez-se acompanhar por um afastamento da vida social e uma crise de identidade.

Nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um *status* social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos que vivem essa experiência (PAUGAM, 2003, p. 45).

O mesmo é relatado por Silva, Yazbek e Couto (2016) em estudo sobre a pobreza como categoria teórica, destacando a perspectiva totalizante que envolve a pobreza, compreendendo-a como manifestação da questão social, ou seja, da divisão da sociedade em classes. Esses autores reforçam o caráter multidimensional da pobreza, não estando, desta forma, associada apenas ao acesso a bens, mas também à “carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças” (p. 93).

Assim sendo, ao analisar de perto a relação que os indivíduos mantinham com os serviços sociais em uma região da França, Paugam (2003) distinguiu três tipos de população que nos ajudam a repensar a questão social como um todo, sendo estes, os fragilizados, os assistidos e os marginalizados. Com esta tipologia, o autor revela aspectos distintos que compõem o estado de pobreza, estando atento ao sentido que os indivíduos obrigados a recorrer aos serviços de assistência social atribuíam a suas experiências.

No caso brasileiro, poderíamos falar sobre uma pobreza sempre existente e persistente, já que poucas e fracas são as políticas sociais para estes indivíduos. Ainda assim, como nos estudos de Paugam (2003), é possível identificar uma categorização dessas pessoas, com aspectos que as aproximam, colocando-as em grupos, mesmo que essas não se reconheçam enquanto tal. Mais prudente seria reconhecer que são grupos assim caracterizados pelo julgamento que a sociedade, em sua totalidade, assume em relação a elas.

Deve-se pensar a trajetória, o percurso que fez com que o indivíduo chegasse à zona de vulnerabilidade e como passou para a “inexistência social”; a percepção acerca das

transformações históricas da questão social, sublinhando o que há de novo e de permanente ao longo do tempo. Isto para não cometer o erro de colocar sobre o indivíduo vulnerável um conjunto de juízos que “expõe a descrença social em relação ao seu futuro” (SILVA e FREITAS, 2006, p. 28).

São essas trajetórias, de famílias e crianças em situação de vulnerabilidade social, que pretendemos percorrer ao longo desta tese, a fim de compreender quais sentidos da palavra proteção envolvem o dia a dia dessas famílias e como isto reverbera na construção de políticas sociais voltadas aos bebês e às crianças pequenas. Desta forma, famílias fragilizadas, assistidas e marginalizadas tornaram-se personagens no cenário da proteção institucionalizada. A observação microscópica que compõe o cotidiano do abrigo estudado revelou um padrão esperado em relação à estrutura familiar, na qual o “estar empregado” é uma das facetas previstas.

A chamada “normalidade” dentro da estrutura familiar também é tomada como referência pelas instituições de poder que regularizam as políticas públicas de cuidado e proteção da criança e do adolescente.

Mas, o que vem a ser uma família considerada “normal”? Quais características são instauradas para defini-la? Pode-se dizer que, com a modernidade, criou-se uma imagem de família bem estruturada, constituída por pai e mãe com formação superior, um espaço adequado para acolher essas crianças, que tenha condições de suprir suas necessidades físicas e emocionais, pautadas em classes sociais com melhores condições de vida.

E quando tudo isso é abalado, ameaçado, por razões diversas, e a própria sobrevivência, ou existência, da criança é posta em risco? Podemos analisar tais sintomas que abalam este organismo familiar de maneira singular, olhando de perto, observando qual era a normalidade ali presente, e como esta veio a ser abalada. Perceber quais ações adversas acarretaram tais modificações indesejadas. Mas, se tomarmos enquanto referência um olhar generalizado, que já está impregnado com essa imagem do que vem a ser uma família saudável e bem estruturada, a família em questão já está condenada à desqualificação social e à exclusão.

Em estudo sobre crianças pequenas e a desigualdade no Brasil, Rosemberg (2006) aponta para um quadro alarmante de maior índice de pobreza nas famílias onde vivem crianças de 0 a 6 anos, reconhecendo que a prioridade das políticas econômicas e sociais privilegiam a produção e administração da riqueza em detrimento da produção e preservação da vida.

Libardi (2016) aprofunda ainda mais este cenário ao evidenciar que, no Brasil, nem todas as crianças estariam incluídas no que se considera que é a infância, deixando para uma parcela específica de crianças o investimento dos adultos, enquanto outras passam a ser “objetos a serem explorados como mão de obra, ou descartadas” (p. 103).

Dessa maneira, mesmo que juridicamente não seja possível o abrigamento por conta da pobreza, é esta mesma quem acaba por definir os fatores desencadeadores do afastamento da criança de suas famílias. O desenvolvimento econômico, que se fortalece com a modernidade, dá vida a um novo protagonista, a pessoa vulnerável, como apontam Freitas e Prado (2016), adjetivo que projeta uma imagem de deterioração, permanecendo a pessoa em lugar de invisibilidade neste cenário cultural. Nesta pesquisa, estamos falando das crianças em situação de acolhimento institucional e de suas famílias.

Como alerta Castel (2000)

O destino dos “excluídos” se define essencialmente antes que ele se fragilize. Se nada de mais profundo for feito, a ‘luta contra a exclusão’ corre o risco de se reduzir a um pronto socorro social, isto é, intervir aqui e ali para tentar reparar as rupturas do tecido social. Esses empreendimentos não são inúteis, mas deter-se neles implica na renúncia de intervir sobre o processo que produz estas situações (p. 28).

Dentro do conceito de exclusão social, Silva (2001) traz a categoria de excluídos jurídicos, ou seja, “aqueles que, por um ato deliberado de delegação de poderes da sociedade ao Estado, foram segregados dessa mesma sociedade por uma sentença judicial que os privou da liberdade” (p. 56). Dentre esses, o autor reconhece as crianças que vivem abrigadas em instituições e reforça o impacto que o processo de institucionalização terá sobre estas crianças que, ao deixar a instituição, serão marginalizadas da vida social por conta do estigma social que pesa sobre elas.

Enquanto excluído, o indivíduo se encontra, a todo tempo, cercado por instituições de acolhimento social e, muitas vezes, ao adentrar e permanecer como assistido por muito tempo, acaba sendo moldado por estas. Cria-se um *status* específico do assistido, tendo as instituições o poder de “apagar” a identidade das pessoas, fazendo com que se percam no processo de desconstrução e reconstrução de sua identidade.

Paugam (2003) destaca o tema da reprodução dos comportamentos considerados típicos dos pobres, apontando algumas teorias que afirmam existir uma cultura da pobreza ou, ainda, a explicação desta reprodução a partir de uma tese estrutural, que indica a influência de causas

externas. Ambas são criticadas pelo autor, que defende a necessidade de analisar a pobreza em sua diversidade, suas singularidades, primeiramente “designar os pobres e lhes atribuir uma distância em relação às normas da sociedade geral” (p. 53).

Aproximação. Um movimento necessário para a observação dessas singularidades. Em estudo sobre a escolarização de crianças e jovens sob severa pobreza, Silva e Freitas (2006) destacam que

a proximidade começa a demonstrar que, mesmo em locais muito pobres, há um esforço contínuo por parte das pessoas visando a distinguir-se dessas imagens que pairam sobre os lugares onde estão e que são redesenhadas diariamente nos mais variados instrumentos de comunicação (p. 27).

Há uma complexidade própria somente observável quando observadas “de perto”. Analisando suas ocorrências, é possível desconstruir a ideia de naturalidade que acompanha as representações de estrutura social como algo natural e em progressiva marcha para assistir a todos.

Desqualificação social e a experiência de um estigma

A condição salarial, por muitos anos, desagregou uma parte numerosa da sociedade. E, na maior parte dos casos esses desagregados, excluídos, trazem em suas trajetórias uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores.

Destarte, Paugam (2003) apresenta três ideias que se associam ao conceito de exclusão: a noção de *trajetória*, ou seja, de que há um processo que deve ser visto longitudinalmente, o que permite apreender o percurso temporal de indivíduos em confronto com o ambiente; em segundo lugar, o conceito de *identidade*, positiva ou negativa, de crise e de construção dessa identidade; e o aspecto da *territorialidade*, ou seja, a base espacial que abriga processos excludentes, incluindo a segregação.

Ao longo deste tópico, tomarei estes dois últimos conceitos trazidos por Paugam em diálogo com os conceitos de *discriminação negativa* (CASTEL, 2001) e *estigma* (GOFFMAN, 2006)

para, então, apropriar-me das representações sociais⁸ construídas acerca das famílias desqualificadas, que, nesta pesquisa, são parte fundamental para a reflexão sobre a proteção dos bebês.

Ao analisar minuciosamente as rupturas, diante da trajetória dos indivíduos, são revelados os fatores – externos e internos – que dão significado ao processo de desqualificação social apreendida pela população fragilizada em meio ao discurso de produtividade, instaurado na sociedade pós-moderna. A assimilação de tais fatores por conta do indivíduo é o que compõe o emaranhado de fios que sustenta esta desqualificação.

Uma vez desacreditada⁹, a pessoa passa a se enxergar nesta representação, não mais apenas virtual, mas, também, real de si mesma.

Para Castel (2000), a exclusão “é sempre o desfecho de procedimentos oficiais e representa um verdadeiro *status*. É uma forma de discriminação negativa que obedece a regras estritas de construção” (p. 42). Em razão disso, há a necessidade de me aproximar do contexto em que vivem as famílias das crianças abrigadas, investigando essas regras que continuam a construir *status* excludentes.

Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prever a impossibilidade de abrigar por pobreza, ainda assim nota-se que muitas crianças são institucionalizadas em razão de suas condições socioeconômicas (SILVA, 2004; RIZZINI *et al.*, 2006; NASCIMENTO, 2012). Daí podemos inferir que essas condições revelam atributos que não se reservam apenas à renda ou estrutura familiar, mas ao que se deseja encobrir, manipular, normatizar.

Compreendendo que as mudanças ocorridas na esfera pública estão diretamente vinculadas às mudanças que afetam a vida das famílias, Baptista *et al.* (2008) ressaltam a tendência das inúmeras rupturas experienciadas pelas famílias pobres e afirmam que:

⁸ Conceito trazido por Serge Moscovici, como releitura da noção de representação coletiva de Durkheim, que busca designar fenômenos múltiplos, observados e estudados em termos de complexidades individuais e coletivas, a fim de pensar e interpretar a realidade cotidiana, constituindo percepções por parte dos indivíduos. Ver Moscovici (1978).

⁹ Goffman (2006) analisa duas perspectivas do termo estigma: a condição do desacreditado e do desacreditável. Na primeira condição, as características distintivas do estigmatizado são conhecidas ou são imediatamente evidentes no trato social. Já na segunda condição, tais características não são conhecidas nem imediatamente percebidas. Desta forma, o autor traz a discussão sobre o acobertamento – referindo-se aos desacreditados na busca de manipular e reduzir as tensões – e o encobrimento, quando os desacreditáveis buscam manipular as informações ainda não conhecidas; em ambos os casos o objetivo seria tornar menos perceptível e até encobrir a condição de estigmatizados.

As representações negativas sobre as famílias cujos filhos e filhas formavam a “clientela” da assistência social foram parte estratégica das políticas de atendimento à infância no Brasil até muito recentemente. A concepção do que se considerava como “disfunção familiar” e “famílias desestruturadas”, por exemplo, era justificada pela “indiferença” e pela “insensibilidade” de mães que buscavam, por meio da assistência social, colocação dos seus filhos e filhas em instituições corretiva/educacionais fechadas, sob tutela do Estado. A desqualificação das famílias pobres, tratadas como incapazes, ofereceu sustentação ideológica as práticas sociais. Assim, modificar o lugar das famílias nas políticas públicas e intervenções tem-se constituído um desafio (p. 14).

Segundo Silva (2004), a presunção de que a família brasileira tem como seu modelo padrão a família nuclear – apoiada pelo protótipo do homem branco, cristão, proprietário e letrado – favoreceu a prática do abrigamento de crianças e adolescentes no Brasil. Utilizando a *teoria do desvio*, o autor elucida a discussão sobre direitos reprodutivos, abandono de filhos, práticas de abrigamento e colocação em famílias substitutas.

A imposição da obrigatoriedade do exercício dos direitos reprodutivos apenas no âmbito do casamento transformou em tipos jurídicos os tipos sociológicos já existentes na cultura familiar brasileira, institucionalizando as figuras da *mãe solteira*, da *concubina*, da *amante* e do *filho ilegítimo*, construindo então a base para um processo de discriminação social que classifica homens, mulheres e filhos a partir da forma como se organizam socialmente e de como são gerados (SILVA, 2004, p. 289).

Independentemente da renda, é o *status* da família que designa quais caminhos são possíveis seguir dentro da sociedade brasileira. Famílias fragilizadas por conta de um sistema que insiste em acomodar a sociedade em zonas inflexíveis, impassíveis de mudanças.

Souza Neto (2002) alerta sobre a falta de recursos materiais e físicos que leva os responsáveis pelas políticas sociais a não se dedicarem à qualidade dessas ações. Mas, ainda assim, o autor aponta para o fator político como maior influenciador na luta para a garantia dos direitos humanos.

É preciso articular as forças econômicas, políticas e humanas, envolver secretarias, departamentos e chefias da prefeitura, do Estado, da Federação e ONGs, na perspectiva de criar condições para que crianças e adolescentes sejam tratados como sujeitos, estilhaçar os estigmas e alcunhas de “criança de rua, criança-problema, menina prostituta, menor infrator e anti-social”. [...] Em relações e contextos determinados, nos quais estigmas e rótulos se estabelecem, a criança e o adolescente pobres e abandonados podem receber um tratamento social discriminatório. É necessário ampliar os exíguos espaços destinados à população infanto-juvenil nos planos governamentais ou não, deixar de concebê-la como valor de uso de troca, a mão-de-obra do futuro, e instituí-la como sujeito de direitos, pois a rota das políticas sociais

pode ampliar o esquema daqueles que se aproveitam da miséria em benefício próprio (p. 36).

A desqualificação referente às famílias pobres também foi tema central dos estudos de Paugam (2003) que, após pesquisa longitudinal com famílias de um conjunto habitacional em Saint Bruic, na França, atendidas pelos serviços de assistência social, notou que a inferioridade conferida pela situação de assistidos, é percebida pelos indivíduos como uma renúncia a um verdadeiro status social e como uma perda progressiva da dignidade.

Afinal, a condição percebida pelo indivíduo determina sua identidade, uma representação de si junto à sociedade. Goffman (2002) propõe uma sociologia das ocasiões, na qual é possível identificar o comportamento das pessoas quando estão interagindo, envolvidas em um “ritual de interação”. No livro *A representação do eu na vida cotidiana* o autor retrata a questão das relações interpessoais, utilizando o teatro como metáfora para demonstrar como são tecidos os encontros entre as diferentes personagens e o quanto isto interfere na maneira como o sujeito se enxerga; como se constitui enquanto Eu.

A aproximação da situação dos beneficiários dos serviços sociais, proposta por Serge Paugam, permite compreender as relações tecidas entre indivíduos e assistentes sociais, além da relação dos indivíduos entre si. O mesmo pode ser constatado quando adentramos a realidade de um abrigo e observamos atentamente o dia a dia das crianças que ali se encontram e das relações tecidas com os educadores, com seus familiares em visitas monitoradas, com os funcionários, ou mesmo entre si.

Esse “olhar de perto”, numa dimensão microscópica, revela um cenário que proporciona repensar as estruturas sociais organizadas em meio às redes de assistência.

Ser assistido revela-se como condição de inferioridade e, para aqueles assegurados pelo Estado, vivenciar as representações sociais que envolvem esta condição discriminada pela sociedade, nem sempre é uma escolha, mas sim uma realidade.

Como parte da pesquisa no Abrigo, tive a oportunidade de conhecer mais a fundo a história de vida de bebês que acompanho a partir do Plano Individual de Atendimento (PIA). Nos registros o abandono e a violência aparecem predominantemente em todas as histórias relatadas. As situações vivenciadas, quando ainda criança, são destacadas para mostrar marcas profundas percebidas pelos técnicos da rede de atendimento às mães e famílias referidas.

A figura paterna está ausente na maioria dos casos, revelando, muitas vezes, uma gravidez indesejada por parte deste, deixando para a família extensa a responsabilidade de “dar conta” da criança. São mães que se encontram desempregadas, debilitadas devido ao vício, “sem estrutura emocional”.

Os relatos contam histórias que se repetem dentro de uma mesma família. São cenas que ilustram ausências, ruptura, carência. Um histórico familiar de violência doméstica. Mas, é imprescindível a atenção para as particularidades de cada história, não deixando instaurar um olhar generalista sobre as famílias de crianças abrigadas, criando uma categorização destas, como por muito tempo vem sendo feito em relação às famílias pobres.

Mas, os comentários normatizam e dão forma à imagem dos que ali se encontram.

Estou sentada brincando com um dos bebês na sala dos educadores do CEI quando ouço uma moça entrar pela sala. Ela entra, dá boa tarde e pergunta sobre seus filhos. A educadora responde que estão na quadra, brincando. A mãe agradece e sai em busca dos filhos. Sem que eu pergunte, a educadora me apresenta: “Essa é a Fernanda, mãe dos quatro irmãos. Cada hora tá metida em alguma coisa, fala que quer ficar com os filhos, mas não parece se esforçar muito, não. Mas, dá dó também, ela não tem ninguém. A irmã passou a perna nela. A outra até queria ficar com os meninos, mas o marido não quer, ameaçou até deixar ela. Quem ajuda são os avós da parte do pai. Mas, o pai mesmo, nem quer saber dos filhos, tem outra família. O Antônio é de outro pai, estão ainda aguardando o exame de paternidade, porque o cara não quer assumir nada. É um rolo só!” (Caderno de campo, março de 2016).

“Dá é pena dessas crianças. A mãe não faz nada da vida, toma até remédio. Os avós por parte do pai não têm condição nenhuma de ficar com eles. O avô por parte da mãe quer ficar, mas mora em outra cidade e com a aposentadoria que não dá nem pra ele, a mulher e enteada, imagina mais duas crianças. Tirando que são velhos já... Criança dá muito trabalho” (Fala de educadora - Caderno de Campo, junho de 2016).

“Eles são filhos da irmã da Fernanda. Essa demorou para perder a guarda dos filhos. Uma encostada! A situação se repete. Que tristeza! Dá para ver que não tem base familiar, né! Família desestruturada” (Fala de educadora, Caderno de Campo, setembro de 2016).

Nos relatos das educadoras, alguns sentidos vão sendo atribuídos às identidades sociais (GOFFMAN, 2006) da mãe e das famílias: mãe que não se esforça, “não faz nada da vida”, sem base familiar, “encostada”.

Construído socialmente, o papel da mãe – e da mulher – foi designado como a responsável pelo cuidado da criança pequena e, por isso, muitas vezes a mãe é encarada como fator desencadeador para o abrigo de seus filhos, perpetuando uma imagem de mãe não merecedora.

Em meio a conceitos fadados, comuns em uma sociedade machista como a nossa, difícil é desconstruir esse olhar e tentar compreender a situação dessas mães neste processo de ruptura entre mãe e filho.

Em estudo intitulado *Mães Abandonadas: a entrega de um filho em adoção*, Motta (2015) buscou mostrar a história dessas mães estereotipadas devido à falta de conhecimento sobre seus motivos ou circunstâncias que influenciaram a entrega de um filho.

Não sabemos, na maioria das vezes, quem são essas mulheres, a que classe social pertencem, os motivos alegados para a entrega, sua idade, se já entregaram outros filhos em adoção, se elas próprias passaram pela experiência da adoção ou do abandono. Essas mulheres são pouco estudadas e, assim, relegadas ao abandono, no sentido estrito do termo” (p. 30).

A autora alerta-nos da insuficiência da definição jurídica acerca do abandono para a prática da adoção e da colocação de crianças em instituições ou lares substitutos. Julgamentos recorrentes no enredo das famílias assistidas pelo Estado revelam o *status* social de uma família pobre e levam a uma compreensão tendenciosa do termo abandono.

A obra *A discriminação negativa* (CASTEL, 2011) evidencia a situação dos jovens das modernas periferias francesas, que não estariam “nem dentro, nem fora” dos benefícios da cidadania deste país. O autor descreve esse “não lugar” enquanto denúncia de uma discriminação social. Apesar de serem cidadãos franceses, os jovens eram filhos de imigrantes potencialmente excluídos e, mesmo devendo estes possuir o mesmo *status* social de qualquer francês, não tinham acesso aos mesmos bens, cargos e oportunidades.

O “não lugar” é também evidenciado em diferentes casos referentes às famílias assistidas. Apesar de serem, por lei, cidadãos comuns, essas famílias veem, muitas vezes, seus direitos sendo mascarados ou menosprezados por conta da condição desfavorecida. Não se sentindo parte da estrutura social relevante, buscam por serviços que possam auxiliar numa possível ascensão social para, com isso, ocupar um lugar reconhecido ou, ao menos, adquirir condições melhores de vida.

Trago para a discussão a figura da mãe enquanto representante familiar, pois é esta a de maior presença no dia a dia da instituição estudada. Como dito anteriormente, função construída socialmente, o cuidado da criança acaba por envolver quase que exclusivamente a mãe e, em outros casos, a mulher com relação mais próxima à criança.

Mesmo quando estão cientes de suas ações “negligentes” (razão do acolhimento), as mães dos bebês se fazem presentes na maior parte dos casos. Durante minha pesquisa, percebo que este fato é comum apenas nos casos dos bebês. As crianças maiores muitas vezes recebem mais a visita de um tio, da avó, do próprio pai, do que da mãe em questão. Ou quando envolvidos pela presença da mãe, esta vem sempre acompanhada de outro adulto responsável.

Não mais no lugar de “mãe de primeira viagem” – situação de todas as mães observadas neste estudo – e já tendo perdido a guarda de seus outros filhos, em alguns casos, o bebê ali acolhido, não parece ser apenas mais um filho, mas a possibilidade de fazer diferente. *“Já me levaram meus três filhos, este daqui não vão me tirar”*; *“É minha menina, sempre quis ter uma menina”*; *“Sei que não fui boa pro meu menino, mas hoje eu sei que filho tem que ficar é com a mãe”*. Falas de resistência, de esperança.

Apesar de configurar um lugar de institucionalização, no abrigo estudado, o uniforme não se faz presente. Não é possível diferenciar funcionários, educadores, familiares, voluntários. Por muitas vezes, ao chegar no CEI (espaço de acolhimento de bebês e crianças pequenas da instituição estudada), cenário da pesquisa, fui confundida com mãe ou educadora. *“A senhora é mãe dele?”*, *“Você é educadora nova?”*. Não apenas pelas crianças, mas também pelas mães e familiares ali presentes. Era reservado para mim o lugar da dúvida. De início, um distanciamento necessário. Com o passar do tempo, repetindo o motivo da minha presença no CEI enquanto pesquisadora, os olhares e as posturas resistentes foram se transformando em conversas, sorrisos ou, até mesmo, em desabafos referentes às inúmeras dificuldades que enfrentavam as famílias.

Era possível notar o desconforto de algumas mães quando chegavam pela primeira vez para visitar seu filho. Lugar estranho, pessoas estranhas e o sentimento de que “algo me foi roubado” (fala de uma das mães). Parecem sentir a presença dos olhares estigmatizados de alguns educadores, de funcionários. Algumas mães entram quietas, inseguras, outras ferozes, rompendo a quietude da casa durante a manhã. Num primeiro momento, não se encaixam ali, não se sentem acolhidas, excluídas, estranham-se com o próprio papel de mãe, presenciam o “não-lugar”.

Castel (2011) indica que

ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la

devolvem como uma espécie de estigma. A discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade, constituída em fator de exclusão (p. 14).

Ocupar esta camada da população excluída traz, para as famílias, marcas profundas, um estigma que, para Goffman (2006), é uma característica *profundamente depreciativa*. Como característica fundamental que alimenta o estigma, a pessoa passa a ser considerada maldosa, perigosa ou fraca, de forma que suas qualidades são apagadas, tornando-a inferior e sem valor. De acordo com o autor, a pessoa estigmatizada possui menor valor humano que os demais, sendo que uma série de imperfeições e desvios lhe é atribuída a partir da característica original.

Desde os primeiros contatos com os bebês e as educadoras, apreendi o pensamento recorrente de que, *para deixar os filhos irem para um abrigo, não merece ser mãe mesmo* (fala de uma educadora, registrada no caderno de campo). São sentimentos que expressam a indignação de, como mulher¹⁰, não conceber a ideia de ver crianças, ainda tão pequenas, sendo maltratadas por aquelas que deveriam prover seu cuidado. Parece ser este um sentimento comum apoiado no estigma da mãe de filhos abrigados.

Goffman (2006) anuncia uma “carreira moral”, na qual as pessoas com estigma particular vivenciam experiências semelhantes de aprendizagem referente a sua condição, provocando uma série de ajustamentos pessoais.

Una fase de este proceso de socialización es aquella en la cual la persona estigmatizada aprende a incorporar el punto de vista de los normales, adquiriendo así las creencias relativas a la identidad propias del resto de la sociedad mayor, y una idea general de lo que significa poseer un estigma particular. Otra fase es aquella en la cual aprende que posee un estigma particular y —esta vez en detalle— las consecuencias de poseerlo (p. 46).

Não pretendo aqui fazer juízos de valor sobre essas mães, ou mesmo das educadoras, apenas trazer para o debate a complexidade de ocupar este lugar impregnado por uma identidade deteriorada. Antes mesmo de conhecer a trajetória de vida da criança que chega à instituição de acolhimento, as marcas sociais já anunciam o *status* de sua família. Criança e família já foram qualificados, ou melhor, desqualificados pelos sistemas de atendimento social,

¹⁰ O grupo de educadores do CEI foi, por todos esses anos de instituição, em sua totalidade composta por mulheres. Ano passado, por coincidência, ano que iniciei minha pesquisa, houve uma mudança por conta dos administradores da instituição, após inúmeras conversas com a gestora da mesma, que dizia ser interessante para as crianças menores terem, também, referências masculinas dentro da casa, levando à contratação do primeiro educador homem do CEI em agosto de 2016.

assumindo, a partir da aceitação dos serviços assistencialistas, a situação de vulnerabilidade social.

[...] qualificar pessoas ou grupo como vulneráveis pode, por um lado, influenciar o direcionamento de atenção e de recursos para sua necessária proteção e seu devido cuidado, mas, em contrapartida, pode também contribuir para que essas mesmas pessoas ou esses grupos sejam estigmatizados e não tenham suas competências reconhecidas (FREITAS e PRADO, 2016, p. 21).

A experiência do estigma imposto pela sociedade faz dessas mães e, consequentemente, de seus filhos e filhas, personagens fadados ao fracasso social. Desde o início, são “convidados” a compor os espaços desfavoráveis, as margens, sem nenhuma ou pouca infraestrutura. A territorialidade apontada por Paugam (2003) delimita as possibilidades identitárias reservadas às populações que ali habitam.

São territórios marcados pelo descaso e desinteresse dos governantes. Bairros sem saneamento básico, casas precárias, falta de transporte público, de postos de saúde, de escolas e creches. Aquilo que deveria ser direito de todos não chega aí. Se o lugar é um espaço de possibilidades de reconhecimento das pessoas, de percepção e construção da cultura (AMORIM, 2010), quais conteúdos de mundo serão captados em meio a tão pouco cuidado e atenção?

São resultados de situações histórico-sociais, que se agravaram com a industrialização na sociedade brasileira. Reconhecendo no Brasil a presença sempre ativa da inexistência de mecanismos societários eficientes de controle dos processos econômicos, Fernandes (2008) aponta que

Na fase em que estamos, porém, a própria industrialização tende a expandir-se de forma tumultuária, desordenada, e devastadora, acumulando sérios dilemas para o futuro da economia nacional. Mesmo manifestações localizadas do processo econômico não chegaram a encontrar formas construtivas de controle social. Sirvam-nos de exemplos as tensões e conflitos relacionados com as greves e com a fixação dos níveis de preços. Nos diferentes ajustes, os efeitos finais terminam na fixação de tetos para salários ou para preços das utilidades. O que quer dizer que em nenhum círculo social se procura tirar, de semelhantes tensões e conflitos, resultados de interesse para a coletividade como um todo (p. 83).¹¹

Essas tensões e conflitos fazem com que a população pobre permanece em territorialidades denominadas periferia, comunidade, favelas; espaços que compõem cenários de

¹¹ Florestan Fernandes faz uma análise histórico-social das mudanças ocorridas no Brasil, apresentando os limites dos processos de redemocratização do país. O autor compreende a formação de uma sociedade muito particular, com a acumulação capitalista e a luta pelo prestígio social e pelo poder, e aponta para o grande desafio na construção da democracia brasileira. Para maior aprofundamento, ver Fernandes, 2008.

subdesenvolvimento, submersos em estigmas e discriminações negativas do ser humano, que fazem com que os direitos sociais previstos sejam mais difíceis de serem alcançados.

Em se tratando de famílias com filhos abrigados em instituições de acolhimento, a identidade e a territorialidade são motivos já previstos para uma possível intervenção do Estado. Nestas situações, como indicam Silva e Mello (2004), o abrigo surge para substituir “medidas preventivas – por ausência ou insuficiência –, determinando a privação da convivência familiar por motivos que poderiam ser sanados com políticas e programas voltados à promoção da família, de forma a evitar o abrigamento” (p. 37).

Por isso, e aqui reforçamos suas palavras, Souza Neto (2013) defende que a pessoa necessita não apenas da garantia de seus direitos sociais, mas, também, de relações humanas saudáveis, fundadas na experiência da amizade e da ética. Relações que suscitem ferramentas pedagógicas capazes de “despertar, nos sujeitos e organizações, a autonomia, a criatividade e a capacidade de fazer escolhas e de formular políticas públicas, em vista da formação para a politicidade” (p. 41).

As descrições dos processos e tipos de estigmatização e da manipulação da identidade deteriorada, destacadas por Goffman (2006) a partir de uma microanálise, podem ser observadas em muitos casos como este que aqui buscamos apresentar, reforçando o tratamento destinado às pessoas pobres por parte considerável da sociedade que as marginaliza.

Para além do salário, a proteção passa também a ser considerada parte necessária na vida das famílias que, fora do circuito formal de trabalho, assumem o lugar da família desqualificada socialmente, família desestruturada, estigmatizada. Dessa forma, aqueles que se encontram fora das normas regularizadoras, estipuladas pelo Estado, ou melhor, pelas forças dominantes, também entram para a lista dos que necessitam ser protegidos. A proteção enquanto veículo normatizador das classes sociais. Mais uma forma de controle, de estabilizar o desconforto causado pelas camadas mais pobres, assim, as mais fragilizadas.

CAPÍTULO 2.

GERAÇÃO, RESPONSABILIDADE E ÉTICA NA ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS PEQUENAS

Colocam como desafio inadiável para os estudos e a educação na infância como destacar e denunciar essa desumanização. Como repensar nossos valores pedagógicos e como construir outra ética profissional? Como construir novas alteridades infanto-juvenis que possam tensionar e problematizar, sobretudo, as relações entre classe social e geração, além de gênero, raça/etnia, cultura e outras? Como construir outro projeto de cidade e de campo, outra sociedade e outra educação onde seja possível uma ideia de infância e criança-esperança para além da filantropia transvestida de esperança e utopia...

(Miguel G. Arroyo e Maurício R. da Silva, 2012, p. 19)

Atravessando a reflexão acerca do por que e a quem protegemos, adentramos, então, no campo da perspectiva geracional e seus desdobramentos no cuidado da criança pequena.

Segundo Sarmento (2005), “geração” é uma categoria estrutural de extrema relevância para a análise dos processos de estratificação social e da construção das relações sociais. Assim, a partir desta análise, é possível identificar as bases ideológicas, normativas e referenciais do lugar da infância na sociedade atual.

A compreensão de que o conceito de proteção construído ao longo das últimas décadas atua na regulamentação das relações entre adultos e crianças leva nossa atenção para a investigação das diferentes formas de cuidado oferecidas aos bebês a fim de elucidar quais imagens e preocupações vêm sendo direcionadas à assistência das crianças.

Como destacado por Freitas e Prado (2016),

Deve-se lembrar de que a experiência de ser criança expressa um complexo circuito de interdependências em relação às outras gerações. Como a criança não sobrevive por si, em si e para si, sua presença é necessariamente um feixe de relações. Em qualquer sociedade a criança necessariamente está

com, está entre, permanece ao lado de, é levada para, é deixada em, é uma extensão de, é uma incumbência para, é... (p. 17).

Dessa forma, nota-se que o cuidado da criança é exercido de forma geracional, de modo que a ordem de coordenar, organizar e estruturar o mundo seja, o tempo todo, do mais velho em relação ao mais novo. Este olhar unidirecional, significado pela percepção do adulto, deposita sobre as crianças expectativas e sentidos de inferioridade, reservando para estas adjetivos como inocente, frágil, incapaz, imatura, ou seja, um vir-a-ser que precisa ser protegido.

Libardi (2016) aponta para duas consequências decorrentes da visão da criança como um vir a ser: a negatividade e a menoridade do infante. O primeiro ponto está relacionado à imagem que se atribuiu às crianças, e o segundo anuncia, no âmbito legal, o lugar social reservado a essa estrutura geracional.

Apesar da luta crescente pelo reconhecimento das crianças enquanto atores sociais, evidenciada nos estudos sociais da infância, algumas representações históricas foram cristalizadas e, ainda hoje, regem políticas e práticas voltadas às crianças.

Ao reconhecer que, encontrando-se sobre a tutela do adulto, a criança tem seu cotidiano e suas experiências regidos pela ótica dos mais velhos, este capítulo traz o debate sobre como os sentidos atribuídos à palavra proteção vêm influenciando as relações intergeracionais entre adultos e bebês.

Em seus estudos sobre a infância enquanto categoria geracional, Qvortrup (2010) utiliza a denominação desenvolvimento da infância, pois compreende a estrutura permanente da mesma, um espaço social no qual as crianças vivem. O autor apresenta uma noção de infância como estrutura dinâmica que se transforma constantemente, assim como a adultez, a juventude e a velhice, pautada nos parâmetros sociais, e não individuais.

Sarmento (2015), notório pesquisador social da criança e da infância, faz uma crítica acerca da profunda invasão da indústria cultural na construção dos referenciais que são utilizados no cotidiano de trabalho, na relação com as crianças:

Quase sempre, esta contaminação discursiva dos mundos de vida das crianças confunde, perturba e desorienta mais do que esclarece. E, sobretudo, constitui um importante fator de colonização do pensamento por modelos estruturados e ideias fechadas, difusores da visão de uma “criança universal” inevitavelmente marcada pela matriz da classe e da cultura hegemônicas, raramente incentivando o pensamento crítico e disponibilizando apoios para uma ação socialmente contextualizada e

eticamente comprometida com o bem-estar e os direitos da criança (SARMENTO, 2015, p. 32).

Fica a indagação sobre como pensar os direitos das crianças, tão forte nos dias atuais, sem olhar para as mesmas a partir da construção de seu lugar de inferioridade em relação ao adulto. Foi este olhar de dependência e fragilidade que significou a necessidade de proteger a criança pequena. Entretanto, Freitas (2016) nos traz que “palavras como proteção e direito historicamente foram usadas mais vezes contra a criança do que a seu favor, com claras clivagens de classe, cor, gênero e origem” (p. 13), como discutido no capítulo anterior.

A distância existente entre o mundo dos adultos e das crianças aprofunda ainda mais a situação desfavorecida da criança que permanentemente deixa de ser ouvida também no processo de institucionalização.

Nos casos de acolhimento institucional, lugar de discussão desta pesquisa, a palavra proteção é tomada como justificativa para a separação da criança de sua família. Passamos então a vigiar os atos dos adultos, principalmente da mulher, em relação aos filhos. Palavras como negligência e intimidação provocam uma nova perspectiva para pensar a relação adulto-criança.

Quando nos referimos a crianças ainda muito pequenas, como os bebês, o corpo e suas expressões parecem ser os únicos veículos possíveis de indicar algum comportamento indevido ou maus-tratos. Afinal, no caso das crianças acolhidas, são estes adultos responsáveis que, de alguma maneira, feriram o pressuposto da proteção, perdendo a guarda de seus filhos, seja temporariamente ou em definitivo.

O corpo torna-se cúmplice. Através deste, é possível encontrar a “prova” para os maus tratos: corpo sujo, maltratado, corpo que apanhou, corpo desnutrido, corpo violentado. Importante salientar que as concepções de corpo sadio e corpo bem cuidado também vão sendo construídas socialmente e, desta forma, devem ser contextualizadas e problematizadas para além das normalidades impostas pelo discurso jurídico.

Nesse contexto, protege-se a criança daquele adulto que deveria então prover seu cuidado e bem-estar. Mas, não se trata aqui de qualquer adulto. São adultos e famílias impregnados pelas marcas das desigualdades sociais, situação esta que deposita sobre esses indivíduos significações de descrença e incapacidade para o cuidado de suas crianças. E, tristemente, o que se constata ao passar dos anos, segundo Rizzini (2004), é que não foram criadas

“alternativas que efetivamente evitassem a separação de crianças de suas famílias e comunidades, persistindo resquícios da intervenção assistencialista e autoritária no âmbito da família” (p. 14).

Segundo Sarmiento (2015),

Em contextos sociais cujos pressupostos de realização da norma ocidental da infância não são garantidos – com processos de escolarização tardios, abandono escolar, modelos de organização familiar diferenciados da “família nuclear” e, sobretudo, com condições sociais marcadas pela exclusão e pela negação dos direitos – estudar as crianças para além da norma acidental, desconstruir as suas origens históricas e sociais e descortinar outros processos de normatização constitui uma tarefa indispensável de um programa crítico (p. 41).

Reafirmando tal situação, compreende-se, neste estudo, a necessidade de, como salientado acima, *descortinar* alguns processos de normatização, trazendo o foco agora para o cuidado geracional e a ética na atenção às crianças pequenas.

Ao considerar a geração enquanto categoria estrutural fundamental para a construção das relações sociais, este capítulo busca refletir sobre **a infância enquanto categoria social que deve ser cuidada pelo adulto** e, para isso, discutir o conceito de geração, destacando a reconceptualização, proposta por Jens Qvortrup e Manuel Jacinto Sarmiento. Pretende-se, ainda, **compreender como o adultocentrismo orienta e organiza os espaços e tempos para as crianças** dentro das instituições e **como o corpo se torna objeto de leitura e confirmação dos motivos que levam a criança pequena à situação de abrigo**.

Geração, cuidado e alteridade

A infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. É continuamente atualizado na prática social, nas interações entre crianças e nas interações entre crianças e adultos. [...] A geração da infância está, por consequência, num processo contínuo de mudança, não apenas pela entrada e saída dos seus

atores concretos, mas por efeito conjugado das ações internas e externas dos fatores que a constroem e das dimensões de que se compõe.

(Sarmiento, 2005, p. 365-366)

Compreender como se dá o cuidado geracional requer a análise da construção social da infância, a apreensão dos significados e sentidos que foram sendo atribuídos ao que denominamos criança e as definições do que podem ou não fazer enquanto grupo social.

Diante da vasta produção brasileira acerca desse assunto (MARCILIO, 1997; DELGADO; MÜLLER, 2005; ROSEMBERG; MARIANO, 2010; FREITAS, 2016), neste estudo, apontarei brevemente alguns aspectos históricos da construção do conceito infância, que colaboram com a discussão sobre a criança e o cuidado geracional.

Sarmiento (2005) aponta que a construção moderna da infância coincidiu com a separação do mundo dos adultos e a institucionalização das crianças, desenvolvendo, ainda, um trabalho de construção simbólica da infância que promoveu um conjunto de exclusões das crianças do espaço-tempo da vida em sociedade.

Como salienta o autor, a etimologia da palavra infância traz em si uma negatividade: é a idade do não-falante, “o que transporta simbolicamente o lugar de detentor do discurso inarticulado, desarranjado ou ilegítimo; o aluno é o sem-luz; criança é quem está em processo de criação, de dependência, de trânsito para um outro” (SARMENTO, 2005, p. 368).

Dessa forma, com a Europa moderna, que inicia com o Renascimento no século XVI, surge um novo conceito de homem que rompe com as demais culturas, impondo para o mundo ocidental um olhar racionalista sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre a criança, que influenciou a construção da infância no Brasil e em outros países da América Latina. Se a razão é o que possibilita o homem livrar-se dos enganos e das falhas, é também esta que atribui valor ao que, a partir de então, denominou-se indivíduo¹².

Doravante a criança assume a posição da imaturidade, ainda não possuidora da razão plena, portanto incapaz de fazer suas próprias escolhas. Adota-se a compreensão do pensamento

¹² A modernidade rompe com o saber religioso sobre a realidade e o homem, transformando o modo como o ser humano compreende a Deus e a si mesmo, tornando a razão como referência absoluta. Ver Marques (1993), Guiddens (1992), Kant (2012).

cognitivo, que se aperfeiçoa com o passar do tempo cronológico e biológico, reservando à criança a condição de um vir-a-ser, em preparação.

Os valores racionalistas vigentes na Modernidade contribuíram para fazer da infância uma fase da vida de investimento e edificação do indivíduo. Por consequência, esse movimento colaborou para a segmentação paulatina da vida social com base em faixas etárias – entre outros fatores – e a infância tal como concebemos hoje foi sendo inventada a partir das posições de racionalização do mundo ocidental (LIBARDI, 2016, p. 27).

Tema amplamente discutido em trabalhos sobre a infância e a criança¹³, a posição de inferioridade em que se encontram os ainda muito pequenos, necessitados de cuidados, fez com que a criança passasse imperceptível às ações político-sociais. Freitas (2016) arriscou dizer que “a história social da infância no Brasil é também a história da retirada gradual da questão social infantil do universo de abrangência das questões de Estado” (p. 23).

Isso não quer dizer que antes as crianças pequenas não eram consideradas indivíduos, ou mesmo que não participassem da vida junto aos adultos. Mas, alerta sobre o comportamento da sociedade para com essa categoria geracional.

Muitas são as formas de governo da infância hoje, e o que parece ganhar especificidade, quando se trata dessa relação, é a centralidade do cuidado da infância pelo adulto. Buckingham (2002) já argumentava que os adultos sempre monopolizaram o poder de definir a infância, suas condutas, seus comportamentos adequados e inadequados. Esse parece ser o argumento evocado através das práticas institucionais onde o governo da infância é pautado por uma cultura que assume o cuidado pelo adulto, reduzindo em muitos casos, as possibilidades de agenciamento e de poder por parte da infância (LIMA, 2015, p. 96).

Ao assumir uma postura estruturalista acerca do conceito de geração, Qvortrup (2010) defende que a infância não tem um começo e um fim temporais, não devendo ser compreendida de maneira periódica. Mais apropriado seria compreender a infância como uma categoria permanente de qualquer estrutura geracional. Além disso, o autor defende a importância da criança no contrato geracional, salientando que, em algumas culturas, as crianças deixaram de ser vistas como atores positivos da equação geracional.

De acordo com o autor, no início do século XX, registros de estudos sociológicos para avaliação do significado da estrutura social ainda não apresentavam a criança enquanto categoria social ou um coletivo. Porém, neste mesmo século, as crianças passam a ser

¹³Ver Ariès (1978), Sirota (2001), Cohn (2005), Rosemberg (2006), Corsaro (2011) e Freitas (2016), entre outros.

consideradas sujeitos de direitos, defendendo-se o discurso de que elas não deveriam trabalhar, mas aprender e brincar em espaços organizados e estruturados para elas.

Dessa forma, algumas crianças começam a frequentar instituições estruturadas e organizadas a partir da perspectiva dos adultos, do que estes compreendem como sendo importante para o tempo da infância. Instituições regimentadas por tempos e espaços que tendem a disciplinar os corpos. Segundo Sarmiento (2004), “os saberes periciais sobre as crianças constituem-se como balizadores da inclusão e da exclusão na ‘normalidade’ e exprimem-se em procedimentos de inculcação comportamental, disciplinar e normativa” (p. 12).

Isso é compreensível se partirmos do pressuposto de que o conceito de direito, associado à ideia de proteção, também está relacionado à necessidade de controle dos adultos em relação às crianças. Como analisado por Müller (2014), com os direitos universais, a infância passa a ser normalizada, legitimando o conceito ocidental de uma infância ideal: “[...] a infância é universalizada pelos princípios de comportamento esperados dos adultos em relação às crianças, que foram introduzidos pela classe média nas democracias industrializadas durante o século XIX” (p. 13-14).

Resgatando a discussão do capítulo anterior, que salienta a solidificação da nossa sociedade salarial, não podemos deixar de lembrar que a infância, tal qual nos é definida atualmente, surge com a nova ordem capitalista. A redução da infância a uma fase de preparação para a vida adulta está intimamente ligada à hierarquização da sociedade capitalista, de formação do futuro trabalhador.

A partir de uma abordagem macroestrutural, Qvortrup (2010) amplia a percepção da infância e de sua relação com a sociedade, investigando como as forças sociais atingem a vida das crianças pequenas. Segundo o autor, esta perspectiva é indispensável para se chegar a um consenso sobre a natureza desta relação. Norteadas por parâmetros sociais, tais como parâmetros econômicos, políticos, culturais, discursivos, entre outros, cada estrutura geracional representa os entendimentos e ideologias sobre os indivíduos que dela fazem parte.

Apesar de estarem expostas aos mesmos parâmetros, cada uma das categorias geracionais sofre ou lida com estes impactos de maneira distinta, pois os meios, os recursos, a influência e o poder estão distribuídos diferentemente entre as categorias (QVORTRUP, 2010). Da mesma maneira, devemos lembrar que, para além da categoria infância, as crianças vivenciam

diferentes experiências de infância, dependendo da cultura na qual estão inseridas, da classe social a que pertencem, sua cor de pele, sua etnia, criando infâncias plurais.

É importante salientar este contexto para a discussão sobre o cuidado geracional aqui proposta, pois se sabe que muitos dos parâmetros que influenciam a vida das crianças pequenas são definidos sem levar em consideração as crianças e/ou as diferentes infâncias, tendendo, muitas vezes, para uma compreensão generalista do ser criança.

Para tanto, representa-se o tempo todo uma infância global; modelo ideal baseado na imagem das famílias dominantes, ou seja, famílias europeias formadas por pessoas brancas da alta classe social. Assim sendo, orientadas pela abordagem da psicologia do desenvolvimento, as instituições responsáveis por educar a geração infantil normatizam as condutas e práticas junto às crianças, com o intuito de atingir o pleno desenvolvimento humano.

[...] o pressuposto da universalidade – que fundamenta o estabelecimento de um padrão para o desenvolvimento – abandona as particularidades do ambiente sociocultural onde as crianças crescem e a partir do qual a infância é produzida. Assim, a variabilidade da infância foi reduzida a trajetórias que, [...] autorizam intervenções junto a essa população mais nova para serem cuidadas, educadas, assistidas, instruídas (LIBARDI, 2016, p. 33).

Neste ponto, inspirada pelo texto de Freitas (2004)¹⁴, faz-se interessante trazer para este debate a análise de Edward Said em seu livro *Orientalism*¹⁵, no qual o autor faz uma rica reflexão acerca do Oriente enquanto um modo de discurso orientado pela cultura europeia, ou seja, pelo Ocidente. Said (1990) aponta para o sentido histórica e materialmente definido do termo orientalismo, tal como uma instituição organizada para que fosse possível negociar com o Oriente, “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (p. 15).

Talvez a relação entre Oriente/Ocidente e Adulto/Criança sob a perspectiva geracional não pareça, de início, algo possível de ser comparado. Porém, se levarmos em consideração a

¹⁴ “Cuidar da infância rústica: um estudo comparado sobre estratégias educacionais direcionadas às crianças de lugares considerados arcaicos (Portugal e Brasil)”, texto apresentado no Congresso Brasileiro de História da Educação.

¹⁵ Tomando como base o comentário de Gramsci nos *Cadernos do cárcere*, Said (1990) declara que, enquanto oriental que teve toda sua educação vivenciada em duas colônias britânicas e nos Estados Unidos, o autor evidencia, em seu estudo, a “tentativa de inventaria em mim o oriental, os traços dessa cultura cuja dominação foi um fator tão poderoso na vida de todos os orientais. [...] tão severa e racionalmente quanto pude, tentei manter uma consciência crítica, além de empregar os instrumentos de pesquisa histórica, humanística e cultural de que a minha educação me tornou o afortunado beneficiário. Em nada disso, contudo, perdi jamais de vista a realidade cultural do envolvimento pessoal de ter sido constituído como ‘um oriental’” (p. 37).

distância entre a cultura dos adultos e a cultura infantil e como estas estão postas na nossa sociedade atual, a sugestão aqui proposta não aparenta tamanho estranhamento.

Do mesmo modo como o autor relata o encontro de Flaubert com uma cortesã egípcia, no qual o europeu produz um modelo amplamente influente da mulher oriental, sem que essa falasse sobre si ou de suas emoções, o olhar do adulto também tende, muitas vezes, a construir sua própria representação da criança, falando por ela, sem, sequer, ouvir suas verdades.

Aproximando a relação Ocidente/Oriente discutida por Said (1990) da relação intergeracional, cabe dizer que também o adulto, assim como o europeu, criou a ideia de uma identidade superior em comparação àqueles não-adultos, ou seja, crianças e jovens, com a qual estabelece uma posição de dependência, sem que o adulto jamais perca a vantagem relativa. Afinal, como destacado por Freitas (2004), “desqualificar a experiência de outrem é condição prévia para criar um campo de autoridade sobre a pessoa, descrita como não-pessoa, e sobre seu lugar, descrito como não-lugar” (p. 3).

Libardi (2011), em rico trabalho sobre a proteção e a relação geracional, destaca a presença marcante da superioridade da posição dos adultos nas trocas intergeracionais, apontadas pelos participantes de sua pesquisa, expressa na referência frequente à autoridade dos adultos como característica forte do seu comportamento, exigindo disciplina e obediência das crianças. Essa hierarquia perceptível na relação adulto-criança coloca o adulto em posição superior diante das crianças, dando-lhe poder perante esta geração.

Não há nada de misterioso ou de natural na autoridade. Ela é formada, irradiada, disseminada; é instrumental, é persuasiva; tem posição, estabelece padrões de gosto e valor; é virtualmente indistinguível de certas ideias que dignifica como verdadeiras, e das tradições, percepções e juízos que forma, transmite, reproduz. Acima de tudo, a autoridade pode e realmente deve ser analisada (SAID, 1990, p. 31).

Dessa maneira, as representações da criança e da infância vão se formando com base, quase que exclusivamente, em uma consciência adultocêntrica que, tal qual o surgimento do mundo oriental pelos olhos do ocidente europeu, configura um mundo das crianças “segundo uma lógica detalhada governada não apenas pela realidade empírica, mas por um conjunto de desejos, repressões, investimento e projeções” (SAID, 1990, p. 19).

É necessário lembrar que este estudo trata da infância em situação de pobreza, estando a criança abrigada como um outro estrangeiro, marginalizado em nossa sociedade, assim como ainda são as mulheres, os índios, os negros, entre outras minorias.

Uma das críticas levantadas acerca do conceito de geração traz a ocultação dos fatores de estratificação social para a compreensão geracional. Sarmiento (2005), ao resgatar este conceito, indica a complexidade desta discussão na qual a geração não dilui os efeitos de classe, de gênero ou de raça na classificação social, “mas conjuga-se com eles, numa relação que não é meramente aditiva nem complementar, antes se exerce na sua especificidade, ativando ou desativando parcialmente esses efeitos” (p. 363).

Para contrapor, então, essa perspectiva generalista, como nos indica o estudo de Edward Said (1990), vê-se na alteridade o caminho possível para o reconhecimento e melhor compreensão do outro, neste caso, reconhecimento da criança enquanto ator social, dando-lhe o lugar que é seu por direito.

Se o conhecimento científico ainda é construído a partir do olhar do adulto, que, pelo menos, este encontre ferramentas que possibilitem ouvir às crianças pequenas. A necessidade de uma relação íntima entre o estudioso e seu objeto de estudo, promovendo o estudo das crianças a partir das suas próprias práticas e ações.

Segundo Sarmiento (2005), a mudança de perspectiva nos estudos da infância como categoria geracional própria se dá com o reconhecimento crítico da alteridade da infância, que só é possível a partir da ação das crianças e das “culturas da infância”. Para o autor, esse conceito refere-se à capacidade das crianças em construírem, de forma sistematizada, modos de significação do mundo e de ação intencional, distintos dos modos adultos.

Lima (2014) traz à tona a reflexão sobre o discurso jurídico-normativo evidenciado no Brasil que, através da afirmação dos direitos da criança e do adolescente, mobiliza todo o país em direção a mudanças de conduta das instituições sob um forte sentimento de proteção à infância.

Amparada pelo pensamento foucaultiano, a autora declara que o poder que se exerce sobre a infância não está situado num lugar específico, mas se dissemina por toda a estrutura social e é esta forma de pensar o poder que possibilita uma outra abordagem relacional entre a criança e o adulto, abrindo uma brecha para considerar a presença de formas de poderes distintos, onde tanto um quanto o outro são constituídos nessa relação.

Evidenciando essa brecha, observa-se que o cenário vem se modificando nos últimos anos com os estudos que assumem as referências da sociologia da infância, reservando às crianças

um lugar ativo na sociedade. A partir da década de 1.990, rompem-se os tradicionais limites da investigação reservada aos campos médicos, da psicologia do desenvolvimento, para, então, considerar o fenômeno social da infância, concebida como categoria social autônoma, podendo assim ser analisada nas suas relações com a ação e estrutura social (SARMENTO e PINTO, 1997).

Assim, encaramos que a criança modifica o espaço social em que vive, trazendo outras interpretações e reinventando o mundo dos adultos. Segundo Corsaro (2011), as crianças vão além da cultura dos adultos, construindo uma cultura exclusivamente delas, em pares, contribuindo de maneira ativa para a produção e mudanças culturais. É o que o autor denominou de cultura de pares, sendo esta um “conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças produzem e compartilham em interação com as demais” (CORSARO, 2011, p. 128).

Em suas pesquisas sobre as culturas de pares e a educação inicial das crianças, o autor vem sendo uma importante referência para os estudos produzidos com crianças, e não apenas sobre elas, propondo o conceito de reprodução interpretativa. A partir deste conceito, Corsaro (2009) reconhece a importância do coletivo nos processos de socialização, destacando como parte desta a apropriação, a reinvenção e a reprodução da cultura. Rompe-se, desta maneira, a compreensão do conceito de socialização como imposição da cultura adulta à criança, relação na qual a criança é vista como uma receptora passiva.

O termo interpretativa captura os aspectos inovadores da participação das crianças na sociedade, indicando o fato de que as crianças criam e participam de suas culturas de pares singulares por meio da apropriação de informações do mundo adulto de forma a atender aos seus interesses próprios enquanto crianças. O termo reprodução significa que as crianças não apenas internalizam a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e a mudança social (CORSARO, 2009, p. 31).

Mesmo com os contornos e limites impostos pelos adultos, a criança ressignifica seu lugar na sociedade, recriando espaços, sentidos, cultura. São gestos, olhares, expressões, posturas que apontam para outras maneiras de interagir com o outro e com o mundo. Linguagens que, muitas vezes, exigem plena atenção para serem apreendidas, pois escapam do olhar já tão acostumado com o óbvio, com o repetir do cotidiano que se faz sempre igual. Nas palavras de Sarmento (2011)

as práticas sociais das crianças reconfiguram os lugares institucionais em que vivem as crianças, em cada momento, e as formas de ser e de agir das

“crianças” contaminam, alteram, modificam permanentemente as práticas familiares, escolares, institucionais, e dos territórios e espaços sociais em que se encontram (p.585).

É a tensão existente na relação intergeracional, na qual os mais jovens, ao rejeitar a realidade construída pelas gerações anteriores, apresentam novos estilos de vida, tessituras outras que provocam deslocamentos e transformações, trazendo mudanças sociais.

Tais exemplos encorajam outros olhares e possibilitam novos arranjos, visto que, assim como a infância, a geração também é um conceito construído socialmente e está constantemente sendo repensado e reestruturado, ou seja, reconceitualizado.

No cuidado geracional, fica explícita a situação peculiar das crianças, pois sua geração é marcada pela menoridade estando, conseqüentemente, sob a tutela das gerações mais velhas. Dessa forma, as vivências possíveis estão sempre atreladas ao olhar adultocêntrico, no qual os adultos organizam, estruturam e delimitam os espaços e tempos da infância para a criança. Esse fator é apontado por Lajolo (2003) em seus estudos que demonstram a ausência da fala de crianças sobre si mesmas ou de que, mesmo quando se fazem falar, nem sempre são legitimadas em suas falas.

É importante lembrar que, como aponta Sarmento (2004), as crianças são potenciais protagonistas de ações potencializadoras da democratização social, pois reconfiguram a sociedade contemporânea a partir da assunção de certos valores e causas políticas, com a reivindicação de transformações no espaço público em áreas como o ambiente, a segurança urbana, as políticas urbanistas e a reivindicação do lazer.

A noção de responsabilidade e a ética na atenção aos bebês

[...] defendemos que a diferença radical da infância consiste precisamente em deslocar-se da norma axiológica e gnoseológica constituída pelo adulto, o que faz com que cada criança se insira na sociedade não como um ser estranho, mas como um ator social portador da novidade que é inerente à sua pertença à geração que dá continuidade e faz renascer o mundo.

(Sarmento, 2004, p. 10)

Ao compreender que as relações entre crianças e adultos na modernidade não se desenvolveram sob uma consciência de alteridade, vê-se distanciar o mundo entre os mesmos. Evidencia-se o surgimento de instituições orientadas para o cuidado das crianças, separando-as em um espaço-tempo distinto dos adultos. Como vimos no tópico anterior, a geração da infância passa a ser instruída por estatutos, direitos e condutas generalizadas.

A normatividade inerente à infância contemporânea reserva à criança um lugar social próprio, estabelecendo, neste processo, o ofício de criança, ou seja, “um conjunto de comportamentos e ações que se espera que a criança desempenhe, o qual foi inicialmente concebido como ofício de aluno” (SARMENTO, 2011, p. 586).

Nesse contexto, tem-se a instituição escolar como novo espaço moderno de construção da infância; lugar este onde crianças pequenas devem ser cuidadas e educadas, causando transformações profundas nas relações familiares estabelecidas até aquele momento histórico. O educar se torna aprendizagem e a tarefa da responsabilidade agora está também nas mãos dos adultos pertencentes à instituição escolar. Escola muitas vezes envolvida por interesses de dominação e sentimentos de exploração, do exercício do poder sobre um determinado grupo tido como diferente. Nas palavras de Gusmão (1999), “o meio pelo qual o diferente deve ser transformado em igual para que possa submeter, dominar e explorar em nome de um modelo cultural que se acredita natural, universal e humano” (p. 43).

As transformações na vida social, decorrentes do processo de globalização e da exigência de produtividade amparada no capitalismo, ditam novos princípios e valores.

A partir do momento que passamos a considerar a criança como aquela destituída das competências e habilidades necessárias para ingressar no mercado de trabalho, legitimamos seu afastamento da atividade laboral ou mesmo de outras atividades socialmente relevantes. Como salienta Libardi (2016), “desde a Modernidade, até nossos dias, as crianças se acham marginalizadas das tarefas que realmente ditam a ordem social em nome de suposta garantia de proteção [...]” (p. 29).

Segundo Sarmiento (2011), tais mudanças sociais, juntamente a outras características da modernidade, reconfiguram o ofício da criança:

A escola expandiu-se, mas exprime, como nenhuma outra instituição moderna, o declínio do programa institucional; a família nuclear, sendo dominante, transformou-se e convive com múltiplas formas de agrupamento familiar, perdendo o estatuto simbólico de “forma verdadeira de família”; os saberes periciais sobre as crianças multiplicam-se, originam inúmeras tecnologias comportamentais e expandem-se cada vez mais em disciplinas e abordagens concorrenciais no âmbito de uma ciência com a ameaça crescente ao lugar de centralidade da Psicologia do Desenvolvimento; a administração simbólica da infância tornou-se o espaço paradoxal da afirmação da autonomia da criança e do refinamento dos dispositivos de controlo (p. 587).

Nota-se que autonomia e controle são dois conceitos que dificilmente conseguem ser articulados em um mesmo discurso. Configurar espaços educativos que promovam a autonomia da criança é, acima de tudo, provocar e estimular a tomada de decisão, ações para a liberdade. De nada adianta esse olhar diante de situações de controle que intentam disciplinar o sujeito, neste caso, a criança. Além disso, devemos salientar que o discurso sobre a proteção dos direitos da criança, assim como o reconhecimento de seu lugar enquanto cidadã, encontra-se distante da perspectiva das práticas concretas e da compreensão da multiplicidade da realidade da criança brasileira.

Guimarães (2011) traz à tona o debate sobre as relações entre bebês e adultos na creche e aponta que educar e cuidar são ações específicas do trabalho com as crianças pequenas, ainda que sejam vivenciadas de diferentes formas e de modo segmentado. Sua reflexão gira em torno dessa problemática, atentando-se ao cuidado como ética e polemizando a constituição das instituições voltadas a atender bebês.

A autora destaca que a creche foi criada para a população pobre, “atendendo filhos das ex-escravas no contexto da abolição da escravidão no Brasil, ou acolhendo os filhos das trabalhadoras domésticas e fabris, no cenário urbano emergente naquele período” (GUIMARÃES, 2011, p. 39). Portanto, trazem como marcas fundamentais a guarda e o caráter assistencial.

Em análise citada por Qvortrup (2011), o autor Martin Hamburger, mesmo reconhecendo as melhorias nas condições de vida e saúde das crianças a partir da modernidade, destaca algumas questões relevantes para a reflexão acerca da responsabilidade:

[...] a aplicação escrita de cuidados e atitudes de proteção em relação às crianças pode muito bem criar uma situação paradoxal em que a proteção significa exclusão e a exclusão significa privação [...] Cada vez mais, os humanistas reconhecem que o perigo da participação das crianças na

economia deve ser colocado junto a outro risco: o de que as crianças não tenham um papel útil a desempenhar (p. 327).

Está posto pela Convenção das Nações Unidas que é dever da sociedade e do Estado o cuidado e a responsabilidade sobre as crianças e os adolescentes, para assegurar a proteção de seus direitos. Entretanto, o que vemos é que as crianças têm direitos que dependem de um outrem quando em relação à liberdade, à cultura, ao lazer, a um meio ambiente de qualidade, entre outros, afinal dependem da pessoa adulta e de instituições para vivenciar sua cidadania. É este outro o responsável pela promoção e defesa de sua participação, sobrevivência e de seu cuidado integral.

Do mesmo modo, apesar do discurso aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1989, defendendo que, sob a responsabilidade desse outro, adulto, a criança teria seus direitos assegurados, estando mais protegida, o que se observa é que

[...] essa proclamação, a que se vieram a associar praticamente todos os países do mundo, não apenas não foi suficiente para garantir uma melhoria substancial das condições de vida das crianças, como, pelo contrário, não cessam de se intensificar fatores que fazem das crianças o grupo etário onde há mais marcados indicadores de pobreza, como se têm agravado alguns sinais das crianças como o grupo etário mais sujeito a situações específicas de opressão e afetação das condições de vida (SARMENTO E PINTO, 1997, p. 9).

Se nos deixarmos levar apenas por aquilo que foi sendo escrito acerca de uma infância que se quer desejada e de uma criança comum, generalizada, realidades vivenciadas pelas diversas crianças brasileiras se perderão em números soltos, sem sentido, vazios. Como salienta Said (2001), “parece ser uma falha humana comum preferir a autoridade esquemática de um texto às desorientações de encontros diretos com o humano” (p. 102).

O encontro com o outro, um outro diferente de mim, muitas vezes foge daquilo que com o tempo se tornou comum, questionando padrões, normalidades. O vivenciar de uma relação geracional entre adultos e crianças, por exemplo, confronta a realidade que está posta pelos adultos simplesmente por mostrar outras maneiras de se debruçar e degustar o mundo. Sim, nos desorientamos ao nos depararmos com outra realidade que não a nossa, à qual estamos acostumados, desorientação essa difícil de ser retratada em textos formais, estruturados, espaços onde faltam palavras que possam dar conta de tamanha intensidade.

Em relação aos estudos da infância, nota-se a presença quase sempre fiel do retrato de uma criança privilegiada, de uma infância idealizada, deixando na invisibilidade outras tantas

infâncias e crianças de realidades precarizadas. Por isso, o interesse em olhar de perto as crianças institucionalizadas e suas vivências, nos libertando das amarras de um entendimento idealizado sobre a infância brasileira e de como nós, adultos, protegemos nossas crianças.

Que lugar é esse, de responsabilidade pela criança que, ao invés de fazer valer seus (supostos) direitos, a distancia cada vez mais de uma vida de qualidade e ativa em sociedade? Poderíamos ainda perguntarmo-nos: que crianças são essas que constantemente aparecem nos discursos das políticas públicas para a infância, que frequentam instituições públicas ou estão sendo resguardadas em instituições de acolhimento como medida de proteção de seus direitos?

Sem deixar escapar o que nos ressaltou Rosenberg (2001), que mulheres e crianças (principalmente os bebês) são segmentos sociais mais próximos à subordinação e de que as políticas e programas visam a populações pobres, compreendemos melhor algumas fragilidades presentes no atendimento aos bebês, personagens desta pesquisa. Por isso, a necessidade de conhecer de perto essas realidades, que nos contam de fato quais caminhos estão sendo percorridos por essas crianças e suas famílias, sem disfarces.

Ao encarar que a história da infância pobre no Brasil pouco mudou desde sua origem, Rizzini e Pilotti (2011) apontam que, mesmo com as instituições erguidas para amparar as crianças e as leis formuladas para protegê-las, o abandono e a criminalidade ainda atingem milhões de crianças no Brasil. Tratando da infância pobre, os autores destacam que às crianças e adolescentes que permaneceram à margem da sociedade, reservou-se a piedade e a solidariedade de uns; a indiferença, hipocrisia ou crueldade de outros.

No que se refere ao caso específico das políticas dirigidas à infância, prevaleceu, no Brasil até o presente, a “necessidade” de controle da população pobre, vista como “perigosa”. Manteve-se, pois, o abismo infranqueável entre infâncias privilegiadas e menores marginalizados. Impuseram-se reiteradamente propostas assistenciais, destinadas a compensar a ausência de uma política social efetiva, capaz de proporcionar condições equitativas de desenvolvimento para crianças e adolescentes de qualquer natureza (RIZZINI & PILOTTI, 2011, p. 16-17).

Assim sendo, a família, que com a chegada do século XX se torna o lugar privilegiado para a criança, passa a ter suas ações direcionadas por iniciativas médicas que indicam as condições necessárias para a saúde do bebê. O cuidado, que ora é compreendido como proteção, acaba se tornando uma maneira de controlar e governar as crianças, particularmente as crianças pobres. Quando essa família não consegue (independente das razões) suprir essas condições –

alimentação, educação, moradia, higiene, amparo emocional –, o Estado tem o dever de intervir, tomando-lhe a guarda de seus filhos e levando-os para instituições; cria-se, então, uma “cultura da institucionalização” (PILOTTI & RIZZINI, 1995).

Buscando conhecer como a geração mais velha vê o imperativo da proteção, Libardi (2016) problematiza a questão da percepção do papel dos adultos para com as infâncias marginalizadas. Utilizando uma história fictícia sobre um menino em situação de rua, sua pesquisa empírica revelou que, quando outras infâncias entram em cena, a maioria dos adultos envolvidos evocou o Estado como um dos responsáveis pelo problema, retirando-lhes o comprometimento com a criança em questão. Muda o cenário; mudam as regras do jogo. Se, num primeiro momento de sua pesquisa, refletindo sobre suas infâncias, todos os entrevistados concordaram que são os adultos que devem se envolver com a educação e o cuidado da criança, ao tratar das infâncias não idealizadas, cabe ao Estado esse dever, se apoiando nos discursos do medo e da não possibilidade de resolução do problema ao agir por si próprio. Indo mais além, alguns adultos trouxeram ainda a parcialidade de culpa da própria criança em situação de vulnerabilidade social, responsabilizando-a pelo que faz na rua.

Para as crianças que vivem infâncias marginalizadas, a postura dos adultos foi de tentar ignorá-las, ou convocar instituições do Estado. [...] A pesquisa mostra que os adultos estão "desidentificados" com essas infâncias e por isso não houve empatia suficiente para fazê-los agir em benefício delas (LIBARDI, 2016, p. 230).

Essa conclusão apontada pela autora reforça a reflexão aqui proposta de compreensão sobre quais crianças e quais infâncias são retratadas no discurso de proteção que rege as políticas públicas de atenção à criança pequena. Assim como os estudos evidenciados por Arroyo e Silva (2012), também é interesse desta pesquisa reconhecer a existência da infância ocultada, a vivência do corpo-infância, que se configura na diversidade de sujeitos situados em contextos históricos marcados pela simbiose entre desigualdades sociais e diversidades socioculturais” (p. 9).

Apesar da clareza de que houveram mudanças na institucionalização de crianças e adolescentes, suas raízes estão facilmente identificáveis no passado, sublinhando corpos que revelam preconceitos históricos. A observação cuidadosa dessas experiências corpóreas pode trazer as indagações necessárias para uma reflexão mais aprofundada acerca da institucionalização da criança pequena e da ética no cuidado dos bebês em acolhimento institucional.

Um olhar atento ao corpo institucionalizado

A coerência expressiva exigida nas representações põe em destaque uma decisiva discrepância entre nosso eu demasiado humano e nosso eu socializado. Como seres humanos somos, presumivelmente, criaturas com impulsos variáveis, com estados de espírito e energias que mudam de um momento para o outro. Quando, porém, nos revestimos de caráter de personagens em face de um público, não devemos estar sujeitos a altos e baixos. Como disse Durkheim, não permitimos que nossa atividade social superior “siga a trilha de nossos estados físicos, conforme acontece com nossas sensações e nossa consciência corporal geral”. Espera-se que haja uma certa burocratização do espírito, a fim de que possamos inspirar a confiança de executar uma representação perfeitamente homogênea a todo tempo.

(Goffman, 2002, p. 58).

Goffman (2002) propõe uma sociologia das ocasiões, na qual é possível identificar o comportamento das pessoas quando estão interagindo, envolvidas em um “ritual de interação”. O livro *A representação do eu na vida cotidiana* retrata a questão das relações interpessoais, no qual o autor utiliza o teatro como metáfora para demonstrar como são tecidos os encontros entre as diferentes personagens e o quanto isto interfere na maneira como o sujeito se enxerga; como se constitui enquanto Eu. Na observação deste ritual, que se faz presente também no cotidiano do abrigo, buscou-se refletir sobre como são construídas essas relações complexas de interação social e como, nessa interação, a criança e o/a educador/a também revelam partes de sua face.

No encontro com crianças pequenas morando em abrigo, surge uma concepção de sofrimento, de família desestruturada, descaso, abandono. A vulnerabilidade de estar acolhido apresenta-se nos olhares daqueles que se envolvem direta e indiretamente com essas crianças, tais como os professores da escola, assistentes sociais, educadores sociais, conselheiro tutelar e moradores do bairro no qual está inserido a Instituição de Acolhimento.

Como já discutido anteriormente, o cuidado da criança pequena no Brasil é considerado um trabalho sem prestígio, estando sempre ligado “a intervenção sanitarista e higienistas que

contribuíram para que a qualidade relacional do trabalho com a criança fosse tutelada e desqualificada” (GUIMARÃES, 2011, p. 43). Quando esse trabalho se refere ao cuidado de bebês e crianças abrigadas, nota-se o abismo entre infâncias privilegiadas e infâncias marginalizadas:

O recolhimento, ou a institucionalização, pressupõe, em primeiro lugar, a segregação do meio social a que pertence o “menor”; o confinamento e a contenção espacial; o controle do tempo; a submissão à autoridade – formas de disciplinamento do interno, sob o manto da prevenção de desvios ou da reeducação dos degenerados (RIZZINI e PILOTTI, 2011, p. 20).

Silva (2011) inicia seu artigo reafirmando a difícil arte de cuidar do corpo das crianças nos Núcleos de Educação Infantil (NEIs) e aponta a necessidade de “pensar o corpo em movimento das crianças, fazendo uma crítica aos modos com os quais ele vem sendo concebido e tratado” (p. 219). O autor faz um alerta sobre as marcas das desigualdades socioculturais que se materializam no cotidiano das escolas, o que se intensifica ao observar a realidade de uma instituição de acolhimento. As questões discutidas por Maurício Roberto da Silva aguçam ainda mais meu olhar para este contexto, no qual os corpos também são educados, treinados e disciplinados por meio da rotina que normatiza os tempos fixos.

A compreensão da proteção da criança pequena é então atravessada pelo corpo, afinal todos os gestos do corpo são gestos em direção a, ou seja, os gestos são construídos com a presença do outro. Nós conversamos com os gestos, o corpo é linguagem. Corpo enquanto espelho social, construindo cultura, revelando história. Como destacado por Arroyo e Silva (2012), “reconhecer a corporeidade como lugar de verbo, de linguagens reveladoras de sentido, nos obriga a aprofundar como corpos precarizados anunciam e denunciam o vivido e sofrido até a precarização de seu viver, que não pela palavra dita” (p. 16).

Desse modo, adotar uma perspectiva relacional possibilita a percepção do corpo de maneira subjetiva, mergulhado em realidades distintas, captando as representações daquilo que lhe atravessa, lhe afeta. Pensar a proteção é aproximar-me do cotidiano das instituições onde esta acontece, afinal, é ali, naquele contexto, que a vida se explica, onde os significados estão sendo construídos, desconstruídos, reconstruídos a partir dos gestos, do corpo, com o outro.

O corpo sempre foi objeto de estudos e de interesse nas mais diversas áreas do conhecimento. Lugar para se pensar o mundo, o homem, a sociedade e seus discursos. Riqueza de detalhes, modos e gestos que ilustram conceitos, revelam modelos, identificam grupos. Destarte, tomar

o corpo enquanto objeto de pesquisa é um grande desafio e exige do pesquisador a desnaturalização do seu olhar. É necessário primeiramente “desnudar” os (pre)conceitos, se afastar das, até então consideradas, certezas, questionar o porquê dos limites, dos padrões, das normalidades.

Como debatido por Gadamer (2001), “porque a corporeidade é tão recalcitrante e se protege de tematização?” (p. 73). Nos primeiros parágrafos de seu texto, o autor revela uma concepção de corpo enquanto movimento, comportamento, como lugar de manifestação e afetação. Há uma experimentação do agora, de uma temporalidade que sustenta, acolhe e abriga.

Por décadas, acreditou-se ser possível conhecer o corpo apenas por sua biologia, levando muitos estudiosos a se dedicar às pesquisas minuciosas sobre a fisiologia e anatomia do corpo. Conceberam-se nomes que o definiam, palavras que estavam relacionadas às funções de suas partes e, desta forma, os recursos utilizados para descrever o corpo acabaram sendo, em sua maioria, uma tradução do “para que serve”, tentando dizer sobre “o que é”. Foi no manuseio destas palavras que nomeiam as inúmeras funções do corpo, que se criaram os padrões, os conteúdos que se complementam e se representam em uma mesma descrição dos opostos. É o processo da naturalização dos objetos e da maneira de enxergar o mundo.

O corpo é o próprio exemplo de algo que se naturalizou. Como se fosse possível conhecer tudo de um corpo, considerando que todos os corpos são naturalmente iguais. Ao contrário: as imagens revelam o corpo e suas interações, que descrevem os costumes e modos das pessoas. A ordem dos corpos permite a compreensão da cultura: como se organizam, como interagem entre si, quais as normas a serem seguidas e aquelas que dão os limites da convivência em grupo. Coloca-se em destaque o confronto entre natureza e cultura e o quanto esta possível dualidade ainda insiste em descrever as movimentações dos corpos nas áreas da saúde.

Nas últimas décadas, o corpo vem sendo visto, cada vez mais, enquanto construção social. As ideias que se tem de corpo natural e corpo cultural se confundem, pois, falar do corpo implica colocar a percepção daquele que fala. Como aponta Mauss (2003), “o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem” (p. 407). É o homem quem faz uso do seu corpo e não o corpo que faz do homem o que ele é. É necessário conhecer o modo de viver para se compreender o modo como se usa o corpo e não o contrário. Afinal, o acesso ao corpo do outro se dá com a mediação do mundo, com os nomes, as permissões e interditos, capacidades

e incapacidades, etc.. O corpo é uma construção narrativa, um dos discursos, um dos modos de falar sobre.

Torna-se imprescindível assumir uma perspectiva outra: compreender a organicidade, para entender como funciona o corpo. Na perspectiva de Le Betron (2007), “o corpo não existe em estado natural, sempre está comprometido na trama social de sentidos, mesmo em suas manifestações aparentes de insurreição. É uma linha de pesquisa e não uma realidade em si” (p.33). A experiência de corpo é singular, mas se dá com o outro. Aquilo que “se é” está, o tempo todo, enquanto construção social, construção de repertórios e uso do corpo. A pergunta seria qual sentido se constrói quando se está junto, no social. Quais interações se encontram em determinado momento. Algo nesta experiência de interação pode ser único.

Desta forma, toda operação discursiva deve ser vista com cuidado por aquele que resolve toma-lo enquanto objeto para não deixar que isto se torne um dado absolutamente natural. Esta é a perspectiva da pesquisa etnográfica: compreender a realidade vista de dentro, como ‘parte de’, buscando o sentido do que se observa para aqueles que ali vivem. Por isso a necessidade da imersão, para conseguir captar os sentidos que se constroem em determinado contexto, de dentro para fora. É a noção de que, como afirma Nobert Elias, meu corpo é algo que incorpora o mundo em que estou.

Os significados criados em torno do corpo se dão pelo olhar do outro. É este quem dará sentido ao que se vivencia com e no corpo. Não há como dizer sobre algo sem que seja colocado nesta observação algo do que sou, das minhas expectativas e vontades. Sempre se fala “a partir de” e “em relação a”. Por isso, é fundamental para a pesquisa etnográfica que o/a pesquisador/a, que busca conhecer e compreender o corpo e seus desdobramentos, tenha um distanciamento de seus conceitos para, então, se aproximar de uma outra realidade, um novo contexto do qual não faz parte, atento/a às “olhadelas, gestos, posicionamento e enunciados verbais que as pessoas continuamente inserem na situação, intencionalmente ou não” (GOFFMAN, 2011, p. 9).

O encontro com as crianças em situação de acolhimento me desloca para um novo cenário. A observação do corpo neste espaço e tempo determinados e das interações com outros corpos, outros atores, é o que dá sentido ao estudo que se apresenta. Qual a percepção da infância dentro do Abrigo? Como os bebês se inserem e são inseridos neste lugar? Quais vivências

corporais são permitidas? Quais limites são impostos? Como são acolhidos e protegidos estes corpos? Porque e de quem são protegidos? São algumas indagações.

O bebê percebe o outro em si mesmo. Percebe-se a partir do corpo e, assim, conhecer passa a ser perceptivo e não racional. O que possibilita falar do corpo são as gestualidades, a interação entre os corpos, sua corporeidade. Não existe um ser humano que não o seja num tecido social. Os gestos ganham sentido interativamente, com e a partir do outro.

Le Betron (2007) se questiona sobre o que torna o sujeito um sujeito, o que seria a constituição de si. Nessa reflexão, o autor interroga o ponto de partida que se pauta no biológico/fisiológico, sem se dar conta de que as verdades e normalidades foram criadas ao longo dos tempos e em diferentes contextos. Assim também se faz indagar Gadamer (2001) sobre a possibilidade de perceber o corpo tão somente como corpo – e tratar o corpo como corpo, salientando a possibilidade de conciliar ciência e prática, biológico e social, tecnologia e tradição: “quem sabe se e de que maneira será possível alcançar um novo e fecundo equilíbrio entre a perfeição de nosso pensamento instrumental e os valores humanos de outras culturas e a nossa própria tradição semienterrada” (p. 79).

Por esse olhar – ponto de partida para minhas reflexões –, compreende-se a impossibilidade de se separar o corpo daquilo que se vivencia. Ele é parte e forma dessa leitura do mundo. Nele são guardadas impressões; por ele descobrem-se caminhos novos e, com ele, é possível construir uma maneira diferente de ser no meio de tantos outros corpos. A corporeidade de cada um.

É importante saber o que a criança, mesmo ainda pequeninha, traz abrigado consigo, quais os valores apreendidos, qual a história que nos conta através de seus gestos, das expressões e dos movimentos. Quando a fala ainda não se concretiza enquanto linguagem, o corpo torna-se a comunicação mais eficaz. Le Betron (2007) traz, a partir de seus estudos, o corpo enquanto “o lugar e o tempo no qual o mundo se torna homem, imerso na singularidade de sua história pessoal, numa espécie de húmus social e cultural de onde retira a simbólica da relação com os outros e com o mundo” (p.34).

É a partir do corpo e com este que poderei, enquanto pesquisadora, estar atenta e descrever as interações vivenciadas entre bebês e educadores, dos bebês entre si, dos bebês com e nos diferentes ambientes do Abrigo.

Mauss (2003) diz que “cada sociedade impõe ao indivíduo um uso rigorosamente determinado de seu corpo. É por intermédio da educação das necessidades e das atividades corporais que a estrutura social imprime sua marca nos indivíduos” (p. 12). Deste modo, é necessário um olhar mais cuidadoso, aproximando pesquisador do objeto pesquisado, para perceber e compreender estas marcas. Como se dá na prática o que o Estado denomina de “proteção à criança”, quando estas se encontram na Instituição de acolhimento? Quais marcas sociais estão presentes na corporeidade destas crianças abrigadas?

O tempo todo, entramos e saímos das instituições, mas se aí adentramos e permanecemos por muito tempo, somos também moldados por estas. Seja a escola, os hospitais ou os abrigos. As instituições têm o poder de “apagar” a identidade das pessoas, fazendo com que se percam no processo de desconstrução e reconstrução do corpo. Algo possível de ser percebido com o processo escolar, no qual a criança aprende as formas e formatos de como vivenciar seu corpo; educa-se o corpo para se viver em sociedade; apreende-se a cultura inscrita nos gestos, nos gostos, nos formatos e nas ideias vivenciadas com e pelo corpo.

Porém, Berger e Luckmann (1985) salientam sobre as instituições, apontando para a impossibilidade de compreensão das mesmas sem entender “o processo histórico” em que foram produzidas. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis (p. 80).

Por isso, observar o espaço e o tempo presentes na instituição de acolhimento e sua história são os caminhos que permitem a compreensão da perspectiva desta instituição em relação à criança e à infância. O abrigo, como espaço provisório, torna-se o novo cenário para as relações sociais destas crianças, no qual a educação do corpo é atravessada por múltiplos aspectos. É fundamental que nestes contextos retomemos a questão abordada por Arroyo e Silva (2012):

Como esses corpos foram produzidos como se fossem invisíveis e não portadores de uma crítica e mudança social. Submetendo eles e seus coletivos sociais, étnicos raciais, dos campos e das periferias a condições indignas e iníquas de produção da vida. Precarizando seus corpos, suas relações sociais e seu viver (p. 10).

Trabalhar com a proposta de se colocar atenta aos pormenores desse encontro com crianças acolhidas pode revelar dados importantes para repensar as condutas e práticas exercidas pelos profissionais envolvidos com as instituições de acolhimento, colaborando com a melhoria

destes espaços e garantindo o cuidado e a proteção adequados para a criança, apontando-se, ainda, para a importância do debate sobre essa temática nos assuntos das políticas públicas.

CAPÍTULO 3.

O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) E AS LEIS QUE AMPARAM A PROTEÇÃO E O CUIDADO DA CRIANÇA PEQUENA

Na última década, as instituições do tipo internato saíram de moda e o tema deixou de ser discutido, como se o problema tivesse sido resolvido. Ao que tudo indica, não foi. As denúncias de violência associadas às instituições que acolhem as crianças e a intensa circulação das crianças entre as ruas e as instituições atestam a realidade da ineficácia do atendimento. De acordo com as leis, muda-se o conceito de intervenção para o de abrigamento. Somente adolescentes, a partir de 12 anos, podem ser privados de liberdade, e em casos de flagrante delito. Crianças e adolescentes que, por algum motivo, necessitem ser afastados da família só podem ser abrigados pelo período de três meses. No entanto, veremos que, na prática, há resistências e obstáculos para a implementação da lei.

(Irene Rizzini, 2004, p. 15)

A concepção da criança enquanto sujeito de direito é algo recente e, desde então, é possível notar transformações significativas acerca das representações da infância e da criança nos últimos anos. Este novo contexto é inaugurado com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o qual outras perspectivas de futuro para a criança vêm sendo articuladas e implementadas em diferentes aspectos da realidade social brasileira.

Como apontado no texto *Percurso Metodológico do levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento* (ASSIS e colaboradores, 2013), o número de crianças e adolescentes abrigados é muito alto, cerca de 36.929 mil, sendo estes, predominantemente, vindos de famílias em condições socioeconômicas desfavorecidas. Vale destacar que essas condições desfavorecidas atingem particularmente as crianças nos seus primeiros anos de vida, considerados cruciais para o seu desenvolvimento.

Graciani (2013) salienta que

A luta pelo reconhecimento do ECA, nestes 22 anos, sem dúvida desenvolveu, em certos segmentos, uma visão, imprimindo uma inovação e novo enfoque de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil, à luz da Doutrina da Proteção Integral, ideologizados por seus defensores, que utilizam o pensamento de Hegel, para sua consolidação: amor, direito e solidariedade – um contraponto ao desprezo, desrespeito e injustiça, impregnados nas atitudes e posturas, não só dos agentes do Estado, mas da sociedade e da família (p. 553).

Porém, o que pode ser averiguado desde as novas leis envolvendo os direitos humanos das crianças e adolescentes é a enorme dificuldade em fazer valer na prática o que está imposto em suas regras e normas de conduta. Diante disso, nota-se que o interesse pela discussão acerca do acolhimento institucional¹⁶ vem ressurgindo nos últimos anos. Denúncias de violência e a presença das crianças entre as ruas e as instituições demonstram que o problema em relação ao abrigamento de crianças não foi devidamente enfrentado pelas políticas públicas, sem elaborar propostas que, de fato, evitassem a separação das crianças de suas famílias.

Este capítulo inicia sua reflexão com um breve panorama histórico sobre a construção de serviços de atendimento à criança e suas estruturações legais, a fim de captar os repertórios que envolveram os sentidos de proteção.

A partir desse primeiro momento, buscou-se verificar o que mudou desde a implementação do ECA e quais os diálogos entre sociedade e Estado são evidenciados, atualmente, nas redes de proteção, nas quais o Abrigo é instituído enquanto espaço de acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Isso porque, como apontado por Rizzini e Rizzini (2004), as mudanças observadas no processo de encaminhamento e acolhimento de crianças e adolescentes em instituições na atualidade ainda são pouco compreendidas quando comparadas ao fenômeno da institucionalização de crianças do passado.

Reforçamos, assim, a importância do diálogo entre uma análise histórica sobre a questão social e as crianças com a realidade observada no cotidiano da Instituição de Acolhimento, com o objetivo de discutir os sentidos de proteção e cuidado empregados pelos diferentes atores nesse cenário e que, no atual contexto, é um aspecto estruturante do atendimento às crianças pequenas em situação de abrigamento. Como apontado por Leite e Silva (2012), “um

¹⁶ Autores têm escolhido utilizar o termo *acolhimento institucional* para marca a ruptura da prática de institucionalizar crianças, do confinamento e da repressão, instaurada em acordo com os paradigmas estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Nos inteirando deste movimento e reconhecendo sua importância para o ressignificar das instituições de acolhimento infantil, este termo também se fará presente nesta tese.

modo de vida que constrói outra formação humana e outra educação do corpo que sofre com certa invisibilidade nas políticas públicas, na produção acadêmica e para uma parcela significativa da sociedade” (p. 56).

Vale lembrar, ainda, que o acolhimento institucional de crianças e adolescentes foi se consolidando com maior participação de instituições filantrópicas e religiosas do que de serviços governamentais, estabelecendo um contexto que dificulta a compreensão da melhor forma de financiamento dessas instituições e que, muitas vezes, revela o quanto as instituições de acolhimento não recebem prioridade dentro dos programas de serviços da assistência social.

Para que de fato ocorram as mudanças apontadas pelo ECA e para se fazer valer os direitos da criança, esse reconstruir das relações sociais e a transformação de uma sociedade impregnada pelo autoritarismo são necessários.

Compreendendo a cultura da institucionalização no Brasil

Eles chegaram sem avisar, bateram palma e foram entrando. Nem me disseram o que estava acontecendo. Quem eles pensam que é? Essa é minha casa! É meu filho! Eles não podem tirar assim de mim. Sou a mãe. É meu filho!

(Fala de Cora, captada durante sua volta para casa com o filho, depois de longos sete meses de espera)

De volta para casa, com um largo sorriso no rosto, parecia ainda não acreditar que tinha acabado. Seu tempo de espera acabou. Agora estavam indo para casa: mãe e filho. Nesse momento, algumas lembranças se fizeram presentes e veio, de repente, a vontade de compartilhar em voz alta. Com o olhar fixo na janela do carro, no relato destacado acima, Cora desabafa tamanha violência vivenciada no dia em que levaram seu filho: “*Sou a mãe. É meu filho*”.

Com o intuito de fazer uma releitura sobre a história social da infância brasileira, tirando os disfarces que, por décadas, encobriram a realidade das instituições voltadas para às crianças desfavorecidas, Rizzini e Pilotti (2011) revelam que, ao se tratar de crianças pobres, marginalizadas, a família é tomada como aquela incapaz de cuidar de seus filhos, servindo de justificativa para a violenta intervenção do Estado.

A primeira tentativa do governo em regulamentar a “assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes”, no início da década de 1920, legitimou a intervenção do estado na família, não só através da suspensão do Pátrio Poder, mas também pela apreensão dos menores ditos abandonados, mesmo contra a vontade dos pais. Tal medida foi consequência da percepção que certos setores da sociedade tinham das famílias pobres. Por isso, na lei, as situações definidas como de abandono, tais como: não ter habitação certa; não contar com meios de subsistência; estar empregado em ocupações proibidas ou contrárias à moral e aos bons costumes, vagar pelas ruas ou mendigar etc., só se aplicavam aos pobres (RIZZINI e PILOTTI, 2011, p. 25).

Assim sendo, a crença de que, por serem pobres, essas famílias estariam menos aptas a criar seus filhos, gera um grande mal-entendido, reduzindo o problema da institucionalização à incapacidade da família.

Alguns fatos elucidados por estudiosos da infância brasileira nos encorajam a rever os conceitos que amparam as leis e normas de assistência à infância no Brasil. Fazer esse resgate histórico, sem deixar escapar o não dito nos livros e documentos, ou ainda, atento ao que está encoberto por detrás das boas intenções, passa a ser imprescindível quando se pretende refletir acerca dos sentidos que envolvem a palavra proteção e como esta foi sendo ressignificada ao longo dos anos.

A institucionalização de crianças e jovens é algo presente no Brasil desde o período colonial, no qual foram surgindo no país colégios internos, seminários, asilos, reformatórios, entre outras instituições educacionais e assistenciais. Nestas faziam-se presentes os filhos de famílias com maior poder aquisitivo, famílias dos setores pauperizados, filhos de escravas e libertas, além dos filhos de famílias pobres. Instituições que eram mantidas a partir de uma cultura da terceirização da educação da criança. Porém, no transcorrer do século XX, essa cultura passa a cair em desuso para os filhos dos ricos, deixando para os pobres este lugar de reclusão e internação de suas crianças, consolidando, assim, o que se tornou o principal instrumento de assistência à infância no Brasil.

Os bebês e as crianças pobres sempre estiveram representados nas narrativas históricas do Brasil: às vezes, ocupando espaço discreto em retratos da rotina nas casas dos Senhores e Colonos; noutras, sendo parte da mão de obra em fábricas ou auxiliando nos trabalhos socialmente desqualificados.

Encontrando-se em situação de pobreza e, ainda, com dificuldades de criar seus filhos, as famílias buscavam apoio no Estado e acabavam deixando suas crianças em instituições que ficariam responsáveis pelo seu cuidado. Essas crianças eram tomadas enquanto órfãs ou abandonadas, embora tivessem família. Dessa maneira, foi sendo aprimorada a “arte de governar crianças”¹⁷, reforçando a intervenção assistencialista e autoritária no âmbito da família.

Foram muitas as instituições pelas quais transitaram e inúmeros os olhares a partir dos quais a imagem da criança pobre foi sendo consolidada em meio a uma sociedade que, espelhando-se nas revoluções oriundas da Europa Moderna, buscava progresso e desenvolvimento econômico como indicativos para a melhoria da nação.

Em seu artigo, Nascimento (2012) busca discutir o regulamento judicial que envolve o acolhimento de crianças, trazendo como ponto de partida a história brasileira sobre a proteção à infância. A autora destaca que, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), não se pode mais abrigar por pobreza, indicando que “essa naturalização afirma que existiria uma verdade sobre como educar os filhos e que os colocar em estabelecimentos fechados seria um meio de inserção e de adaptação social” (p. 39).

Quando Cora relata sua indignação diante da atitude autoritária daqueles que levaram seu filho e, ao analisar outras intervenções do Estado em diferentes momentos da história em relação às famílias em situação de pobreza, escancara-se a desvalorização de certas camadas sociais, vistas muitas vezes como perigosas, justificando ações de controle e segregação.

Pobreza e negligência; termos que se confundem e se complementam diante dos discursos que envolvem a realidade de crianças que, por motivos alheios, são separadas de suas famílias e levadas para instituições, e passam a ser cuidadas e observadas pelo Estado. Espaço de risco social, de vulnerabilidade, que vai se configurando diante das práticas sociais como possibilidade de governo dos corpos. Nascimento (2012) pretende destacar que o fato de

¹⁷ Termo utilizado por Rizzini & Pilotti, 2011.

relacionar a ideia de risco com determinadas populações tem uma datação histórica que precisa ser considerada para a compreensão da realidade dentro dos abrigos.

Ciente da complexidade de análise das mudanças sociais no Brasil, Florestan Fernandes (2008) se debruça de maneira minuciosa sobre essa temática, apontando questões fundamentais para tal compreensão. Sem deixar de lado o fato de que foi no período colonial que se estabeleceu o padrão brasileiro de “gente de prol”, o autor indica que o principal foco dos dinamismos sóciodinâmicos da mudança social é a organização da sociedade¹⁸.

Segundo Fernandes (2008), a primeira estrutura societária brasileira teve como base o padrão português de regime estamental em fase de transição para o regime de classes. Este modelo deu origem a um sistema estratificatório misto de castas, possibilitando a classificação dos elementos de uma “raça dominante” e elementos das “raças escravizadas” que, mais à frente, com a abolição da escravidão, irão compor as classes trabalhadoras, classe baixa de um modelo de sociedade de classes que só funciona como tal para os “mais iguais”, ou seja, para as classes altas e médias.

A partir disso, com o desenvolvimento interno do capitalismo, pautado nos dinamismos econômicos e culturais das nações capitalistas hegemônicas e no mercado mundial, ocorrem mudanças no desenvolvimento econômico, sociocultural e político no Brasil “sem, no entanto, eliminar hiatos e discontinuidades, nascidos da heterogeneidade dos modos de produção articulados no mesmo sistema econômico e da coetaneidade de idades históricas diversas” (FERNANDES, 2008, p. 45).

Cria-se, então, um novo patamar para a economia, a sociedade e a cultura, orientado a partir de fora, trazendo vários reajustamentos internos, porém preservando o modo de produção escravista, a estrutura estamental e de casta das relações sociais, e a dominação patrimonialista. Desse modo, como aponta Fernandes (2008),

Embora transformações tão profundas quanto as que ocorreram graças à desagregação do sistema colonial e à expansão interna do capitalismo comercial afetassem o presente e o futuro de toda a sociedade brasileira, de fato os proventos imediatos dessas transformações convergiam para pequenos grupos de agentes humanos, localizados em posições estratégicas no exterior ou no interior do país. [...] A questão não é só, portanto, de “nível de vida” ou de “estilo de vida”, como querem crer muitos historiadores e antropólogos. Ela é, também, de “organização da vida” (p. 48).

¹⁸ Para maior compreensão acerca dos modelos e análise das mudanças sociais no Brasil, verificar Fernandes (1972) e Fernandes (2008).

Esse fluxo de mudança social no Brasil reservou aos estamentos médios e altos, ou seja, Estado emergente e firmas comerciais, a organização institucional das atividades econômicas, socioculturais e políticas. Eram estes os responsáveis por elaborar, estruturar e implementar normas e condutas que deveriam ser seguidas por toda a sociedade. Assim sendo, determinados grupos populacionais tornam-se mais vulneráveis aos ciclos econômicos do que outros, acarretando em privações de grande impacto em suas condições de vida.

Há mais de um século e meio depois da Independência e há mais de três quartos de século da universalização do trabalho livre e da Proclamação da República, a mudança social ainda não se dá para a sociedade brasileira como um todo, mas para uma minoria privilegiada, a qual pode ser estimada, para efeitos de classificação social efetiva “no sistema”, no máximo em 40%, mas que não passa, na realidade, de 10%, em termos de concentração de renda e ou de poder e de renda média compatível com o “padrão de vida decente” das elites (FERNANDES, 2008, p. 50).

As questões que ficam pulsantes quando nos deparamos com este cenário, em reflexão acerca da assistência à infância no Brasil, são: qual o interesse dos governantes e dessa minoria privilegiada em proteger as famílias pobres e suas crianças? Quais as representações formuladas acerca dessas famílias, desses indivíduos? Afinal de contas, quais são as dimensões que caracterizam a política para a infância pobre no Brasil?

As primeiras expressões referentes à infância na legislação durante o Brasil Império trazem a preocupação com as crianças órfãs e expostas, fundamentada na ideologia cristã de amparar a infância abandonada, deixando para as igrejas a responsabilidade de cuidar dessas crianças, a partir de suas obras de caridade.

Criada ainda no período colonial, a roda dos expostos¹⁹ foi, por mais de um século, a única instituição de assistência à criança abandonada, garantindo anonimato àqueles que não desejavam criar seus bebês, que seriam acolhidos e assistidos por missionários. Inventada na Europa medieval, teve sua primeira roda estabelecida em Salvador da Bahia, em 1726, e, posteriormente, duas outras foram criadas no Rio de Janeiro e em Recife, passando a receber alguns anos depois subsídios anuais do rei para a criação dessas crianças.

Tal sistema foi implementado para lidar com uma questão muito recorrente: o abandono de filhos. Abandonados em diferentes pontos das cidades, com a justificativa de falta de recursos, esperava-se do município a assistência para esses bebês. Porém, o que se verifica, como aponta Marcílio (2016), é que “a mortalidade dos expostos, tanto aqueles assistidos

¹⁹ Sobre esse aspecto, ver Marcílio (1999), (2016).

pelas rodas, pelas câmaras municipais ou por famílias substitutas, sempre foi a mais elevada de todos os segmentos sociais do Brasil, em todos os tempos” (p. 71).

Das ações caridosas, a relutância pelas câmaras em aceitar a responsabilidade em assistir as crianças abandonadas ou, ainda, da compaixão das famílias em cuidar desses bebês que se encontravam desamparados, pouco se fez para realmente lidar com a situação dos mais pobres e desfavorecidos.

Também faziam parte da assistência à infância no país as instituições para educação de órfãos e órfãs, instaladas em várias cidades brasileiras por religiosos, desde o século XVIII, seguindo o modelo do claustro e da vida religiosa. Dessa forma, meninos e meninas tinham contato restrito com o mundo exterior, tendo o ensino religioso como garantia da transmissão dos preceitos morais e dos bons costumes da época.

Os asilos para crianças pobres, com a chegada do século XIX, marcado pela Revolução Francesa, passam a ser reformulados, tomando como base o ensino “útil a si e à Pátria”, dando lugar para as escolas públicas primárias e internatos para formação profissional das crianças e adolescentes das classes populares.

Enquanto os meninos eram levados para as Casas de Educandos Artífices, aprendendo religião, ofícios mecânicos, tipografia e geometria, ou ainda, para as Companhias de Aprendizes Marinheiros e Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra, as meninas órfãs e desvalidas ficavam sob a proteção dos recolhimentos femininos. Para além da distinção de gênero, as meninas estavam expostas ao divisor social e racial: eram separadas em meninas indigentes e órfãs filhas de legítimo matrimônio, e, ainda, órfãs brancas e meninas de cor; assim, “cada categoria ocupava seus espaços físicos e sociais, de acordo com a rígida hierarquia social da época, com suas distinções entre livres e escravos, brancos e negros, homens e mulheres” (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 26).

Para Faleiros (2011), a política para infância no contexto da República é caracterizada pela omissão, repressão e paternalismo. Tão inexpressiva que chegou a ser questionada a sua existência por atores da época. Com a visão liberal predominante, defende-se a não intervenção do Estado na área social, deixando a responsabilidade nas mãos do bloco dominante. Configura-se, desde então, uma relação ambígua entre público e privado – presente ainda nos dias atuais – em relação às políticas de proteção à infância, colocando o setor público a serviço de interesses privados.

Diante de diferentes ideologias, liberais, católicos, socialistas e aqueles defensores de uma intervenção gradual do Estado nas questões sociais, entram em confronto em relação à legislação social, abrindo algumas frentes de projetos de lei para a infância, sem a preocupação, no entanto, do “enfrentamento dos problemas de mortalidade infantil, do abandono, da péssima qualidade dos asilos, da falta de instrumental jurídico para a proteção à infância” (FALEIROS, 2011, p. 41).

Em 1931, é criado o Conselho Nacional de Educação, visando a uma nova integração entre público, privado e religioso, fortalecidos com a elaboração do Código Nacional de Educação e do Plano Nacional da educação, em 1937. E, ainda, cria-se um sistema nacional para lidar com a questão dos chamados “menores”, com os seguintes órgãos: Conselho Nacional de Serviço Social (1938), Departamento Nacional da Criança (DNCr, 1940), Serviço Nacional de assistência a Menores (SAM, 1942) e Legião Brasileira de Assistência (LBA, 1942).

Com o golpe de 1964 e diante das críticas advindas de atores governamentais e também da sociedade em relação ao SAM, é estabelecida a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), a ser executada pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor/FUNABEM.

Passam-se os anos, criam-se novos órgãos, mas a criança pobre permanece sob as mesmas articulações políticas que encaram a institucionalização como forma de controle social, sustentando um discurso de que era esta a única possibilidade de integralização dessa criança na sociedade. Assim, se reconhece a estratégia do governo de preservação da raça, visando o progresso do país, enquanto mantem a ordem social.

A partir de uma cuidadosa análise das relações políticas no Brasil, Faleiros (2011) nos mostra que os problemas de carência social já se vinculam, na primeira metade do século XX, à desigualdade social existente, com grandes consequências para as crianças. Mortalidade infantil altíssima, crianças pedindo esmola em igrejas, trabalho infantil, crianças abandonadas. Como sistema de atendimento: Santa Casa, Maternidade, Casa dos Expostos, Instituto de Proteção e Assistência à Infância, escola de reforma e casa de preservação.

Estando a frente das articulações das políticas para a infância desvalida, higienistas e juristas determinam estratégias de controle da raça e da ordem. Desta forma, são instituídos a Seção de Higiene Infantil e o Juizado de Menores. O Estado passa a estar mais atuante na questão da infância, através de escolas, asilos e orfanatos que visam à educação física e moral dos

“menores” abandonados e recolhidos, buscando integrar pelo trabalho ou dominar pela repressão, resultando na criação do Código de Menores, aprovado na década de 1979.

A estratégia de encaminhamento da criança pobre para o trabalho articula o econômico com o político, referindo-se ao processo de valorização/desvalorização da criança enquanto mão-de-obra, como se a desigualdade social fosse natural. Nessa ótica, aos pobres e dominados caberia trabalhar, aos ricos e dominantes caberia dirigir a sociedade. Os discursos e as práticas referentes às políticas para a infância distinguem os *desvalidos* dos *validos*, tanto econômica, como sócio-politicamente. [...] Se, por um lado, fala-se em proteção à criança, em trabalho perigoso, e promulgam-se certas leis de impedimento de determinados trabalhos, por outro, a prática é de ignorar a lei, de manter e encaminhar as crianças desvalidas ao trabalho precoce e futuro subalterno, numa clara política de separação de classes ou de exclusão de vastos grupos sociais do exercício da cidadania (FALEIROS, 2011, p. 34).

Diante dessa distinção, a criança pobre é transformada no “menor”, carregando consigo adjetivos como delinquente, abandonado, vicioso, vadio, infrator. Vai se criando um repertório que desgasta e desqualifica seu lugar de infância, como se houvera escolha, naturalizando, assim, uma condição marcada por desvantagens impostas pela sociedade capitalista, que se fortalecia com as grandes fábricas e indústrias.

Como promessa de futuro da sociedade, sob uma visão jurídica moralista e repressiva, a proteção da criança se faz tanto ao garantir boa saúde quanto boas maneiras, sem deixar esquecer a serventia dessa infância pobre para a organização social. O que se denominou de política do menor, articulando repressão, assistência e defesa de raça, “se torna questão nacional, e, nos moldes em que foi estruturada, vai ter uma longa duração e uma profunda influência nas trajetórias das crianças e adolescentes pobres desse país” (FALEIROS, 2011, p. 57).

Ao analisar a história da legislação para a infância, nota-se que é esta criança-menor que aparece enquanto protagonista. Dá-se, então, a inserção da criança, tanto na esfera do direito, quanto na tutela do Estado, no qual este último não se preocupa com a universalização de direitos, mas com a categorização e exclusão, sem modificar a estratégia de manutenção da criança no trabalho, preservando o clientelismo e o autoritarismo.

Os inúmeros trabalhos de Rizzini (1993, 2004, 2011, 2016) acerca da criança institucionalizada nos mostram que era estratégia dos governantes a disseminação de uma imagem desqualificada e perigosa da criança pobre para justificar a intervenção do Estado. Ao analisar os projetos de lei e os debates jurídicos e políticos em diferentes épocas da história

brasileira, a autora encontra fragmentos que vão dando vida ao menor, incluído juntamente nas categorias de vadios e desordeiros. Para isso, dois aspectos importantes da questão que envolve os menores são identificados:

a) o potencial perigo para o futuro da nação, pois entendia-se que, entregues ao ócio, certamente engrossariam as fileiras dos vadios, vagabundos e criminosos que vagavam pelas ruas das cidades; b) a noção de que a infância constituía a fase ideal para moldar o indivíduo, educando-o ou reabilitando-o (RIZZINI, 2011, p. 124).

A análise histórica do acolhimento institucional de crianças e adolescentes demonstra o quanto as políticas de assistência social participam das dinâmicas de violência contra a criança. Não é casual que os pesquisadores desse campo, a despeito das diferenças teóricas e interpretativas, convirjam na percepção de que é urgente a superação das contradições sociais para que bebês, crianças e adolescentes em situação de abandono social possam ter seus direitos assegurados.

Uma nova conjuntura política começa a se instaurar no Brasil no início dos anos 1980, reflexo da mobilização da sociedade, trazendo também questionamentos em relação aos direitos da criança e do adolescente, apontando para a emergência de políticas e práticas sociais que propiciem o combate ao assistencialismo e clientelismo. Instauram-se novas emendas para defesa desses direitos, em consonância com as discussões internacionais, resultando na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em julho de 1990.

Outras possibilidades para o acolhimento de bebês e crianças empobrecidas

Por intermédio das representações do cotidiano da criança e de considerações sobre seu comportamento individual, parte do pensamento social brasileiro tem oferecido ao público leitor e à comunidade de investigadores em geral, um passado refeito como fatalidade, recuperado como único possível e resgatado como “campo do acontecido de forma inevitável”.

(Marcos Cezar de Freitas, 2016, p. 354)

A reflexão sobre a história da institucionalização de bebês e crianças empobrecidas nos revela algumas representações que sustentaram a necessidade de certas práticas e intervenções tomadas enquanto proteção dessa população. O passado *único possível, forma inevitável* de encarar a realidade social brasileira, permitiu aos governantes a responsabilidade de controle para que fossem possíveis, segundo estes, a ordem e o progresso do país.

Fazem-se necessárias novas leituras para que outras possibilidades acerca da proteção da criança sejam escritas. Tais leituras têm sido despertadas a partir dos estudos sociais da infância e dos estudos com crianças brasileiras, buscando recontextualizar o lugar de infância e da criança na sociedade e assegurar o que lhe é de direito.

Segundo Souza Neto (2002),

O paradigma norteador das Constituições e legislações brasileiras, até 1988, tendia a conceber a pobreza e, sobretudo, a criança e o adolescente empobrecidos como uma questão policial – não numa perspectiva social. Os pressupostos pedagógicos dessas legislações preconizavam a institucionalização desse segmento da sociedade, o que terminava por atribuir à vítima a culpa de sua adversidade, numa deliberação mais punitiva do que emancipadora, que subtraía à população infanto-juvenil empobrecida as prerrogativas de ir, vir e estar, entre outros direitos (p. 27).

A partir da década de 1980, um novo paradigma emerge no Brasil. Com o nascimento da Nova República, amplia-se o debate sobre transformação social, tendo a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente como parte dessas mudanças. Como destaca Sarmiento (2003), em se tratando da criança, “este esforço, que é simultaneamente, analítico e crítico, na interpretação dos mundos sociais e culturais da infância, e político e pedagógico, na concepção da mudança das instituições para as crianças, [...] permitir-nos-á rever o nosso próprio mundo” (p. 15).

Ao revisitar, no tópico anterior, um pouco da história da institucionalização das crianças, percebe-se o longo caminho trilhado para o reconhecimento da criança enquanto sujeito de direito. Em meio a essa transformação social, podemos tomar como importante marco a promulgação da Declaração Universal dos Direitos da Criança pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1959, que, apesar das duras críticas ao texto, possibilita a compreensão da infância enquanto construção social.

Rosemberg e Mariano (2010) apontam para a escassez da bibliografia acadêmica brasileira que discutem o texto da Convenção Internacional sobre os direitos humanos, ainda que haja o

reconhecimento deste para a elaboração tanto da Constituição de 1988 quanto do ECA. As autoras destacam a inovação da Convenção de 1989 em reconhecer à criança todos os direitos e todas as liberdades inscritas na Declaração dos Direitos Humanos, trazendo também algumas tensões entre diferentes concepções de direitos da criança: “sua pretensão universal, mas seu viés ocidental, captado pela ênfase aos direitos individuais; a promulgação simultânea de direitos à proteção, à provisão e de direitos de liberdade, expressão e participação” (p. 699).

Mesmo com algumas ressalvas em relação ao texto, até o momento 196²⁰ países ratificaram a Convenção de 1989, sendo esse o instrumento de direitos humanos mais ratificado em escala mundial. Vale destacar, reforçando a perspectiva desta tese, que, entre os temas debatidos nos últimos anos pelo Comitê de Direitos da Criança das Nações Unidas²¹, está a realização dos direitos da criança na primeira infância, reafirmando que a criança da Convenção tem uma idade privilegiada e apontando para a negligência na implementação da Convenção em relação aos bebês.

No caso do Brasil, a ratificação se deu em 1990, apresentando seu primeiro relatório ao Comitê de Direitos das Crianças da ONU em 2003. Segundo Rosemberg e Mariano (2010), a divulgação dos novos direitos no Brasil centrou-se em sua utilidade para combater a doutrina da “situação irregular” que orientara o Código de Menores de 1979, como demonstrado no tópico anterior. Assim sendo, passa a ser:

[...] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, art. 227).

A partir de então, a criança encontra seu lugar como parte da sociedade, um ator social com agência, produzindo novas concepções sobre a criança e a infância e, conseqüentemente, novas formas de atendê-las quando em situação de vulnerabilidade social.

²⁰ Disponível em: https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtldsg_no=IV-11&chapter=4&clang=en, acessado em 10/04/2019.

²¹ Para que as ações frente à Convenção de 1989 pudessem ser fiscalizadas, foi criado um órgão de vigilância, composto por *experts* independentes indicados por países que ratificaram a Convenção, sendo este o Comitê de Direitos da Criança das Nações Unidas, responsável, desta forma, por avaliar periodicamente a aplicação da Convenção a partir de relatórios que deveriam ser enviados pelos países.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são introduzidos princípios que podem evitar a retirada das crianças do convívio familiar, devendo essa separação ocorrer apenas quando for medida inevitável. A família passa a ser também foco de proteção, defendendo-se a manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares, evitando o isolamento representado pela institucionalização, amplamente difundida e praticada no Brasil.

Neste novo contexto, extingue-se a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e, alguns anos depois, a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1995, dando lugar para a implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei esta que regulamenta as ações assistenciais incluindo os serviços assistenciais, onde se inserem os abrigos.

Inicia-se um movimento de mudança do modelo assistencialista para um novo conceito de abrigo que traz como principal característica a garantia de um atendimento “personalizado e de respeito à identidade dos usuários, com instalações físicas adequadas, salubridade, segurança, educação e cuidados médicos e psicológicos. [...] é a inserção comunitária que prevalece” (SOUZA NETO, 2002, p. 94).

Apesar do reconhecimento das inúmeras melhorias observadas dentro das instituições de acolhimento com a criação do ECA, nota-se que ainda há resistência por parte dessas para que algumas práticas institucionais, de fato, respeitem o direito à convivência familiar e comunitária. Como já foi indicado no tópico anterior, devido a fatores político-ideológicos, pouco foi feito para se reverter o quadro de pobreza e desamparo em que se encontra boa parte da população brasileira.

[...] ainda que a LOAS tenha consolidado as inovações introduzidas pela Constituição Federal de 1988 — situando a assistência como parte integrante do Sistema de Seguridade Social, responsabilidade do Estado e como direito universal gratuito e não-contributivo — e o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha determinado que a colocação de crianças e adolescentes em abrigo é uma medida de proteção que se caracteriza pela provisoriedade, persistem as contradições que não são superadas pela simples definição legal (SILVA e MELLO, 2004, p. 28).

Quando, no Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, determina-se que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, constata-se o grande esforço que ainda deve ser enfrentado para se garantir o atendimento às necessidades de milhares de famílias brasileiras. Esse Artigo normatiza as Instituições de Acolhimento, por se tratar da questão dos direitos sociais e econômicos,

abrangendo a proteção social, faz-nos lembrar que a pobreza vai além da falta de renda, incluindo nessa categoria a falta de acesso a serviços básicos e a exclusão social.

Em seu estudo, Rocha, Arpini e Savegnago (2015) procuraram conhecer de perto a experiência de mães de crianças e adolescentes reintegrados acerca do trabalho realizado pela rede de atendimento. Relembrando o caráter excepcional da medida de acolhimento, as autoras reforçam a importância de se esgotar todas as possibilidades de a criança/adolescente permanecer na família, pois mesmo que seja rápido tirar uma criança de sua família, seu retorno nunca o é.

Apesar da evidência de que a própria família é apontada como principal agente de violação dos direitos fundamentais das crianças, vale recordar que essa violência se refere, muitas vezes, às consequências da desigualdade social e da pobreza. Mais além, é imprescindível destacar os distintos estereótipos negativos que foram sendo construídos ao longo do tempo sobre as famílias pobres.

Classificam os pobres, de modo geral, através de uma pauta de “carências”. Não são brancos; não gozam de uma situação familiar clara e estável; não têm paradeiro certo e sabido; não contam com o patrimônio mínimo necessário à sobrevivência digna; não possuem educação formal, nem qualificação profissional adequada; não apresentam moralidade ou gosto inequívocos, bons antecedentes, reputação ilibada, e assim por diante (RIZZINI e PILOTTI, 2011, p. 325).

Ainda hoje, a reflexão acerca da proteção é atravessada por questões socioeconômicas, trazendo à tona uma tradição na institucionalização de crianças e adolescentes que pertencem a uma população desqualificada historicamente. Quando tratamos desta temática, não estamos falando sobre qualquer criança: são crianças empobrecidas, crianças de periferias, muitas vezes negras, que já trazem em si marcas da exclusão social. Como pontuam Rocha, Arpini e Savegnago (2015), é necessário que se pense “a respeito da ausência ou insuficiência de políticas públicas de emprego, moradia, saúde e educação, as quais poderiam dar suporte às famílias nos momentos de dificuldade” (p. 113).

O olhar voltado para as mães dessas crianças acolhidas põe em destaque a Lei n. 12.010, que dispõe sobre o remodelamento de leis vigentes em relação ao acolhimento institucional e à reintegração familiar. O interesse é aperfeiçoar o sistema já existente de direito à convivência familiar e comunitária de todas as crianças e, para isso, é necessária a articulação da rede de

atendimento, composta por CRAS, CREAS, NASF, Juizado da Infância e Juventude e Conselhos Tutelares.

No estudo em questão, os relatos das mães evidenciam a atuação integrada por parte da instituição de acolhimento. A preocupação também com a família, e não apenas com as crianças acolhidas, e da articulação de outros serviços da rede de atenção podem revelar se a criação de leis que amparam e norteiam as instituições de acolhimento institucional estaria produzindo mudanças no cenário da proteção da criança.

Compreende-se a necessidade da interrelação de forças não apenas políticas, mas também forças econômicas e humanas, como apontado por Souza Neto (2002), envolvendo secretarias, departamentos e chefias da Prefeitura, do Estado, da Federação e ONGs, “na perspectiva de criar condições para que crianças e adolescentes sejam tratados como sujeitos, estilhar os estigmas e alcunhas de criança de rua, criança-problema, menina prostituta, menor infrator e antissocial” (p. 36).

Com o objetivo de pesquisar iniciativas que promovem a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes no Brasil, Rizzini *et al.* (2006), em convite do Fundo das Nações Unidas pela criança (UNICEF/Brasília), evidenciam experiências, programas e projetos que visam evitar o rompimento do vínculo entre a criança e sua família e comunidade, apresentando propostas inovadoras e resultados interessantes.

A partir de informações coletadas em programas desenvolvidos nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, as autoras destacam experiências de apoio à família no cuidado a crianças e adolescentes em situações adversas, sendo esta atendida em diferentes serviços de acordo com as demandas que apresentam. Este suporte tem apresentado resultados satisfatórios, indicando que, quando inserida em uma rede de proteção social, a família consegue reverter as situações que levaram ao abrigamento de suas crianças.

Ainda que seja necessário o afastamento do convívio com a família de origem, Rizzini *et al.* (2006) reforçam que o ideal é que se encontre um outro ambiente familiar que possa acolher temporariamente a criança, enquanto se empreende esforços para apoiar a família. Para essas situações, uma das propostas analisadas pelas autoras são as iniciativas de acolhimento familiar. Da experiência desenvolvida no programa “Família Acolhedora”, no município do Rio de Janeiro, e “Famílias de Apoio”, em São Bento do Sul, enfatiza-se que “o acolhimento é sempre acompanhado da implementação de ações que visem melhorar as relações familiares

para que a criança/adolescente possa retornar à sua família de origem” (p. 61), evitando-se o encaminhamento a instituições.

Os projetos ressaltados por Rizzini *et al.* (2006) trazem, juntamente com seus resultados satisfatórios, os inúmeros desafios em se garantir o Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária, previsto pelo ECA, mas isso não diminui o reconhecimento de que essas práticas vêm modificando o rumo do atendimento a crianças e adolescentes no Brasil.

Contudo, controverso é constatar que o Brasil mesmo aprovando uma das leis mais avançadas do mundo – o ECA –, dando prioridade aos direitos básicos de crianças e adolescentes de qualquer origem social, ainda tem esse mesmo segmento populacional entre o maior percentual de pobres e indigentes, associado aos piores indicadores sociais (ROSEMBERG, 2006).

Para que ocorra de fato uma mudança em âmbito nacional, é preciso incutir uma cultura democrática, preocupada em diminuir as desigualdades sociais, que reconhece as políticas sociais enquanto resposta para se garantir a cidadania da criança e do adolescente. Reafirmar que um novo paradigma passa pelo apoio às famílias – entendidas de modo amplo e democrático – para que sejam agentes da proteção de seus próprios membros e até de outros cujos direitos estejam ameaçados ou tenham sido violados (SUTTON, 2004).

Ainda que o apoio à família seja realizado, e compreendendo que a retirada do convívio familiar deve ocorrer apenas quando for inevitável, verifica-se que em alguns casos, é necessário o afastamento da criança, acolhendo-a em instituições para garantir sua proteção. Dessa forma, o cuidado também se volta ao espaço físico, à equipe profissional, à gestão e administração. Deve-se modificar o ambiente de acolhimento, suas condutas e normas. Além da preocupação com a reintegração familiar e comunitária, os abrigos precisam passar por um processo de reordenamento institucional, ou seja, iniciativas articuladas para romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes.

Em *Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada*, buscando captar o conhecimento dos dirigentes ou coordenadores das instituições de acolhimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Silva (2004) revela que apenas 44,3% dos dirigentes entrevistados consideraram-se muito informados, estando mais da metade dos dirigentes ainda pouco seguros sobre o conteúdo dessa lei.

Apesar de quase 90% dos dirigentes terem declarado que sabem que o estatuto “tem uma parte que trata de como devem ser os serviços de abrigo para crianças e adolescentes”, 52,7% dos entrevistados disseram que não houve mudança em suas entidades após conhecerem as recomendações do estatuto; 29,7% responderam que houve mudanças; 10,5% dos dirigentes não souberam dizer se houve ou não alguma mudança na entidade em função das recomendações legais; e 7,1% não responderam esta questão (SILVA, 2004, p. 200).

Fica explícita a necessidade de se conhecer de perto as características dos serviços prestados pelas instituições que desenvolvem programas de acolhimento para crianças, para, a partir dessas realidades, criar ações que possam adequar suas políticas às demandas do ECA, garantindo assim o direito à convivência familiar e comunitária.

Outra faceta importante dessa rede de proteção diz respeito ao educador social. Responsável pelos cuidados diários da criança em instituições de proteção à infância, este é o sujeito da pesquisa de Cavalcante e Corrêa (2012). Utilizando como procedimento metodológico questionário semiestruturado, buscou-se refletir sobre a formação daqueles que atuam diretamente com as crianças. Compreendendo a carência de trabalhos envolvidos com esta temática, os autores evidenciam a importância da capacitação contínua desses profissionais, a fim de repensar os modelos de práticas que constituem a assistência à infância.

Do ponto de vista teórico e político, pode-se afirmar que a escassez de pesquisas que investigam o perfil e os aspectos do trabalho dos educadores em instituições infantis pode ser particularmente preocupante, uma vez que é a produção do conhecimento nessa área que possibilita a compreensão do nicho ecológico no qual a criança institucionalizada experimenta momentos cruciais do desenvolvimento (CAVALCANTE e CORRÊA, 2012, p. 498).

O artigo em questão indicou a presença absoluta de educadoras, marcando a homogeneidade no cuidado com as crianças, o que representa uma constatação dentro da trajetória histórica da educação de crianças e jovens no Brasil. Em sua maioria, eram educadoras pertencentes ao quadro de funcionários efetivos, com experiências anteriores de trabalho com crianças, ressaltando duas dificuldades pontuadas pelas profissionais: “precária experiência profissional para o trabalho em instituições de acolhimento e, logo, com crianças institucionalizadas, e a falta de orientação e apoio dos gestores à monitoria.

São assuntos que começam a ser discutidos nos estudos atuais, mas ainda requerem maior adensamento: a feminização das atividades profissionais de educação e cuidado da criança, a complexidade inerente à análise das variáveis que incidem sobre o perfil do profissional

associado ao cuidado em ambiente de acolhimento institucional e as lacunas presentes na literatura sobre as práticas dos cuidadores em ambiente institucional.

Diante desse contexto, considera-se pertinente, segundo Calvalcante e Corrêa (2012), uma reflexão continuada sobre a contribuição que os cursos universitários têm dado à formação do educador, importância de se rever a forma de organização dos serviços de acolhimento institucional nas diferentes regiões do país, fundamentação de estratégias de capacitação e qualificação de educadores, monitores, mães sociais e demais categorias de funcionários de instituições de acolhimento, além da importância de estudos específicos que auxiliam um novo olhar para as crianças institucionalizadas, combatendo o estigma social depreciativo que atinge essas crianças.

Fatores como o crescimento e o amadurecimento das organizações da sociedade civil, a valorização das iniciativas comunitárias e das redes de sociabilidade das famílias, e a entrada do Estado como fomentador da criação de redes de atendimento em parceria com o Terceiro Setor favoreceram o surgimento de redes em diversos municípios brasileiros. A aproximação das organizações não-governamentais com as iniciativas, formais ou informais, existentes nas comunidades de baixa renda, demonstrou as possibilidades e potencialidades da realização de um trabalho articulado nos locais de onde provém grande parte de seu público-alvo. A busca pela articulação com os equipamentos de defesa e operação do direito tem favorecido uma atuação mais integrada, embora permeada de conflitos de interesses que somente o exercício democrático da discussão e do planejamento em conjunto poderá enfrentar (RIZZINI et al, 2006, p. 111).

É exatamente neste contexto que se encontra a **Casa do Bom Menino**, instituição cenário desta pesquisa e que, a partir de uma aproximação etnográfica, permitiu-nos captar cenas do cotidiano dos bebês acolhidos e apreender detalhes das relações sociais entre bebês, educadores e familiares, e dos bebês entre si, que serão desveladas e analisadas a seguir, aproximando os temas discutidos ao longo desta escrita de uma realidade concreta de acolhimento institucional.

CAPÍTULO 4.

A INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO: CENAS QUE DESVELAM SENTIDOS DA PROTEÇÃO

Somos 16 na sala de multiuso da Casa do Bom Menino: 13 educadoras, 1 assistente social, a coordenadora do Centro de Educação Infantil e eu. Primeiro, organizam a pauta do dia, na qual está inclusa a apresentação do meu projeto e da minha pessoa. Alguns nomes de crianças, dia de lazer, transporte, adoção, foto de registro, supervisão com psicóloga para os educadores, aumento do número de vagas para bebês, são os temas apontados para hoje. Estou como primeiro tópico do dia. Me apresento, falo sobre a pesquisa, tenho o cuidado em destacar meu olhar, meu lugar dentro da casa, alguns questionamentos. Percebo a apreensão de algumas educadoras. A coordenadora do CEI já havia informado do projeto e da minha presença na casa em dias variados. *Você vai pesquisar só os bebês ou nós também?* Pergunta uma das educadoras, soltando uma risada alta. Tomo o cuidado de explicar que não sou supervisora e não tenho a intenção de apontar o que está sendo feito de errado ou certo dentro do abrigo. Estou ali para observar o dia a dia, o cotidiano das crianças dentro e fora da instituição, para conhecer a história de cada uma e assim refletir acerca da proteção e do cuidado com os bebês dentro dos abrigos. Alguns rostos ainda mostram preocupação, apreensão, mas a reunião segue. Aos poucos, vou tomando conhecimento dos nomes e idades dos bebês e das crianças que estão no CEI. Atualmente, são 11 crianças ao todo (Caderno de Campo, janeiro de 2016).

Como mencionado no início desta tese, tomamos como base para a discussão da proteção de crianças institucionalizadas a perspectiva etnográfica, tendo como objetivo recolher os pormenores, os entremeios que costuram a dinâmica social e o contexto cultural, propiciando a construção do conhecimento a partir daquilo que é vivenciado e observado no campo da pesquisa.

Atenção aos detalhes, a possibilidade de “olhar de dentro”, sem perder a noção de lugar. Esta aproximação permite “definir a situação”²² (GOFFMAN, 2002) e compreender quais os significados que a palavra proteção adquire dentro daquela instituição, com cenários específicos. Este capítulo trata desse adentrar em uma determinada instituição de acolhimento e, para tanto, inicia-se com o acercamento desse grande cenário de proteção, trazendo algumas impressões captadas durante o trabalho de campo.

Meu primeiro encontro com a instituição *Casa do Bom Menino* se deu em novembro de 2015, no qual pude conhecer um pouco do espaço. Nesse dia, revisei alguns dos momentos em que havia estado dentro de um abrigo, e me dei conta de que guardava em mim muitas daquelas imagens propagadas por décadas em revistas, jornais e noticiários sobre serviços de proteção à criança, reforçando as representações de uma infância pobre.

Composta por três casas, pomar e horta, uma quadra, cozinha e refeitório, lavanderia e uma cede administrativa, a instituição divide as casas em: *Centro de Educação Infantil* (CEI)²³, acolhendo os bebês e as crianças até 12 anos; *Casa do Bom Menino* (CBM), onde vivem os meninos entre 12 e 18 anos; e a *Casa Raquel* (CR), abrigando as meninas de 12 a 18 anos e, em alguns casos, também seus filhos. Conta ainda com a *Casa de Passagem*, quatro *Casas Lares*²⁴ e o *Centro Técnico*, que ficam em espaços diferentes deste que foi pesquisado. Esta disposição do espaço que compõe a instituição de acolhimento estudada está ilustrada no diagrama 1, apresentado a seguir.

²² Definição de situação é uma expressão central da obra de Goffman e “trata-se do processo a partir do qual se atribui um sentido ao contexto vivido, da resposta que cada pessoa dá à seguinte pergunta: o que está acontecendo aqui, agora?” (GASTALDO, 2008, p. 150).

²³ CEI é o nome utilizado para nomear a casa onde estão abrigados os bebês e as crianças pequenas. Não trata-se de uma escola ou creche, apenas o espaço físico dentro da instituição de acolhimento que recebe as crianças mais pequenas. Quando perguntado sobre a relação do nome com a estrutura escolar, me disseram que foi uma opção da instituição para referenciar o cuidado das crianças nesse espaço institucional.

²⁴ A casa lar é também um sistema de organização de instituições que abrigam crianças em situação de risco pessoal ou social ou abandono e, tendo a estrutura de uma casa convencional, pretende-se garantir o direito da criança às necessidades básicas de educação, saúde, lazer e afeto por meio do convívio familiar substituto, denominada família social. A família social é composta, geralmente, por uma “mãe social”, que passa a morar na casa com as crianças abrigadas, além da presença de educadores sociais durante o dia, auxiliando nas tarefas junto às crianças e adolescentes.

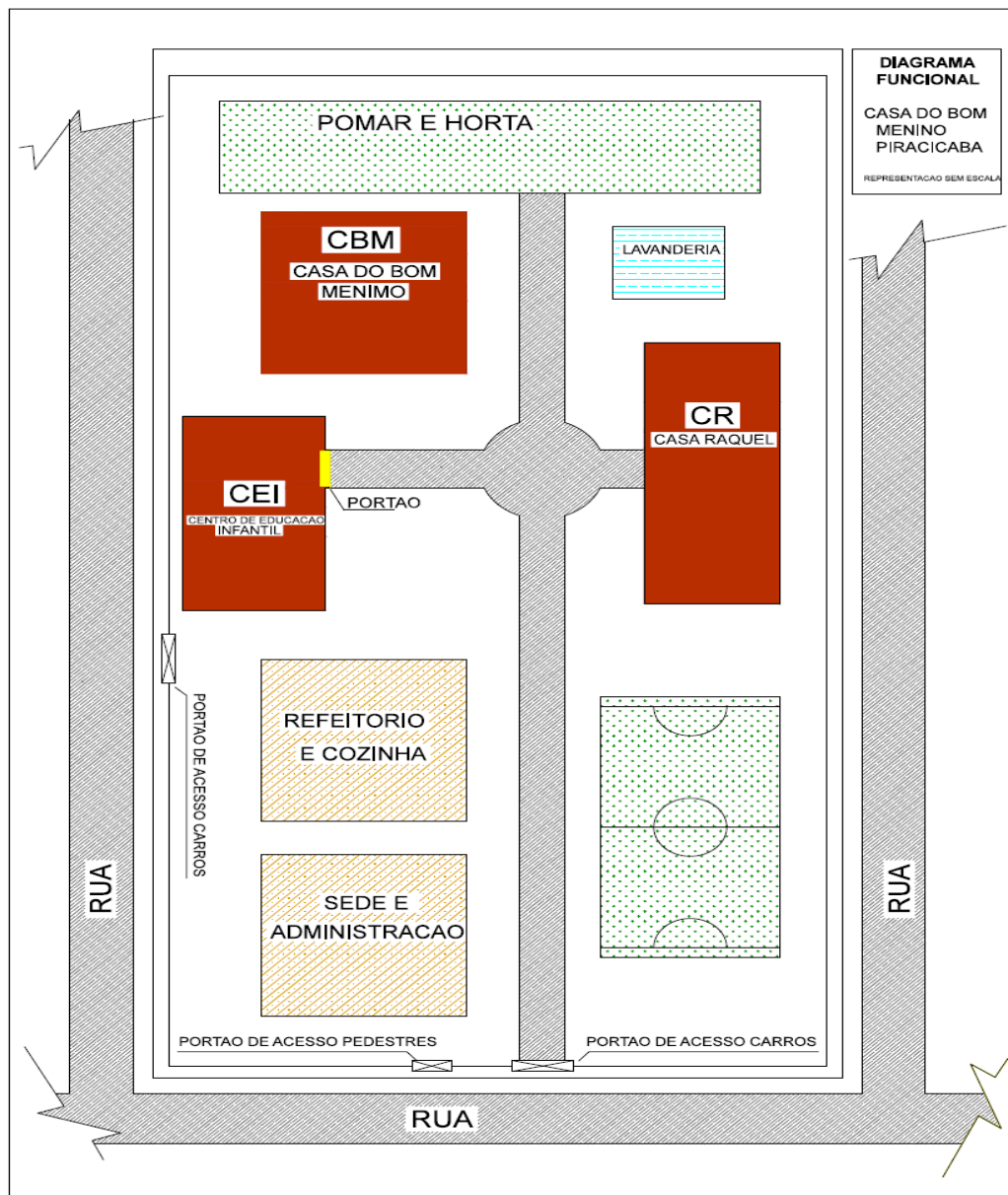


Diagrama 1 – Planta ilustrativa do espaço institucional Casa do Bom Menino.

Fonte: própria autora.

Completando 57 anos de história, a Casa do Bom Menino, que em seu início trazia o nome “Bazar da Criança”, é uma associação sem finalidade econômica ou lucrativa e nasceu com o intuito de acolher crianças em situação de rua na região central de Piracicaba.

Nesse primeiro momento, apenas fui passeando pelos lugares, observando as crianças e as pessoas que ali transitavam. Eram educadores, crianças, psicólogos, voluntários, coordenadores, assistente social, adolescentes, faxineiras, mães, segurança de apoio, motorista. Logo notei a diversidade de relações que compunham aquele cenário.

Foram as crianças as primeiras a me perguntar quem eu era: *Você é educadora nova?* Já anunciavam algo que fui constatar com a experiência vivenciada em campo: a grande rotatividade de educadores sociais que, *por conta das difíceis condições do trabalho* (baixo salário, jornadas longas de serviço, complexidade do próprio trabalho, que lida com histórias de vida marcadas por abandono, violência, descaso), acabam não permanecendo muito tempo na instituição.

Como a intenção era a observação dos bebês, a pesquisa teve como foco o Centro de Educação Infantil (CEI), espaço físico dentro da instituição de acolhimento que acolhe as crianças pequenas. Em reunião com a Coordenadora do Abrigo e com a técnica responsável pelo CEI, vou contando um pouco do meu trabalho, meu olhar, sobre o que pretendo pesquisar: o cotidiano de um abrigo que, por determinação da justiça, acolhe e protege bebês e crianças pequenas, que tiveram seus direitos violados, colocando-as em situação de risco; compreender de perto como se organiza esse espaço, quais as tramas ali suscitadas, quais percepções acerca do cuidado são anunciadas pelos diferentes atores sociais que compõe esse cenário de proteção.

No dia 15 de janeiro de 2016, iniciei, então, as visitas periódicas, três vezes por semana, em dias e horários alternados, para melhor captar a dinâmica e a rotina dos bebês e das crianças dentro e fora do abrigo.

Por conta da rotatividade de crianças na casa, principalmente no caso dos mais novos, como os bebês, foram observados 12 bebês ao longo de um ano e meio de coleta de dados, sendo que alguns já estavam lá quando cheguei, outros pude acompanhar, tanto a chegada, quanto a saída do Abrigo.

Para cada dia, foram quatro horas de observação e, dessa base de apreensão *in loco*, cenas foram sendo construídas em diferentes situações: almoço, hora do banho, brincadeiras, sonecas, rotina do sono, itinerário da creche, feriados, festas comemorativas, dias de visitas de familiares, férias, consultas médicas, crianças doentes, bebês hospitalizados, passeios.

Apesar de dedicar minhas observações às mais pequenas (bebês), estas não estão separadas das crianças maiores e, por isso, a rotina delas estava atrelada a toda a dinâmica da casa e da rotina das crianças com idades até 12 anos. Além disso, a interação dos bebês não se restringia apenas ao CEI. Muitos adolescentes vinham até a casa para ver e brincar com os bebês, além da presença de alguns funcionários da instituição e voluntários, que vinham para desenvolver alguma atividade direcionada ao cuidado e à educação das crianças.

Como é de se esperar do trabalho etnográfico, ao longo dos meses em que observava o espaço e seus atores, fui me tornando parte daquele ambiente, muitas vezes sendo confundida como integrante técnica da casa. Por diversas vezes, fui convidada a participar de reuniões de equipe e de eventos oferecidos pela instituição. Fui convocada também para a rotina diária das crianças, ajudando com a troca de fralda, um auxílio na hora do almoço e do jantar com as papinhas e acompanhando algumas saídas dos bebês em passeios pela cidade.

As reuniões de educadores do CEI acontecem a cada 15 dias, uma rotina que demorou para se firmar, diz a Coordenadora Geral, mas da qual hoje as equipes colhem bons frutos. É o espaço para que possam falar sobre a casa, as funções, a equipe, as crianças; espaço das educadoras. São compartilhados momentos entre os diferentes turnos, mas também problemas. Ali são colocados, esclarecidos e resolvidos. Percebo que este momento engrandece o trabalho dos educadores, pois se sentem acolhidos, ouvidos. Afinal, são eles que estão todos os dias com as crianças, tomando conta de suas rotinas. Vejo que é um espaço também para discutir alguns assuntos mais amplos, com apresentações e dinâmicas para o grupo.

Durante os encontros, posso observar mais atentamente os desafios, as dificuldades e a complexidade do trabalho dentro da instituição de acolhimento. São trabalhados e discutidos temas como adoção, apadrinhamento, situação das crianças dentro e fora do abrigo, reuniões escolares, registros das crianças, rotina de alimentação dos bebês, atividades de estimulação, audiências, datas de consultas médicas, passeios, entre outros.

Estar tão envolvida com a rotina das crianças, por vezes, é relatado pelas educadoras como uma dificuldade para compreender qual seu papel junto às crianças: *Vocês não são mães!* Esta

fala da supervisora, destacada por uma educadora, que a marcou na última reunião, demonstra esta complexidade:

Na escola é fácil saber dividir, porque você está lá, por algumas horas, faz atividades, educa e cuida, mas volta pra casa e a criança vai pra família. Aqui é diferente, pois somos nós que fazemos tudo, levamos no médico, vamos em reunião da escola, cuidamos do banho e da comida, damos remédio quando estão doentes, educamos, damos broncas, incentivamos, ajudamos elas a lidar com suas dificuldades e suas angústias! Tudo que eu faço em casa com meus filhos. (Fala de uma educadora, registrada no Caderno de Campo, março, 2016)

O papel de cuidado integral desenvolvido pelas educadoras é o fator que mais aparece, tanto nas reuniões, quanto durante conversas nos diferentes espaços da casa, como adversidade no cotidiano dentro da instituição.

Neste “fazer-me” parte da equipe, foi autorizado pela coordenadora do CEI que eu acompanhasse dois momentos marcantes na trajetória de um bebê acolhido: a audiência para a guarda da criança e a entrevista e visitação de uma família adotiva. Na audiência para retorno de um dos bebês para sua família, pude assistir e acompanhar, desde a saída do abrigo junto às técnicas responsáveis pela criança, até o retorno do bebê para casa junto com a mãe e seus dois irmãos mais velhos. Na entrevista, estive com a educadora de referência do bebê em questão e os pais adotivos que se encontrariam, pela primeira vez, com seu filho, aguardado ansiosamente por quatro anos.

Dois bebês, duas histórias, dois desfechos.

No primeiro caso, a mãe que, ao “*perceber que perderia mesmo meu filho*”²⁵, se esforça, passa a frequentar as reuniões do CAPS, procura emprego e se faz presente todos os dias no Abrigo para visitar o filho. O tempo de abrigamento, neste caso, possibilitou que a mãe se estruturasse, lidando com seu vício e cuidando de si para, então, poder cuidar do bem-estar de seu bebê. Foram cinco meses em que seu filho esteve abrigado e, com o trabalho em rede dos diferentes órgãos que compõem o sistema de proteção, toda a família foi acolhida, cuidada e auxiliada neste processo de separação.

²⁵ Fala capturada no carro durante a volta de Vitor para casa, após audiência, enquanto a mãe me contava como seu bebê foi parar no Abrigo.

Já na segunda situação, Felipe teve esse tempo de abrigo mais longo do que o que se espera, chegando a quase dois anos de institucionalização.²⁶ O bebê chegou recém-nascido no CEI através do Conselho Tutelar, que alegava que seus pais não queriam ficar com a criança. Houve o interesse de um avô em cria-lo, mas, após algumas semanas, este, juntamente com sua esposa, disse não ter condições físicas para cuidar do neto e, por isso, não poderiam ficar com ele. Porém, ao saber da possibilidade de adoção de Felipe, o mesmo avô recorreu na justiça por sua guarda. E esse processo se repetiu por inúmeras vezes e, em todas elas, os órgãos responsáveis pelo cuidado da família em questão eram favoráveis à família substituta.

A técnica do CEI me relata que a Defensoria disse que o Desembargador foi favorável ao Felipe para permanência no Abrigo e não ir morar com o avô. Precisam, então, esperar para saber se alguém da família vai recorrer. Se não, ele vai mesmo para família substituta. Esse processo corre desde que o bebê chegou ao Abrigo. Mais de um ano. (Caderno de Campo, maio de 2016)

Tempos de espera incessante, mas, quase para completar dois anos, Felipe entra para a lista de adoção e logo conhece pai e mãe adotivos.

Em ambos os casos, é possível evidenciar a importância do trabalho de articulação entre os diferentes órgãos e instituições responsáveis pela atenção à criança e ao adolescente acolhidos. Como apontado pela própria técnica da Casa do Bom Menino, a diferença do tempo entre os dois processos foi, justamente, a eficácia e a organização das demais entidades envolvidas nos casos evidenciados.

Esse é um ponto discutido e defendido por Souza Neto (2013), salientando, ainda, a necessidade de uma rede de proteção de crianças e adolescentes como espaço público de articulação e ação política dos Conselhos Municipais, uma ação pedagógica de construção de um espaço de cidadania. Para tanto,

As instituições, e não somente os indivíduos, têm obrigação ética de construir um tecido social emancipatório. As redes sociais de proteção estão na base de um paradigma que interfere na forma de planejar e de fazer política no município, de repensar a cidade e as organizações, para que sejam espaços de proteção, realização e educação (p. 42).

Sem que houvesse programado, uma surpresa acabou, de certa forma, me aproximando ainda mais do contexto estudado: em março do mesmo ano, descobri que estava grávida. A sensibilidade de me descobrir mãe diante de tantas crianças e bebês que, por algum motivo,

²⁶ Sobre o abrigo prolongado, ou seja, aquele que ultrapassa um ano, Cuneo (2012) aponta para as marcas que ficam nas crianças e demonstra como a institucionalização prolongada “impede a ocorrência de condições favoráveis ao sadio desenvolvimento da criança por conta da submissão a rotinas rígidas, do convívio restrito às mesmas pessoas, da precariedade de atenção individualizada e da falta de vida em família” (p. 416).

foram separadas de suas famílias, inevitavelmente modificou não só o meu olhar, mas estreitou ainda mais a minha relação com as educadoras, com as crianças e as mães que vinham diariamente visitar seus filhos.

Daquele momento em diante, era como se eu tivesse deixado de ser pesquisadora e passasse a ser apenas mãe e, assim, mães e educadoras foram enxergando coisas em comum e as barreiras que no começo se erguiam, agora já não mais nos separavam. As mães me perguntavam, curiosas, sobre minha gravidez, sexo do bebê, se era casada e, nestes primeiros interesses, iam me contando um pouco de suas experiências.

Com o passar dos meses e o crescer da barriga, não só as mulheres me relatavam suas histórias, mas também as crianças que ali me encontravam. Em todas as situações, sem exceção, notava-se uma tristeza no olhar daquelas que ali se expressavam em falar da maternidade naquele ambiente. As mães, por terem no abrigo o lugar de separação dos filhos. As educadoras, por compararem suas experiências tão ricas com as histórias dos bebês que ali chegavam. As crianças, pelo medo de que eu “*deixasse meu filho ser adotado*” (fala de uma criança quando conversávamos em volta da minha barriga).

O encontro com os bebês, o abrigo e seus personagens revelou um cenário de extrema riqueza, no qual só o contato cotidiano e uma observação cautelosa permitiria resgatar os significados que ali foram atribuídos ao que estamos denominando de proteção à criança. Ao final do trabalho de campo, as cenas recolhidas foram distribuídas em algumas categorias para melhor explanação e reflexão sobre assuntos evidenciados. A partir dessa categorização, os sentidos de proteção evidenciados nos mais diferentes contextos vão sendo desvelados, analisados e problematizados, buscando contribuir com os estudos da infância que compreendem o cuidado e a responsabilidade sobre a criança pequena.

O corpo e as marcas da negligência: cenas que revelam os motivos de estar abrigado

Ele chegou aqui sujo, fedido mesmo, dava pra ver que estava mal cuidado. Como pode alguém deixar um bebê assim? É só um bebê! Depois vem aqui dizendo que não podem levar seu filho para adoção. Não dá para entender! (Registro de fala de uma educadora, registrado no Caderno de Campo, abril de 2016).

Quando o corpo se torna a clara evidência de que algo está errado, fugindo do padrão estabelecido de cuidado daqueles que não seguem as normas de higiene básica, corpos que trazem marcas de maus tratos, corpos sujos, corpos que parecem ter sido esquecidos, às vezes, por dias sem ser alimentado. Em sua grande maioria, os bebês estudados chegaram à instituição de acolhimento sob a denúncia de negligência. Mesmo seus corpos ainda tão pequenos já traziam registros de que algo não estava indo como esperado. Algumas vezes, essas marcas não estavam evidentes no corpo, mas ocultas em estigmas: eram filhos de mulheres de rua, viciadas, mulheres da vida.

Parece ser um discurso duramente reproduzido na sociedade de que as mães são o motivo de terem seus filhos acolhidos. Diz-se que são elas que não cuidaram deles corretamente e, quando essas crianças são delas retiradas e levadas para o abrigo, a busca por seus direitos e a luta por sua guarda configuram uma situação contraditória. Nesta lógica, não faz sentido pensar que “aquela que negligencia” é a mesma pessoa que luta pelo direito de ser mãe.

Na construção do Plano Individual de Acolhimento (PIA) dos bebês estudados, a palavra negligência aparece com tanta frequência que supõe-se dar conta da complexidade que envolve a proteção e a responsabilidade sobre as crianças pequenas em situação de vulnerabilidade social. Isso pode ser observado a partir da Tabela 1, que mostra alguns dados sobre os bebês acolhidos, como motivo do abrigamento e a situação dos casos até o término da pesquisa.

Para mim, porém, fica um vazio que me impulsiona, enquanto pesquisadora, ao compromisso de conhecer essas histórias encobertas pela negligência destacada nos PIAs; de trazer à tona a reflexão sobre o que denominamos como negligência dentro do cenário de proteção, já que, como discutimos nos capítulos anteriores, essa noção de negligência foi sendo estabelecida juntamente às famílias pobres. É com este intuito de captar os motivos de abrigamento que vou observando, perguntando, vivenciando o cotidiano dentro da instituição de acolhimento, tentando juntar os recortes das histórias contadas, para melhor compreender essas famílias tidas como negligentes.

É importante salientar que, em momento algum, a preocupação em compreender a história das famílias é tomada como ação para justificar os maus-tratos ou violências vivenciadas pelos

bebês aqui retratados, mas sim, para elucidar alguns contextos outros que se entrelaçam configurando essa trama de negligências evidenciadas e sofridas.

Tabela 1. Dados dos bebês acolhidos.

Nomes²⁷	Idade no início da pesquisa	Motivo do Abrigamento	Tempo de abrigamento	Situação
1 Henrique	7 meses	Negligência	7 meses	Família extensa – tio
2 Felipe	1 ano e 2 meses	Abandono	2 anos	Adoção
3 Antonio	3 meses	Negligência	1 ano e 3 meses	Adoção
4 Tiago	5 meses	Adoção à brasileira	3 meses	Adoção
5 Vitor	2 meses	Negligência (mãe dependente química)	7 meses	Retorno à mãe
6 Maria Eduarda	2 ano e 2 meses	Negligência (maus tratos)	4 meses	Retorno aos pais
7 Julia	15 dias	Negligência (pais moradores de rua)	1 semana	Família acolhedora (processo) – Adoção
8 Lívia	1 ano e 5 meses	Negligência (maus tratos)	2 meses	Família extensa – Avó
9 Vinícius	40 dias	Negligência (pais dependentes químicos)	15 dias	Família acolhedora (processo) – Adoção
10 Laura	1 ano e 1 mês	Negligência	8 meses	Retorno ao pai
11 Fernanda	1 ano e 8 meses	Negligência (mãe dependente química)	5 meses	Família extensa – Tia
12 Paulo Henrique	1 ano e 3 meses	Violência sexual	10 meses	Mãe adolescente foi acolhida juntamente com o bebê e estão, ambos, em família extensa – Tia

Os motivos que aparecem com maior frequência como justificativa para o abrigamento nos PIAs estudados são negligência, maus-tratos, violência doméstica, alcoolismo e uso de drogas por parte dos pais e responsáveis. Sobre a negligência, vou captando algumas situações: moradia imprópria (sem ventilação, quartos escuros, insalubre), a não alimentação adequada ou a falta desta, falta de higiene. Fala-se de boa higiene e do bom cuidado como se todos tivessem a mesma compreensão de como deve ser esse modelo de cuidado, esquecendo que

²⁷ Ao longo da pesquisa foram sendo criados nomes fictícios para os bebês estudados.

são modelos “historicamente construídos, pautados em verdades estabelecidas a partir de um campo de forças específico, compatível com a lógica capitalista” (NASCIMENTO, 2012, p. 41). Seria o corpo sujo um motivo de negligência se a família em questão vive em uma casa de chão batido, sem água encanada para dar conta dos banhos e das roupas sujas? Como dimensionar o que vem a ser um descuido quando a normalidade que envolve as crianças acolhidas é produzida em meio a vulnerabilidade social, marcada, assim, por tanto descaso e indiferença? O que se nota é que a negligência existe assim que se instaura um modelo de proteção.

As histórias reveladas vão nos mostrando a complexidade que envolve o acolhimento dos bebês estudados.

Cheguei no CEI e as educadoras estavam na troca de turno. Ficamos com os bebês, uma das técnicas da casa e eu. Estavam acordados Maria Eduarda e Henrique, brincando no chão da sala sob a colcha de retalhos. A educadora separa alguns brinquedos para Henrique brincar, pois ele ainda não engatinha e não consegue pegar os brinquedos no baú. Maria Eduarda engatinha até o baú e escolhe uma máscara do personagem Hulk. Ela chama nossa atenção e coloca a máscara sobre seu rosto, depois tira e sorri. Nós duas olhamos para ela e damos risada, incentivando a brincadeira. Maria arrisca seus primeiros passos. Com a máscara do Hulk na mão, nos chama e começa a andar. Ela dá dois passos e se desequilibra. Dá risada, se levanta e começa novamente. Está segurando a mão da técnica, olha para mim, balança a cabeça e me chama para olhá-la. Fico com os braços abertos esperando por ela. Ela toma um tempo e vem em minha direção. Chega sozinha até mim. Todos a parabenizam; são beijos e aplausos! Nesta brincadeira, a técnica vai me contando um pouco da sua história: *a mãe da Maria Eduarda é surda, mas o pai não. Eles moram juntos, perto dos avós maternos da Maria. Ela tem outro irmão, um pouco mais velho que ela. Ele fala normal, já anda, tudo como esperado. Mas, com a Maria foi diferente. A mãe não deixava ninguém ver e falar com a bebê. Ela ficava num quarto escuro, sem ser alimentada com regularidade. Foi denunciada para o Conselho Tutelar pela própria irmã, que é vizinha deles. A relação da Maria Eduarda era estritamente com a mãe e, por isso, só se comunica através de gestos. Hoje sabemos que a mãe dela teve depressão pós-parto. Quando Maria Eduarda vai para casa dos avós, ela fica também com os pais e com o irmão. Interação e temos visto que a relação entre a mãe e ela está bem melhor, mas quem toma conta mesmo dos filhos são os avós* (Caderno de Campo, março de 2016).

A negligência ali constatada pelo Conselho Tutelar evidenciou uma doença que levou aquela mãe ao descuido com sua filha. Comum em muitas mulheres, a depressão pós-parto pode ser revertida quando identificada e cuidada. Ainda mal compreendida pela sociedade, essa doença é muitas vezes encarada como frescura, falta de amor, desmerecimento com o “dom da vida” e da maternidade. Cercada por preconceitos diversos, a depressão pós-parto separa mãe e filha. Maria Eduarda é levada para o abrigo, para vaga de criança com deficiência. Onde parecia existir uma deficiência, com o tempo se revela a ligação extrema entre mãe e filha: filha de mãe surda, acreditou-se, num primeiro momento, que Maria Eduarda também tivesse

alguma deficiência, pois chegou na instituição sem falar direito e com uma pequena disfunção na perna.

Na verdade, Maria Eduarda aprendeu a se comunicar com a mãe por sons, gestos, e assim o fazia no CEI. Aos poucos, estimulada pelas educadoras e observando os outros bebês e crianças, ela vai descobrindo outras formas de se comunicar. Maria Eduarda tem, sim, um leve comprometimento motor de uma das pernas e, por conta de sua dificuldade com a fala, frequenta os serviços da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Mas, o receio que as educadoras tiveram quando souberam que chegaria uma criança com deficiência, logo foi sendo contornado com as atividades e os estímulos realizados pelas educadoras com os bebês dentro da casa. Teria sido necessária a separação da Maria Eduarda de sua família se, antes disso, tivessem diagnosticado a depressão pós-parto, sendo devidamente cuidada e tratada dentro da rede de apoio à mulher/mãe? Será que esta situação foi agravada por se tratar de uma mãe surda, que pouco interagiu com o mundo a sua volta por questões diversas (falta de estímulo, dificuldade em se comunicar com outras pessoas, timidez, entre outros)? Para ampliar essa reflexão, é importante acrescentar que Maria Eduarda tem um irmão um pouco mais velho e que, para ele, não foi constatada nenhuma situação de negligência.

Maria Eduarda está na sala, pronta, de banho tomado, com vestido escolhido por ela. Aguarda o avô chegar. É dia de voltar para casa. Estamos na sala brincando, eu e ela: Maria vai escolhendo os brinquedos no baú e me traz. Ela percebe alguém passando pela janela da sala do CEI e logo olha para a porta. Abre um sorriso, fala repetidamente “bô, bô, Bô” – se referindo ao avô. Vai direto ao seu encontro e, com a ajuda do avô, escala suas pernas até seu colo. Olha para mim e faz sinal de tchau. Pronta para ir, manda beijo levando a mão até a boca! É sempre o avô que vem busca-la para as saídas de final de semana, mas hoje vieram também a mãe, o pai e o irmão. Maria Eduarda pede pelo colo da mãe, que logo a atende. O avô pergunta pela mochila com as coisas da Maria Eduarda e logo se despedem de nós.

Depois de quatro meses de institucionalização, Maria Eduarda retorna a sua família. Os pais da criança estão desempregados: seu pai faz alguns bicos, tendo o apoio familiar vindo de seu avô materno. Morando em casas vizinhas, Maria Eduarda agora fica com seus pais, mas é o avô quem tem sua guarda legal. Depois de algumas semanas, pude acompanhar uma das técnicas do CEI em visita de rotina a Maria Eduarda, para auxiliar seu retorno a sua casa e a sua família, e foi possível notar a felicidade da pequena junto do pai quando nos receberam. Tudo estava indo bem.

Ao longo da pesquisa, fui me dando conta que aquelas histórias de vida, que, aos poucos, fui conhecendo e compondo através de falas, relatos e cenas capturadas, em sua maioria mostravam uma mãe solteira, abandonada pelo pai da criança, buscando apoio em suas próprias mães, que também traziam abrigadas em si marcas de uma vida negligenciada, machucada, violentada, empobrecida. Mulheres que vão compondo esse cuidado de si e de seus filhos entre irmãs, mãe, madrasta, filhas mais velhas.

Realidade comum de uma sociedade patriarcal ocidental, que se agrava quando falamos de famílias pobres. A culpabilização da mulher pelo fracasso em lidar com seu filho vem de encontro à minimização da responsabilidade do pai da criança. É como se fosse permitido para o homem sair de cena, enquanto sobre a mulher pesa todo o desafio de criar, educar e suprir as necessidades básicas de um filho. Realidade de muitas famílias brasileiras, são as mulheres aquelas que provêm a maior parcela do sustento de suas famílias, arcando não somente com as despesas, mas também dando conta da gestão de suas casas. São essas que, mesmo trabalhando fora, são demandadas na realização dos afazeres domésticos e no cuidado dos filhos.

Disse que a culpa foi minha, que não ia arcar com um filho que não quis. Mas, eu como mãe não tenho como sair fora. Tenho? Daí a gente tem que dar conta (Fala de uma mãe, Caderno de Campo, outubro de 2016).

Para uns, admite-se a escolha da paternidade; para outras, essa condição está imposta socialmente e não permite diferentes desfechos: há que se arcar com a responsabilidade de ser mãe. Dessa forma, foi-se atribuindo historicamente à mulher o papel de cuidadora, assim como a responsabilização pelos descuidos com os filhos, enquanto para o pai cria-se um panorama mais benevolente em relação ao seu não comprometimento com os cuidados dos filhos.

Sentamos no chão, próximas da televisão. Vitor está no bebê-conforto e Cora o balança. Pergunto um pouco sobre o emprego que foi ver. Abre um sorriso e me conta que deu certo. Pergunto quem a ajuda com seus filhos, sobre o pai de Vitor: *Minha mãe é que me ajuda, mas também, num dá conta dela, às vezes. Ela bebe pra esquecer o passado. É muito dolorido pra ela, eu sei. E o pai.... hum, esse, nem quer saber. Tive que fazer o teste pra provar. É um primo meu, casado... não quer nem saber* (Caderno de Campo, abril de 2016).

A mãe chega para visita. Troca a roupa da filha e arrama seu cabelo. Um pouco mais firme do que de costume, segura no braço da criança e fala alto para que todas nós ali pudéssemos ouvir: *Nunca quis saber de mim. No começo era mil amores, depois me deixou pra ficar com outra. Nunca me ajudou. Agora quer vir atrás da guarda dela? Tá de brincadeira, né? Eu que sou sozinha, tenho que me virar sozinha. Sempre foi assim!* Pergunto para as educadoras sobre a história daquela mãe. Uma delas me conta que foi adotada ainda pequena, mas sempre foi tratada como empregada da casa (Caderno de Campo, agosto de 2016).

Quando abordamos a temática do abrigamento ou adoção, percebe-se a presença de conflitos emocionais nas falas das mães, capturadas em conversas soltas. A dificuldade em lidar com o sofrimento pela perda do ex-parceiro acaba gerando sentimentos de raiva, desilusão, que reverberam na relação entre pais, mães e filhos, como apontado por Sousa (2010). Afinal, em muitos dos casos, existe a vivência da separação (ainda que não judicial) do casal ou tratam-se de filhos geridos em relações amorosas que nem chegaram a se firmar enquanto casal conjugal. As mães observadas falam de abandono, de como se sentem sozinhas, da negação da relação, de traição. E, às vezes, relatam o conflito emocional quando diante dos filhos: *“é difícil, porque ela me faz lembrar do pai. E dele eu não quero mais nada. Às vezes, fico brava, brigo com ela, quero ela longe de mim. Mas, ela é minha bonequinha, minha princesa”* (Fala da mãe da Laura em conversa com uma das educadoras registrada em Caderno de Campo, setembro de 2016).

Segundo o estudo de Souza (2010), “o processo de desconstrução da conjugalidade ocorre simultaneamente à reconstrução da identidade individual” (p. 25), tendo a vivência da separação como um processo de muitos sofrimentos e perdas. Com seus filhos acolhidos, as mães passam a ter que lidar novamente com esses sentimentos, logo que, ao serem institucionalizadas, busca-se pela família de origem destas crianças, recorrendo tanto à família materna, quanto paterna. Aquela sensação de perda e de rompimento pode, mais uma vez, atordoar essas mulheres, trazendo à tona novos sentimentos que interferem na relação mãe/filho(a).

Durante a pesquisa, tive a oportunidade de acompanhar mais de perto a história de duas mães: Cora e Clarice²⁸.

Meu primeiro encontro com a Cora foi de estranhamento.

Estou brincando na sala do CEI com Maria Eduarda e Vitor, e vejo uma mulher entrar na casa. Olha para mim! Não nos conhecemos ainda. Ela logo se aproxima do Vitor e diz: *Olha quem chegou, a mamãe! Vem com a mamãe, vem!*. Rapidamente tira o bebê da cadeirinha e o leva ao colo. Ainda me observa. A educadora chega na sala e cumprimenta a moça. Fico sabendo que é a Cora, mãe do Vitor. Ela pede para dar banho no bebê e logo sai da sala, levando-o para o berçário. Continuo com os bebês na sala. Cora volta para a sala com Vitor e senta no sofá. Me pergunta se sou educadora nova. Digo que não, que estou fazendo uma pesquisa no CEI e ela me interrompe dizendo: *Só com as crianças maiores, né!?* Depois de alguns minutos já estamos conversando tranquilamente (Caderno de Campo, fevereiro de 2016)

²⁸ Nomes fictícios.

Com o tempo, Cora me via com mais frequência na casa e já não estranhava a minha presença ali. Sempre conversávamos muito. Ela adorava ver televisão enquanto estava com o filho. Cora foi me contando sua história de vida: tem mais três filhos maiores e nunca pensou que tirariam um de seus filhos. *Eu nunca imaginei passar por isso*, ela me disse uma vez. Mas, Cora confessa ter se perdido em algum momento fazendo uso de entorpecentes e álcool. *Minha mãe é alcoólatra, mas me ajuda como pode. Ela teve uma vida difícil também*. Como mãe, Cora reconhece a importância do afastamento de seu filho.

Quando o levaram de mim fiquei com muita raiva. Só depois eu me dei conta que estava mesmo descuidando do meu filho, de mim. Demorou um pouco, porque a gente não entende na hora. Daí, comecei a frequentar o CAPS, fui na frente de trabalho. Fiz tudo que eles falaram que tinha que fazer pra conseguir meu filho de volta (Fala de Cora, registrada em Caderno de Campo, maio de 2016).

Desde que cheguei na instituição, percebo o vínculo de todos os funcionários com o pequeno Vitor. Chegou no CEI com poucos dias de vida. Não presenciei sua chegada, nem as primeiras visitas da Cora, mas, pelos relatos das educadoras e da própria mãe, consigo notar a dificuldade de adaptação e o estreitamento de laços entre mãe, instituição, equipe técnica e educadoras. Depois de um dedicado trabalho, percebe-se a resposta de um cuidado compartilhado entre instituição e família. O apoio dado ao Vitor se estendeu a toda a família.

Para Cora, apesar do sentimento de raiva, a intervenção do Estado foi importante para que ela pudesse reorganizar sua vida e retomar o cuidado de seus filhos. Essa situação reafirma o que nos coloca Motta (2015), que “há crianças que são institucionalizadas porque suas mães não têm qualquer apoio quanto às pressões externas e internas sofridas” (p. 31), lembrando que cuidar da mãe significa também cuidar do filho e, se não cuidarmos dessa mãe, “a apologia dos cuidados à criança não passará de palavras e ações que se limitarão a remediar estragos que poderiam ter sido evitados” (p. 33).

Com Clarice, a trajetória foi diferente.

Clarice chega, um pouco sem graça. Pergunta pelo seu bebê e uma das educadoras a leva até o berçário. Lá a mãe pega seu filho no colo e vai para a sala de visita. Lá dá o peito para o pequeno. O filho mais velho de Clarice fica sabendo que a mãe está na casa, mas brinca de bola com outra criança na quadra e não vem vê-la. Clarice tem mais três filhos acolhidos no CEI, que chegaram algumas semanas antes de Antônio ao abrigo. Quem o chama é uma das educadoras. Entra e fala oi. - *Dá um beijo na sua mãe, Enzo. Faz tempo que você não vê ela. Fica aqui, conversa com ela*, diz a educadora. Ele faz uma careta, entra na sala de visitas e fica calado o tempo todo que a mãe está lá, até chegar a Letícia, filha mais velha, com 12 anos. Ela já pergunta pela mãe e vai direto na sala de visita. Fala oi para mãe e conta que ela está cuidando do Antônio, que é ela que dá banho e dá mamadeira para ele. A mãe fala que ela

tem mais é que cuidar do irmão mesmo: *Vocês estão aqui por culpa de vocês!*, diz a mãe em voz alta. Os filhos ficam quietos (Caderno de Campo, março de 2016).

Nos dias de visita de Clarice, noto que sua atenção está voltada quase que inteiramente para Antônio. Apesar de estarem acolhidos na casa seus outros três filhos, parece depositar em Antônio a possibilidade de *fazer diferente*, palavras ditas por ela enquanto conversávamos. As educadoras me contaram que Clarice herdou uma casa do pai de um dos seus filhos, que faleceu em acidente de moto. Nesta casa, moravam ela e os filhos. Por conta de seu trabalho, Clarice deixava os filhos a noite sob o cuidado de uma de suas irmãs. Mas, essa irmã era dependente química e tinha cinco filhos (que foram levados para o abrigo alguns meses depois do acolhimento dos filhos de Clarice e ficaram sob a guarda de tias por parte do pai das crianças). Nos relatos da filha mais velha (12 anos), ficava para ela o cuidado de seus irmãos (10 e 8 anos). Talvez, para Clarice, essa realidade não fosse incomum. Ela mesma teve que se virar desde cedo, perdeu a mãe ainda muito pequena, não teve uma referência e teve que aprender a se virar sozinha. As técnicas do CEI, em algumas reuniões, traziam a dificuldade de Clarice em se ver como mãe, de lidar com essa responsabilidade; de saber cuidar, sem ter sido cuidada.

Com o passar dos meses, à espera do exame de paternidade de Antônio, Clarice, que no começo brigava pela possibilidade de reaver a guarda de seu filho mais novo, vê suas chances diminuir com as constatações de sua falta de condições psicológicas e estruturais, além do uso de entorpecentes e álcool recorrentes. Em entrevista aberta, eu pergunto sobre suas expectativas: *Eu sei que já perdi meus outros três. Mas, queria fazer diferente com ele. Mas, é difícil, não tenho com quem contar. Sou sozinha. Talvez seja mesmo melhor pra ele estar em outra família*, me responde Clarice. Seu rosto já não trazia a mesma expressão de quando conversamos em abril. A postura mais defensiva, de palavras ríspidas, agora dava lugar para uma mulher triste, aparentemente desesperançosa.

Chegamos no CEI depois da audiência da guarda de Vitor. Cora entra e conta para as educadoras sobre o resultado e Clarice está na sala com Antônio no colo. “Eu vou levar meu filho embora. Ele vai ficar comigo. O juiz que disse”, fala Cora. Na mesma hora, observo Clarice. Ela abaixa a cabeça e vejo uma lágrima escorrer no seu rosto. Um dos filhos maiores de Clarice está perto e pergunta para mãe quando eles também voltarão para casa com ela. Clarice responde que está fazendo várias coisas para isso, mas vai demorar um pouco ainda (Caderno de Campo, maio de 2016).

Sai o resultado de paternidade de Antônio: negativo. E depois de esgotar todas as possibilidades na família extensa, de tentativas de acolhida e cuidado de Clarice, foi decidido que Antônio iria para adoção, assim como seus outros três irmãos.

Motta (2016) aborda a importância da reflexão sobre a entrega de um filho para adoção. Seu olhar está voltado para as mães, sensibilizando-nos a encarar o outro lado dessa situação de acolhimento, aquela de quem abre mão de seu filho, por razões diversas, e que quase sempre não é acolhida pelas pesquisas e análises sobre adoção e proteção da criança pequena.

Deve ser observado o conjunto de circunstâncias que envolvem a vida da mulher naquele momento para um prognóstico sobre a possibilidade do estabelecimento de uma relação positiva mãe e filho, ou seja, as circunstâncias da gravidez, a existência ou não de apoio familiar ou de parceiro, perspectivas futuras positivas no que concerne às condições econômicas, moradia, trabalho, a existência ou não de outros filhos, se estão sob os cuidados da mulher e sob quais condições, assim como o estado intrapsíquico da mulher e os padrões de apego por ela desenvolvidos (p. 178).

A história de vida de Clarice foi marcada por perdas, separações, falta de referências afetivas. Um dia me disse que queria o melhor para seus filhos e sabia que ela não poderia dar isso para eles. Nas últimas semanas antes do resultado da paternidade de Antonio (possibilidade de que ele fosse acolhido por uma das tias paternas e, assim, ainda poderia conviver com Clarice), a mãe deixa de frequentar o CEI, não comparecendo em seus horários de visita. As educadoras contam que ficaram sabendo que Clarice teve uma recaída, voltando a usar drogas ilícitas e álcool. Talvez a dor de saber que, de fato, seus filhos iriam para adoção foi tamanha que Clarice recorreu a situações de fragilidade já antes vivenciadas. Foi o que concluiu uma das técnicas do CEI.

Um dos casos que chegou à instituição foi de uma adoção “à brasileira”²⁹ do bebê Tiago. Quando recebeu o mandato do Juiz para entrega do “filho”, o casal que registrou Tiago como filho legítimo não compareceu e, segundo o que diziam, tinha ido para outro estado. Depois de algumas semanas, chega Tiago.

Olha isso, Mariana, a mãe mandou uma carta junto das coisinhas dele. Os pais contataram um advogado que falou para entregar o bebê para o Fórum. Tem que ver o capricho da mãe, tudo tão explicadinho, as coisas dele na mala, as roupinhas. Imagina a dor dela. Porque ela é a mãe, não é? (Fala de educadora, Caderno de Campo, março de 2016).

²⁹ Situação em que filhos biológicos de determinados pais são registrados como filhos legítimos de outros pais, como se fossem seus pais biológicos.

Pego a carta, um relato sobre o bebê: do que gosta, como fazê-lo dormir, a temperatura da mamadeira, as manias. Junto à carta, vieram pertences do Tiago, coisas pelas quais, segundo a mãe, ele tinha muito afeto. Todos se comovem com a situação. Tiago passou dias chorando sem parar. Os pais substitutos passaram a rondar a instituição para ver o bebê, pois lhes foi proibida a aproximação. É possível imaginar a dor. Porém, não paramos para pensar: e a mãe que entregou seu filho, como deve estar? Porque será que ela tomou essa decisão? Quem são essas pessoas para as quais ela entregou seu filho? Há alguns relatos vagos, mas nenhum que diz ao certo que esta mãe biológica foi ouvida, cuidada, acolhida.

Quando não compreendidas as possíveis razões que colocam uma mãe enquanto negligente ou em situação de entrega de um filho em adoção, sem conhecer e refletir sobre a realidade dessas mulheres articulada às dimensões de suas transformações sociais, culturais, econômicas, políticas, perde-se o compromisso com a ética e com os direitos das crianças em questão.

Pela legislação, o acolhimento deve ser uma medida protetiva excepcional e transitória, a ser aplicada somente quando esgotadas todas as possibilidades de permanência da criança e do adolescente junto à família de origem. Porém, infelizmente, não é isso que tem acontecido na prática. No artigo 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, estão colocadas, para os pais ou responsáveis, algumas medidas pertinentes, prevenindo um acolhimento desnecessário:

I - encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família; II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado; VII - advertência.

Existem, dessa maneira, medidas que, se forem aplicadas com efetividade, poderiam evitar que crianças fossem retiradas de suas famílias, resguardando o direito à convivência familiar e comunitária, a fim de minimizar as consequências de uma separação na vida dessas crianças.

O corpo que ali revela marcas de negligência e maus tratos, quando observado e analisado mais de perto, em meio a sua história de vida, a sua família e comunidade, nos diz muito sobre uma trajetória de inúmeras desproteções, evidenciadas por todos aqueles envolvidos

com aquele bebê que chega à instituição de acolhimento. Em muitos casos, nota-se que o Estado deveria prover condições mínimas para que a mãe, o pai ou o responsável pudesse exercer a responsabilidade para com seus filhos; ou, ao menos, buscar soluções de prevenção e de fortalecimento familiar, sendo o encaminhamento para acolhimento ou adoção a última medida. Podemos dizer que o Estado, e não apenas as famílias, também tem sua parcela de responsabilidade na falta de proteção dessas crianças.

No caso do bebê Paulo Henrique, não houve marcas, nem ao menos negligência, pelo menos não vindas da sua mãe. Um pouco antes de fechar a coleta de dados, fico sabendo do acolhimento de Paulo Henrique, fruto de um incesto. Sua mãe, ainda adolescente (16 anos), também está acolhida, juntamente com sua irmã. Confesso o choque ao conhecer toda a história, apesar de saber que é algo que acontece em muitas outras famílias brasileiras. Assim que a mãe foge de casa por conta das agressões do marido, sua filha mais velha é tomada pelo próprio pai como a, então, “mulher da casa”. Dentre outros afazeres, a adolescente também era obrigada a deitar-se com o pai. Foi num desses abusos, que a adolescente engravidou de Paulo Henrique.

Apesar de ser a primeira história que pude acompanhar de abuso sexual no caso dos bebês, esse assunto está muito presente na realidade das demais crianças acolhidas, tanto no CEI, quanto nas outras casas. Em todos os casos, foram pais ou parentes próximos que cometeram o crime.

Bastante em pauta nos dias atuais, a questão da objetivação do corpo da mulher e da cultura do estupro é um debate que se faz urgente, trazendo a reflexão sobre como desnaturalizar a ideia sexualizada do corpo feminino. Dos discursos que preferem limitar o que devem ou não fazer as mulheres, mesmo as mais pequenas, para que não se coloquem em situações que podem desencadear violências sexuais, do que discutir como proteger mulheres de homens abusadores, refletir sobre atitudes que possibilite a construção de uma educação que dessensualize o corpo feminino, tirando-o desse lugar de objetivação de desejo dos homens, criando políticas públicas que, de fato, protejam e amparem meninas e mulheres que sofrem ou sofreram violências e/ou abusos sexuais.

Quando foram acolhidos (mãe, bebê e irmã) por conta de uma denúncia ao conselho tutelar, o bebê já tinha um ano e três meses. Pude presenciar a chegada dos três. As irmãs pareciam com medo, fechadas e de poucas palavras. Para melhor compreender a situação e lidar com os

sentimentos ali presentes, foi decidido pelos coordenadores das casas que a mãe e sua irmã ficariam na Casa Raquel, enquanto o bebê ficaria no CEI. A adolescente tinha total liberdade de ver seu filho e de ajudar nos seus cuidados diários.

Houve momentos de distanciamento, de confusão, de negação do papel de mãe. A adolescente queria sair, ir para a escola, conhecer pessoas, assim como outras de sua idade. Depois de um longo e profundo trabalho de equipe, tanto dos técnicos, psicólogos, quanto das educadoras, ao ser questionada sobre sua vontade de ficar, ou não, com o filho, a adolescente não abre mão de sua guarda. As irmãs e o bebê vão para a casa de uma tia e lá, a adolescente e Paulo Henrique reconstróem sua história. Um pouco antes de finalizar esse capítulo, tenho notícias de que a mãe, agora já maior de idade, está morando numa casa com seu filho e o namorado, com trabalho fixo.

“Quem protege é o Governo, eu cuido!”: (en)cena(ação) sobre a distinção entre proteção (Estado) e cuidado (sociedade)

A representação dos diferentes papéis do Estado e da família é abordada por uma mãe ao falar sobre suas responsabilidades com o filho. Para ela, está claro que sua parte da proteção é o cuidado diário e, assim, vai me contando tudo que lhe é dever:

dar comida, deixar ele sempre limpinho, ter um lugar para ele dormir, não deixar ele chorando. Isso eu que tenho que fazer, porque sou a mãe. Mas, proteger é o governo que tem que fazer! Eles dizem que tenho que ter uma casa e um trabalho. Como se fosse fácil! Eu tenho uma casa, uma casa simples, mas pra eles não tá bom! Emprego, estou tentando, mas o pessoal tem tudo preconceito. Arranja pra mim um emprego e uma casa melhor, então. Isso é proteger a gente de não ficar na pior! Quem protege é o governo, eu cuido! (Fala de Cora, Caderno de Campo, julho de 2016)

Está evidente, também, a compreensão de que o Estado deve proteger a todos, não apenas o seu bebê; que é dando oportunidades de emprego, condições melhores de moradia, que ela, enquanto mãe e responsável, poderá, de fato, cuidar do seu filho da maneira como lhe é cobrado, como é esperado pela sociedade. Mas, o que vemos nas inúmeras falas das mães registradas em caderno de campo é que parte desse acordo entre Estado e Família parece não estar sendo cumprido ou, muitas vezes, é feito de maneira descomprometida.

A instituição vai ao encontro do que afirma Silva (2004), quando aponta que o atendimento em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes sempre teve maior participação de instituições filantrópicas e religiosas do que de serviços governamentais, podendo, desta maneira, atuar segundo suas próprias crenças. Em estudo divulgado pelo IPEA³⁰ (2010), é indicado que os recursos públicos destinados para essas entidades, geralmente, representam uma parcela reduzida dos custos totais incorridos pelas instituições, tendo sua maior parte oriunda de recursos de origem privada.

Para melhor compreender o direcionamento da instituição estudada, lancei mão de entrevistas e análise de material histórico sobre a Casa do Bom Menino. Um pouco dessa história nos conta que a instituição foi fundada em 1962 e, inicialmente, tinha o nome de “Bazar da Criança”, atendendo meninos e meninas em situação de vulnerabilidade social. O próprio nome, tanto de Bazar da Criança, quanto Casa do Bom Menino (recebido em 1976), pode indicar algumas conotações do trabalho desenvolvido pelos voluntários, que recebiam as crianças em regime interno ou semi-interno. Com ações anteriores ao Estatuto da Criança e do adolescente, a, então, Casa do Bom Menino firma convênio com a prefeitura de Piracicaba e com a Secretaria Estadual do Menor, para angariar mais recursos, obtendo uma nova diretoria no ano de 1978.

Anos depois, após receber uma denúncia do Ministério Público por situação de maus-tratos às crianças dentro do serviço de acolhimento, envolvendo profissionais e gestores responsáveis pela prestação do serviço de proteção, foram averiguados inúmeros casos de negligências, o que acarretou, em 1994, em intervenção judicial, que durou cerca de 11 anos.

Esse contexto se instaurou no período pós-edição das orientações técnicas para os serviços de acolhimento, implementadas em acordo com o ECA e a LOAS, junto ao Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia dos direitos das Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, convocando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o próprio Ministério Público a fiscalizarem os serviços de acolhimento, através de normativas atribuídas pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

Diante disso, houve uma reestruturação de toda a instituição, em 2009, elegendo uma nova diretoria, que assumiria a gestão até os dias atuais. Com o tempo, a instituição se profissionalizou para atender também vítimas de agressões, abandono ou abuso no ambiente

³⁰ Site consultado: <<http://www.ipea.gov.br>>.

familiar. Em 2013, a Casa do Bom Menino passou a administrar a Casa de Acolhimento, antes sob o cuidado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Semdes) e do Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (Crami). Hoje atendem cerca de 60 crianças e adolescentes, todos acolhidos por meio do Poder Judiciário.

Inserida na rotina da instituição, quase como parte desse grande cenário, noto o esforço dos técnicos e coordenadores da atual gestão em contornar e modificar antigas narrativas, fortalecendo o diálogo com o ECA e os tratados de direitos humanos. Percebo um movimento constante de ajustes, de reelaboração. Muitas vezes são tentativas de melhorias estruturais, que modificam as composições das casas; noutras, são mudanças de turno, educadores realocados, melhoria nas condições de trabalho.

Com a chegada da nova coordenadora da instituição de acolhimento, todos são chamados a contribuir com a construção do projeto político pedagógico (PPP), que leva o título “Um bom lugar para se viver”. Mesmo que temporariamente, a preocupação é de organizar e estruturar um espaço que pudesse estar mais próximo de uma casa, um lugar para, apesar do contexto, se construir boas recordações. O envolvimento de funcionários, técnicos, adolescentes e crianças é marca sempre presente nesta recente trajetória. Foi a partir desse momento que surgiram as reuniões dos educadores sociais, abrindo espaço para suas colocações, aflições e inquietações, valorizando o trabalho desenvolvido por eles junto às crianças e adolescentes. Priorizou-se, também, o olhar desses últimos, proporcionando momentos de diálogos e abertura para que pudessem se colocar, trazendo sua perspectiva sob a situação de abrigo e tendo seus sentimentos acolhidos, como preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Vê-se escrever uma nova etapa, o reconhecimento de que outros caminhos seriam necessários para fazer da Casa do Bom Menino uma instituição que, de fato, estivesse comprometida com a proteção das crianças e adolescentes ali acolhidos. Porém, como já discutido em capítulos anteriores, garantir a proteção requer a colaboração de uma rede de instituições, que devem funcionar de forma integrada.

Foi com essa intenção, de capturar cenas dessa integração entre os diferentes setores de proteção, que perguntei sobre a possibilidade de participar da audiência concentrada³¹ sobre a situação do bebê Vitor. Meu pedido sendo acolhido, acompanhei a assistente social e a psicóloga do CEI em audiência no Fórum de Piracicaba. No trajeto, vão me contando sobre o

³¹ Audiência em que o magistrado reúne uma equipe multiprofissional para fazer levantamento da situação de crianças e adolescentes inseridos em medida protetiva de acolhimento.

caso e as expectativas. Existia a possibilidade de o juiz não devolver a guarda para Cora por conta de alguns pareceres das psicólogas do Fórum, não favoráveis em relação à situação profissional da mãe (que, apesar de ter conseguido um emprego, esse era temporário e, em alguns meses, Cora talvez pudesse estar desempregada novamente). Nunca participei de uma audiência, então vão me falando sobre a dinâmica na sala de audiência. Entram primeiro todos os técnicos responsáveis pelo caso do bebê e de sua família, ou seja, a técnica de Serviço Social da prefeitura, a assistente social do CREAS, os técnicos do Fórum e os técnicos da Instituição de Acolhimento.

Sentamos em um banco próximo à sala e logo aparece uma técnica do Serviço Social da prefeitura. Me apresentam como a pesquisadora dos bebês. Ela sentou junto a nós e foi trazendo a notícia de que conseguiu uma vaga em uma ONG para a Cora, ajudando ainda mais suas possibilidades de ficar com o Vitor. Alguns minutos depois vemos chegar a Cora, acompanhada de seus dois filhos menores (13 e 11). Parece bem ansiosa, um pouco calada, o que não é muito comum da Cora. Nos cumprimenta e vai preencher o papel junto à sala de audiência. Somos então chamadas e a escritã comenta com a Cora que ela será chamada só depois desta primeira parte da audiência. “Assim que acabar esta parte, venho te chamar para que você possa conversar com o Juiz, tá certo?”, diz a moça. A mãe apenas responde demonstrando compreender e nos vê entrando: “Fala só bem de mim, hein!”, soltando um largo sorriso (Caderno de Campo, maio de 2016).

No decorrer da audiência, pude notar que o Juiz ouviu com muita atenção as colocações da psicóloga da instituição de acolhimento, que foi a primeira a falar sobre suas impressões em relação à Cora e sua relação com o bebê. Pediu o parecer dela, que reforçou a compreensão de que houve um grande avanço na relação da mãe com o bebê, mostrando muito comprometimento desta para que pudesse reaver a guarda do filho. Foram ouvidas as técnicas do CREAS e do CRAS, todas a favor de Cora, mesmo compreendendo que a rede ainda precisaria acompanhar esta família por mais alguns meses. Apesar de algumas preocupações trazidas pelas psicólogas do Fórum, o Juiz, alegando que a falta de emprego não pode ser motivo para que a mãe não permaneça com seu filho, decidiu por seguir os pareceres da rede e devolveu a guarda para Cora.

Cora é chamada para entrar. Entra e olha para quem está na sala. Segura sua bolsa bem forte junto ao corpo. O juiz pede que ela se sente. Ele pergunta como ela está. Cora senta e olha firme para o Juiz: “*Tô bem, senhor*”, responde. O Juiz diz do veredicto final e fala que vai devolver a guarda do Vitor para ela. Cora está silenciosa. Ele pergunta se ela entendeu. Ela diz que sim com a cabeça. O Juiz, além de devolver a guarda para a mãe, ainda indicou que ela entrasse para o programa social de Piracicaba para conseguir uma casa própria e também vaga integral na creche mais próxima da sua casa. Outra questão apontada pelas técnicas é o fato do Vitor não ter sido registrado pelo pai, porque este não reconhecia sua paternidade. Foi requerido pelo Juiz um exame de paternidade e, caso seja positivo, que este cumpra com suas obrigações de pai, como a pensão para o filho, que ajudaria ainda mais a Cora. “Se

cuide, Cora, nós estamos aqui para ajudar você e seu filho”, diz o Juiz ao final da audiência. “Pode deixar, doutor”, responde Cora, com um sorriso sem graça e levanta da cadeira para sair da sala. De dentro ouvimos o grito de Cora no corredor: “Ele me deu meu filho de volta”. (Caderno de Campo, maio de 2016).

Em reuniões de equipe ou mesmo durante conversas dentro do CEI, observo a percepção do comprometimento do atual Juiz da Vara da Infância pelas técnicas e educadoras da instituição. Os relatos falam de uma pessoa atenciosa para com a situação das famílias das crianças, auxiliando ao máximo para que seja possível o retorno dessas para casa; dizem de um juiz que busca articular as diferentes frentes de proteção do município, pontuando o papel de cada um nesse processo. Apesar disso, falam sobre o imenso despreparo de muitos conselheiros tutelares de Piracicaba e quanto isso impacta na institucionalização de algumas crianças.

O trabalho de fortalecimento das famílias em questão poderia (deveria) ser realizado através do Conselho Tutelar, diminuindo o índice de judicialização. Nota-se a ausência, de fato, de mais políticas preventivas e protetivas para as famílias, afinal a criança está inserida na realidade familiar. Ao fortalecer esse núcleo, cria-se condições para que a criança não necessite de um acolhimento ou de um encaminhamento para família adotiva. A partir do estudo, percebo que esse trabalho está sendo realizado pela instituição de acolhimento, quando a criança já foi retirada de sua família, já sob o impacto dessa separação.

Abrigo é lugar de espera, dona, diz uma criança para a educadora, ao desabafar sobre o porquê de estar chateada. A criança tem nove anos e já compreende sua situação dentro daquela instituição. Espera do quê? De quem? Para quê? Fica no aguardo do dia que poderá sair de lá, de voltar para sua família ou de ter uma nova família. Espera pela resposta da Vara da Infância e Juventude em relação ao seu caso. Espera de dias melhores. Espera de que aquela angústia, chateação e raiva, passem. Esperar por uma decisão que não pode ser tomada por ela, mesmo que tenha a certeza de querer ficar com sua mãe. Lugar de apropriação.

Em alguns casos, uma longa espera que não condiz com o que é orientado pelo ECA e pela Convenção sobre os Direitos da Criança. Situação que, em meio a tamanha burocracia que permeia o sistema público, por vezes faz com que crianças tenham que permanecer institucionalizadas, mesmo com parecer já definido pelo Juiz da Vara da Infância para sua desinstitucionalização; ou, ainda, bebês que esperam cerca de seis meses (ou mais) por uma

resposta do exame de paternidade para que possam, assim, buscar por uma família extensa ou a decisão pela colocação em família substituta.

Essa longa espera foi vivenciada pelo bebê Felipe. Quando comecei minha pesquisa, Felipe tinha 1 ano e 2 meses. Logo pude notar que era ele o xodó da casa, tendo a atenção não só das educadoras, mas também de funcionários da instituição que vinham vê-lo e dos adolescentes das outras casas que faziam questão de pegá-lo no colo e brincar com ele sempre que podiam. Uma das educadoras me contou que Felipe era o bebê que estava há mais tempo na casa, por isso todos eram tão apegados a ele. Chegou com meses e, fugindo do perfil dos bebês acolhidos, com seus cabelos loiros e olhos azuis, chamava a atenção de todos.

Quando saiu a sentença da Vara da Infância e Juventude para família adotiva, Felipe logo conheceu pai e mãe adotivos. Estive presente na primeira entrevista da técnica do CEI com os possíveis pais e pude notar um conjunto de sentimentos. A mãe se dizia apreensiva, porém muito feliz, afinal esperava por esse dia há quatro anos. O pai, mais calado, entrou na sala com os olhos lagrimados, ansioso para ver “meu menino”, como mencionou durante a conversa.

O casal chega à instituição em horário combinado e estamos aguardando na recepção, a psicóloga, a educadora de referência do bebê e eu. Buscamos por uma sala e logo a psicóloga vai contando um pouco sobre o histórico do Felipe, sobre esse primeiro encontro e o período de adaptação para Felipe nessa nova família. Antes de entrarmos a psicóloga me conta que pode-se levar algumas semanas até que a criança se adapte e, em caso de não aceitação da criança, a adoção é revista. *“Não é só a família quem acolhe o novo filho; ele também deve se sentir parte da família”*, me diz. Depois da conversa vamos até o CEI, onde Felipe está aguardando junto às educadoras. Entramos pela sala e Felipe está sentado perto da televisão. Uma educadora diz para ele: *“olha quem chegou!”*. Felipe olha para trás, continua brincando com um carrinho. A mulher diz oi para ele. *“Ele tem olhos azuis como os meus”*, diz o marido. Os dois sentam perto do bebê e começam a brincar com ele. Ambos estão com os olhos cheios de lágrimas. Depois de um tempo, Felipe se levanta, vai até a mãe adotiva. Ela abre os braços e o bebê escala até seu colo (Caderno de Campo, setembro de 2016).

Durante toda a semana, as educadoras e técnicas do CEI estiveram conversando com Felipe sobre sua adoção. Mesmo ainda muito pequeno (1 ano e 11 meses), em algumas cenas, captei o sorriso de Felipe quando falavam sobre a família que viria conhecê-lo, algumas vezes até batia palma. A adaptação de Felipe com a família durou uma semana. No final de semana próximo ao primeiro encontro com os pais adotivos, Felipe foi de vez para casa, pois já havia se acostumado com a rotina junto ao casal, tendo conhecido grande parte de sua nova família. *“Foi muito rápido porque ele já estava cansado da instituição, queria uma família que cuidasse dele”*, disse uma das educadoras.

Como ponto a ser destacado, em entrevista com a coordenadora do CEI, fico sabendo que, devido ao esforço de todos os envolvidos na rede de serviços de proteção à criança e ao adolescente, a expectativa de resolução dos casos atualmente é de menos de um ano, e preocupados com os direitos da criança, a coordenadora indica que, em sua maioria, bebês e crianças têm retornado a suas famílias de origem ou estão sob a guarda de alguém da família extensa, possibilitado pelas experiências de promoção do Direito à Convivência Familiar e Comunitária e a partir do trabalho de cuidado e atenção às famílias dos acolhidos.

A observação microscópica deste cenário institucional permitiu vivenciar de perto essas mudanças, a reconstrução de uma equipe e de um espaço que tem buscado fazer valer os direitos das crianças e famílias que ali são acolhidas. Apesar de passados quase trinta anos de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, vê-se que, na prática, ainda estamos caminhando para que a proteção assegurada em lei aconteça efetivamente.

Após minha licença maternidade, resolvo retornar à instituição, mesmo com a coleta de dados já finalizada. Talvez não apenas enquanto pesquisadora, para saber sobre as crianças e seus processos, mas como pessoa saudosa, que queria compartilhar as minhas vivências com a Alice com aquelas que me acompanharam durante toda a gestação. Me vejo, mais uma vez, inserida naquele contexto e, desde então, acompanho as reuniões quinzenais e as festividades.

Ainda na dinâmica de repensar e reestruturar da instituição, tendo como base as premissas evidenciadas no ECA e na LOAS, com o intuito de afastar a imagem do que Goffman (2015) intitula de Instituição Total³², os coordenadores e gestores da Casa do Bom Menino, juntamente com a rede de proteção do município, decidem que seria mais propício que as crianças estivessem acolhidas em Casas Lares, ao invés de estarem dentro daquela grande instituição, separadas em espaços que reforçam o contexto institucional.

Quando cheguei à Casa do Bom Menino, a composição das casas era tal qual ilustrada no Diagrama 1, inserido no início deste capítulo. Hoje, passados quase quatro anos, já não existe mais o CBM, que hoje comporta o Centro Técnico; foram abertas mais cinco Casas- Lares; e a Casa Raquel passou a ser utilizada como Casa de Acolhimento. Pretende-se, ainda, repensar o espaço do CEI, a partir de visitas a outras referências de acolhimento de bebês, mudança que, segundo a coordenadora da casa, virá em breve. Defende-se a importância de ter um

³² Segundo o autor, uma instituição total pode ser definida como um “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 2015, p.11).

espaço mais direcionado para os bebês, com melhor apropriação do cuidado e da proteção para com eles. Um espaço no qual possam receber as mães e familiares com mais tranquilidade; que favoreça a estimulação, espaços mais lúdicos.

Em vista disso, novos desafios estão por vir: a compreensão de como devem funcionar esses novos espaços, distribuídos por diferentes bairros de Piracicaba. Quantos educadores sociais serão de fato necessários para a rotina saudável das casas? Como buscar apoio quando tão distantes fisicamente da sede institucional? Como fazer para que as crianças continuem participando das oficinas e projetos antes desenvolvidos dentro de um mesmo espaço? São questões que já aparecem nos diálogos entre os atores que compõem o cenário estudado e que demandam novos estudos aproximados para compreender as mudanças necessárias neste contexto de abrigamento.

“Aqui a gente cuida melhor” – A perspectiva das educadoras³³ sociais: normas e condutas como rituais de proteção.

Os bebês têm mais anseio de comida e alguns já estão a chorar no aguardo da “papinha” preparada pelas cozinheiras no refeitório da Casa do Bom Menino. É uma grande cozinha que dá conta da demanda de toda a instituição, desde os bebês, crianças e adolescentes, até os adultos funcionários da casa. Cada casa é responsável por retirar as comidas nos horários indicados. Os educadores retiram, levam para suas respectivas casas e servem o almoço. Depois devem lavar todas as vasilhas de comida e de suco, aquilo que sobrou de comida é jogado fora, e devolvem tudo já limpo para a cozinha. Isso é feito a cada refeição e lanche, totalizando 5 momentos de alimentação (café da manhã, almoço, lanche da tarde, janta e lanche da noite). Os bebês são levados primeiro para o refeitório; uns comem no próprio carrinho, outras na cadeirinha, sempre com o auxílio das educadoras. Maria Eduarda consegue comer sozinha e fica sentada em uma mesinha mais baixa; já não precisa mais que uma educadora lhe dê a comida, como é feito com os outros bebês. Depois que todos os bebês acabam de comer, a educadora chama as crianças maiores para virem comer. Todos no refeitório: bebês, crianças e

³³ Optamos pelo uso do termo educadoras por serem, em sua grande maioria, mulheres que desenvolvem esse trabalho dentro da instituição estudada.

educadoras almoçam juntos (Caderno de Campo, março de 2016)

Vou perguntando para as educadoras um pouco sobre a rotina das crianças dentro da casa. Elas estão divididas em três turnos: manhã (6h às 14h), tarde (14h às 22h) e noite (22h às 6h). As crianças tomam café às 7h e almoçam às 10h30. São as próprias educadoras que levam as crianças para todas as suas atividades, desde escola, até futebol, aula de dança, consultas médicas. As educadoras também são responsáveis por preencher um caderno sobre a rotina de cada criança, anotando o que comeu, a quantidade, a postura, o comportamento, remédios.

Das 20 vagas reservadas ao CEI, 7 são para bebês. Estão destinadas a eles também as vagas para o serviço de acolhimento em Família Acolhedora³⁴. Foi a maneira encontrada de proporcionar aos bebês um cuidado mais individualizado, pois alguns chegam recém-nascidos na instituição de acolhimento, e a preocupação com a saúde e bem-estar dos bebês – que exigem maior atenção e cuidados práticos – faz com que o Juiz da Vara da Infância, juntamente com a rede de acolhimento priorizem os bebês para o serviço oferecido pelas Famílias Acolhedoras.

Uma das educadoras vai dar banho em Julia, peço para acompanhá-la. Julia é recém-nascida, tem apenas 15 dias, mas já tem uma família acolhedora que ficará tomando conta dela até sua situação ser regulamentada. Ela não ficará no abrigo, então. Hoje é seu último dia, amanhã já vai para a casa que a acolherá (Caderno de Campo, fevereiro de 2016).

Mas, é importante salientar que os bebês encaminhados para as famílias acolhedoras são aqueles em relação aos quais já se esgotaram as possibilidades de retorno à família de origem ou extensa, entrando esses para a lista de adoção. Isso está posto pois, no caso dos bebês em que ainda se prioriza o trabalho junto às famílias de origem, a instituição está melhor preparada para receber e auxiliar na interação entre acolhido e família, com visitas e atendimentos semanais.

Assim como em outras instituições públicas que acolhem crianças pequenas, o cotidiano do abrigo é marcado por um modelo disciplinar, com rotinas automatizadas de alimentação, de higiene, atividades de lazer e sono. Muitas vezes, esse cotidiano enrijece a maneira como se utiliza o espaço e o tempo, perdendo um pouco de vista a individualização de cada criança.

³⁴ Trata-se de um serviço público da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Semdes) no qual famílias cadastradas e orientadas oferecem acolhimento familiar a crianças e adolescentes que necessitem ser afastados de sua família de origem em decorrência de medida de proteção por determinação judicial, por um período máximo de 18 meses.

Acompanhando as reuniões de equipe, fica evidente o movimento das técnicas responsáveis pelo CEI em quebrar essa rigidez, dando fluxo à rotina da casa, trazendo temas e informações para estimular as educadoras para que consigam pensar outras maneiras de construir o dia a dia junto das crianças. Com os bebês, vejo um trabalho sendo construído desde o início, começando com vídeos e visitas em outras instituições que trazem exemplos de atividades para desenvolver com os mais pequeninos. A partir disso, outro cenário vai sendo organizado na casa, trazendo um espaço específico para os bebês, com espelho, objetos diferenciados para estimular os sentidos. A casa vai ganhando cor, todos vão se envolvendo na mudança. Crianças maiores querem ajudar, trazem desenhos. Fotos são reveladas e passam a compor uma árvore com a imagem de todas as crianças acolhidas na casa.

A educadora coloca pela primeira vez Vitor, Tiago e Henrique para brincarem na sala nova de estimulação. Tiago logo busca um chocalho que está próximo dele. Leva a boca e percebe o som. Passa a chocalhar e olha para a educadora. Henrique percebe o som e vai de encontro a Tiago. Sorri e pega o brinquedo da sua mão. Percebendo a situação, a educadora mostra outro objeto para Tiago e o entretém. Henrique descobre as fitas presa no teto. Olha para cima e cai para trás. Ali fica por mais alguns minutos, observando as fitas e chocalhando o brinquedo (Caderno de campo, março de 2016).

Chego e me deparo, pela primeira vez, com os bebês brincando no chão da sala. Guardo minha bolsa rapidamente na sala das educadoras e volto para a sala. A educadora pede para que eu olhe os bebês enquanto organiza o banho da Julia. Fico e observo. Maria Eduarda (2 anos) interage com Henrique (9 meses) que está sentado tentando pegar uma bolinha verde um pouco a sua frente. Como ainda não consegue engatinhar, Henrique começa a resmungar. Maria Eduarda vai até o Baú de brinquedos, que agora está à disposição das crianças na sala, pega um carrinho e leva até Henrique. Ele pega o brinquedo e logo para de resmungar. Brinca sozinho. Estou sentada perto de Vitor que está no Bebê-Conforto. Balanço e Maria Eduarda me observa. Chega perto e balança também. Olha para mim e passa a mão na cabeça do Vitor. Digo para ela: Carinho, Maria? Ela me dá um sorriso (Caderno de Campo, fevereiro de 2016).

O fluxo da casa se reorganiza a partir desse novo olhar, transformando, primeiramente, os espaços da casa e, logo, a percepção das crianças e das próprias educadoras. Apesar da rotina permanecer a mesma, a utilização do tempo e do espaço passam a ter novas configurações. Uma possibilidade de fazer diferente. Ainda assim, algumas rotinas são preservadas, como os horários de visita das mães e familiares, para o melhor funcionamento do CEI e da dinâmica das educadoras.

A constante mudança evidenciada dentro da instituição de acolhimento: de crianças que chegam e se vão; de educadores e funcionários, da estrutura da instituição; das realocações entre o abrigo e as casas-lares; das famílias que vêm visitar e daquelas que pretendem cuidar da criança; das possibilidades de adoção; as reflexões e modificações realizadas pelos coordenadores a partir de cada experiência positiva ou negativa junto aos cuidados com as

crianças; dos cardápios de comida; das atividades proporcionadas para as crianças e adolescentes da instituição, dos voluntários, dos projetos. Constantemente, um momento de adaptação, de recomeço, de reorganização. Um fluxo contínuo do trabalho daqueles envolvidos na proteção dessas crianças que, às vezes, se não tiverem a plena convicção de qual é seu papel neste processo todo, são acometidos pelo sentimento de desânimo e frustração.

Inúmeras vezes, ouço educadoras falando da dificuldade em lidar com essas mudanças: cada dia é um dia novo aqui, nunca igual, sempre tem alguma coisa acontecendo. Ou é uma criança nova chegando, ou é uma família que estamos recebendo pela primeira vez, ou é a consulta médica, tem os dias de atividade fora da casa. É muita coisa pra lidar! (Caderno de Campo, junho de 2016).

O trabalho com as famílias, o cuidado em aproximar e fortalecer os laços, apontando para o que tem que ser melhorado e o espaço para ouvir as queixas e necessidades das famílias para que a criança possa voltar para casa. A compreensão de que, na maioria dos casos, o melhor para a criança é, sim, estar com sua família e, para isso, é papel da instituição de acolhimento cuidar dessa família também, dando suporte, apoio para que consigam lidar com as situações de negligência apontadas pelos conselhos tutelares.

Trabalhar seis dias diretos é muito puxado. Tem muita coisa pra fazer aqui. A gente é quem toma conta de todas as atividades das crianças. Todo dia é escola, médico, atividades extras, café da manhã, almoço, janta, a hora do banho, pensar em atividades dentro da casa. Fico cansada só de pensar. Ainda bem que vou entrar de férias. Se Deus quiser, vou entrar de férias. Eu até já pensei em sair daqui, conseguir outro emprego que eu trabalhe menos. E a gente ganha muito pouco pra tudo isso que a gente faz! É muito puxado mesmo. E ainda tem as crianças que são difíceis, trazem muita coisa pesada que é a gente quem tem que lidar no dia a dia. As vezes a gente não aguenta e deixa de castigo, briga com eles. Mas, tem que entender que eles são vítimas disso tudo. Não é fácil para eles também (Educadora, Caderno de Campo, abril de 2016).

Um desabafo que me deixou a pensar sobre este profissional. Quantas coisas são exigidas e, realmente, é uma rotina muito exaustiva. Por alguns meses, o grupo de educadoras do período da tarde esteve reduzido (uma educadora afastada e outra que pediu as contas). Enquanto faziam o processo de seleção para completar o quadro de funcionárias, percebia-se o dia a dia ainda mais corrido e pesado. Sinto que, no período da manhã, a rotina flui melhor. Talvez por ter mais educadoras, ou educadoras mais experientes, com mais tempo de instituição. Conseguem se organizar melhor. Mas, não posso deixar de mencionar que, na parte da manhã, o período que as educadoras estão com todas as crianças em casa é muito pequeno, no café da

manhã apenas, o que lhes permite uma melhor organização dos demais horários, com o número de crianças reduzido no CEI. Além disso, as jornadas de trabalho de seis dias seguidos, mesmo que a folga seja de dois dias corridos, parece mesmo fazer diferença na disposição das educadoras.

Foi pensando nessas manifestações dos educadores da instituição, com o intuito de melhorar as condições de trabalho, que os coordenadores propuseram a mudança de jornada para 12x24 (doze horas de trabalho por 24 horas de descanso). Em reunião do CEI, a coordenadora pediu para que se colocassem aqueles que gostariam da mudança e as que preferiam continuar na jornada antiga. Em maioria, optou-se pela mudança.

Não demorou muito para que todos se adaptassem com a nova jornada, que conta agora com educadores que fazem o turno das 6h às 18h, outros das 18h às 6h, e os educadores de apoio, que fazem horário das 10h às 22h. Algumas educadoras optaram por sair da instituição nessa mudança de jornada, mas, meses depois, encontrei algumas dessas trabalhando nas Casas Lares que foram inauguradas.

Outra questão é o baixo salário. Como o cargo exige apenas escolarização básica, com ensino fundamental completo, isto faz com que a exigência salarial seja menor também. Apesar disso, percebo que o quadro de funcionárias é bem diversificado, tendo educadoras com ensino fundamental apenas, até mulheres com graduação completa. Será isso uma desvantagem para o cargo? Qual seria a formação mais adequada? Cuidar de crianças, neste caso crianças em situação de vulnerabilidade social, deve exigir do profissional uma formação específica? Ou, a não graduação permite uma melhor construção deste profissional junto à instituição? Questões que me provocam nestes tempos de observação.

A escolaridade mínima exigida, na verdade, é observada em outras funções que envolvem o cuidado de crianças pequenas, marcando a história da assistência à infância. A raiz histórica do atendimento às crianças no Brasil, em suas diferentes configurações (creche, abrigos, internatos, hospitais), está envolvida pelo contexto de pobreza e marca até hoje a compreensão de suas funções. Assim sendo, como nos traz Guimarães (2011), “parece que ser assistencial relaciona-se com ser para pobres, algo menos importante e, consequentemente, menos valorizado” (p. 39).

Além disso, não existe um plano de carreira, tanto faz ser graduado, pós-graduado ou ter apenas a formação mínima exigida: o salário continua o mesmo. A pouca exigência permite

um salário baixo e a desqualificação deste trabalho o faz ser ocupado quase que exclusivamente por mulheres. Condições que colocam, mais uma vez, crianças pequenas e mulheres em lugar de desvalorização social.

A partir da Constituição brasileira de 1998, vê-se surgir um novo olhar sobre a sociedade, sobretudo daquela parcela da população em situação de risco e vulnerabilidade. Neste momento, há um crescimento do número de organizações sociais, destacadamente aquelas relacionadas à área da infância e adolescência. É neste contexto que se apresenta a necessidade de profissionais especializados, estabelecendo-se assim a importante figura dos educadores e educadoras sociais.

Esses profissionais foram construindo sua prática a partir de metodologias de trabalho que pudessem, então, contribuir no enfrentamento às violações de direitos de crianças e adolescentes e, diante de um cenário de proteção que vem se ressignificando ao longo dessas últimas décadas, os educadores e educadoras sociais ainda alimentam a expectativa de alcançar o devido reconhecimento.

Mesmo com o Projeto de Lei 5346/09, conhecido como “Lei Chico Lopes”, de 2009, que propõe a regulamentação da profissão de Educador Social, esse profissional ainda enfrenta a dificuldade em definir sua identidade. Sem ter ao certo uma formação exigida ou um modo claro de atuação, o que se observa é a imensa insegurança dos educadores sociais frente à rotina dentro da instituição de acolhimento. Qual deve ser o seu papel afinal é a questão que vem à tona em diversos diálogos.

Durante os meses de trabalho de campo, me atento ao fato de que ninguém ali escolheu ser educadora social, mas, por conta da oportunidade (ou falta de outras melhores – fala de uma educadora), foram se tornando educadoras durante o próprio processo empírico do exercício diário dentro do CEI. Fico a pensar se não é mesmo assim a trajetória dos educadores sociais: um “fazer-se” educador que nem sempre perpassa a academia, mas se constrói a partir de um encadeamento de descobertas, que vai configurando aquilo que lhe é necessário para lidar com os desafios da sua profissão.

Após todo o esforço em dedicar-se a essa profissão, as educadoras vão construindo vínculos fortes com os bebês e as crianças, desejando, às vezes, poder fazer parte da vida delas, de vê-las crescer.

Não é como a professora da escola que a criança tem vontade de rever quando crescem... Da gente, ninguém quer lembrar. Sei que não é da gente, mas deste momento, deste pedacinho de sua história que deve mesmo ter sido muito difícil e que ela quer esquecer totalmente”, comenta uma educadora na reunião (Registro de fala de educadora, Caderno de Campo, novembro de 2016).

Carregar este sentimento parece não ser fácil. Saber que se fez o possível, se doou durante o tempo que a criança estava na instituição de acolhimento e perceber que este é um momento que a criança, ou na verdade a família substituta, não vai querer lembrar, não fará questão de revisitar em suas memórias. É na reunião de equipe que encontram espaço para elaborar os sentimentos e reafirmar o importante papel dos educadores sociais na trajetória de vida dos bebês e crianças acolhidos.

O cenário ao redor: olhares estigmatizantes sobre uma criança abrigada

De maneira atenta e cuidadosa, Freitas e Prado (2016) trazem para o debate o tema da vulnerabilidade infantil, fazendo uma crítica ao uso generalizado da palavra vulnerabilidade em contextos diversos da educação. Nesta reflexão, destacam seu teor estigmatizante, utilizada para identificar crianças e adolescentes pobres, reforçando imagens de famílias desestruturadas, dando “forma a preconceitos de toda ordem, especificamente os de classe social” (p. 15).

Ampliando o cenário da instituição de acolhimento, acompanhei algumas saídas das educadoras com os bebês e as crianças pequenas, às vezes, ao parque, outras no itinerário para a creche ou ainda em passeios diversos. Também registrei falas das educadoras sobre consultas médicas e reunião de pais e responsáveis nas escolas. Esses olhares de fora, de personagens que também fazem parte do contexto de proteção e cuidado dos bebês acolhidos, destacam representações que reforçam marcas sociais vivenciadas cotidianamente por essas crianças.

Estou na sala, brincando com Laura e uma das educadoras está organizando as coisas na sala dos educadores. Entra uma das crianças maiores chorando: *“Tia, não quero essa mochila! Tá velha. Todo mundo na escola tem mochila nova. Ficam me zuando toda vez. Não vou na escola se não tiver outra mochila”*. (Fala de uma criança de 6 anos, Caderno de Campo, setembro de 2016)

Não dá para levar ele com essas roupas na escola. Estão rasgadas, velhas e curtas. Não pode. Eles já sofrem por serem crianças de abrigo, ainda mais vestidos assim. Não pode, né!? É muito descuido. (Fala de uma educadora em reunião, sobre as roupas velhas recebidas por doações da comunidade, registrada em Caderno de Campo, abril de 2018).

Educadora entra na casa com Tiago no colo. Em seu rosto uma expressão de tristeza. Estou no sofá na sala dos educadores anotando algumas coisas em meu caderno de campo. Ela senta do meu lado. Pergunto como foi no médico, se Tiago está bem. Ela responde: *“Ah, nem sei porque a gente vai nessa pediatra. Ela nem olham direito e manda tomar antibiótico. É sempre assim. Pergunta sobre o bebê e quem sou eu. Digo que sou educadora, que Tiago é um bebê do Bom Menino. Daí vejo na expressão da médica. Essa médica é muito ruim. Nem examina, já vai falando que é comum, porque trata de uma criança de abrigo, muita criança junto, por isso ficam sempre doente. Parece que a gente não cuida bem deles, sabe? Duvido se não fosse algum bebê aqui do abrigo se ela falaria isso”* (Caderno de Campo, agosto de 2016)

Olha, é a segunda vez que a professora do Felipe manda mensagem no caderno dizendo que ele está todo assado e que, às vezes, vem para a escola sujo. Tudo mentira. Até parece. A gente faz questão de levar nossos bebês sempre cheirosos e arrumadinhos. É lá que não estão cuidando direito. Ele volta da escola assadinho e falam que é a gente, só porque ele é do Bom Menino (referência ao abrigo). Eu tô querendo marcar uma reunião com a diretora da escola, pra falar com ela diretamente. – Diz educadora à técnica responsável pelo CEI, pedindo autorização que é prontamente atendida pela técnica (Caderno de Campo, junho de 2016).

O relato das educadoras estampa um imaginário sobre a criança abrigada que se constrói em meio à realidade de Piracicaba. Um município considerado com alto Índice de Desenvolvimento Humano³⁵, em que a instituição de acolhimento tem residência num bairro de classe média, quem frequenta os serviços públicos da região parece identificar “aqueles que são do abrigo”³⁶. São olhares que conduzem as representações não apenas sobre este lugar, mas sobre quem ali se encontra, sobre suas famílias.

Como aponta Motta (2015), esse estigma do bebê institucionalizado é alimentado “pelo preconceito existente em relação às mães biológicas, e que alimenta as fantasias não só do meio circundante, mas muito especialmente da criança que se autorrotula e é rotulada como abandonada, no sentido mais pejorativo que o termo possa carregar” (p. 36). Estigma, ainda, marcado pelo lugar de pobreza, da periferia que se constrói em meio à vulnerabilidade social, como se o abandono fosse algo vivenciado apenas nas camadas mais pobres da população. Como aponta Nascimento (2012),

³⁵ Segundo Atlas de desenvolvimento lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundação João Pinheiro (FJP), com base no censo de 2010. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/piracicaba_sp.

³⁶ Fala de uma vizinha que mora na mesma rua em que se encontra a instituição capturada durante a chegada de dois irmãos no carro do Conselho Tutelar, fazendo referência à diferenciação das crianças do bairro e das que vivem institucionalizadas.

No cotidiano da consolidação dessa legislação [ECA], a família pobre foi ganhando um novo estatuto: família negligente, categorização que passa a justificar a intervenção estatal e a continuidade da retirada de crianças e adolescentes de suas famílias. Em poucas palavras: não se retira por pobreza, mas por negligência, e são os pobres os considerados negligentes.

Quando as educadoras nos trazem as anotações de reclamação de professores, a desatenção de alguns médicos, a postura diante dos educadores quando comparecem nas reuniões de pais, fazem revelar esta perspectiva que, regularmente, preferem justificar certas situações a partir da institucionalização, retirando, assim, sua responsabilidade na educação e cuidado desses bebês.

A experiência nas consultas, do (não)cuidado de alguns médicos, quando se dão conta de que se trata de um bebê de abrigo, nos mostra a falta de comprometimento com a necessidade dessa população mais vulnerável; ao não analisar de perto, verificar os possíveis desequilíbrios ao tocar, ouvir um chiado estranho, dando a atenção devida a qualquer paciente que ali apresenta sua queixa, revela a ausência de ética para com o cuidado que lhe é dever.

Talvez seja o mesmo descuido que envolve profissionais da educação que, muitas vezes, buscam na institucionalização a resposta para o “desenvolvimento defasado”, a falta de interesse, o atraso na fala e na escrita dos bebês e das crianças institucionalizadas. Pesquisas sobre aprendizado e desenvolvimento que fazem a comparação entre crianças abrigadas e aquelas que vivem junto a suas famílias, como abordado na introdução deste estudo, só fazem aprofundar esses estigmas, deixando de considerar as inúmeras situações que compõem o contexto de vida dessas crianças. Como se aprender estivesse separado das experiências de si e do mundo. Ou, ainda, resumindo o papel do professor e educador como o de ensinar disciplinas, conteúdos, aptidão.

Existem, ainda, os olhares piedosos, que ao descobrirem que estão diante de um bebê acolhido, lançam mão de expressões como “coitadinho”, “que dó”, “tão pequeno para ser abandonado”, “que Deus abençoe esse menino”, “ele não tem culpa, não é”, para perguntar mais sobre a vida daquele bebê, de como chegou na instituição. Histórias essas que muitas vezes espera-se ser esquecida.

Conversando com uma das educadoras descubro que Tiago é o nome de registro dado pela família de origem, mas a família que estava com ele o batizou com outro nome. Elas notaram que quando chamavam pelo nome de Tiago, o bebê não respondia. Até que em conversa com a Assistente Social que

estava cuidando do caso antes da sua chegada à instituição, ficaram sabendo deste outro nome. Na instituição optaram por chama-lo pelo seu nome de registro, logo que todas as suas consultas, seus documentos estavam com o nome de Tiago.

A mudança do nome para “apagar” um suposto passado da criança, o segredo de ser uma criança adotiva, ou mesmo, a prática da adoção fechada, sem que haja contato entre a família de origem e a família substituta, fatos que distanciam a criança de sua história anterior à adoção. São temas que começam a ser discutidos por estudiosos da área do direito, destacados na pesquisa de Gois (2013). A autora aponta em sua pesquisa que “a prática de os pais adotivos oferecerem à criança informações claras e espontâneas sobre sua família biológica, ou de possibilitarem o contato direto com suas origens, parece ser ainda raramente cultivada no Brasil” (p. 32).

Como lidar com as mudanças de nome pós-adoção? Perde-se a identidade até então construída? Será uma maneira das famílias em esquecer o passado, como se pudesse renascer novamente, outra criança, nova família? Proteger a criança de um passado doloroso, ou pais e mães substitutos de lidar com a complexidade da elaboração de uma história anterior à vida que ali se espera construir juntos. Ou ainda, distanciar os olhares críticos de uma sociedade que muitas vezes discrimina crianças adotadas.

Um dos trabalhos desenvolvidos pelo CEI é o álbum de cada criança acolhida. Aí são registrados dados e informações, fotos, além das histórias vivenciadas pelos bebês e pelas crianças durante o tempo de abrigamento, que será entregue à criança quando houver seu desligamento da instituição, tanto no retorno para casa, em sua família de origem ou extensa, quanto nos casos de adoção. Em entrevista com a coordenadora do CEI, questiono se há no álbum a história do bebê antes de chegar no abrigo, nome dos pais, se tem irmãos, em que cidade ou bairro morava: *“Não tem. Nem tinha pensado nisso. Seria importante a gente colocar”*, me responde.

Porém, outros olhares mais cuidadosos e preocupados compõem cenas de interação entre os bebês institucionalizados e a comunidade. Nesses recortes, novas representações vão sendo tecidas e outro conceito de proteção parece permear as relações entre adultos e crianças.

Uma das experiências dessas interações entre instituição, famílias e a comunidade que pude presenciar foi a Festa Junina.

É dia de festa junina. A rua em frente à instituição está fechada e mesas e barracas são montadas para que a comunidade e familiares venham apreciar a festa. Aparecem alguns vizinhos que conhecem o abrigo e algumas crianças. Vejo a presença das famílias das crianças e dos adolescentes, de alguns professores, padrinhos afetivos, funcionários com seus filhos e companheiros/as. (Caderno de campo, julho de 2016).

Estou conversando com uma das educadoras que está com o Felipe no colo. Chega uma moça sorrindo e chama pelo bebê. Ele olha sorrindo e ela o pega no colo. A educadora me conta que é a professora da creche do Felipe. *Ela é apaixonada por ele*, me diz (Caderno de campo, Festa Junina de 2016).

Todo ano fazemos arrecadação para a festa junina. O dinheiro arrecadado com as comidas que vendemos vai toda para a instituição. Fazemos a divulgação principalmente pelo Facebook. Sempre recebemos praticamente todos os itens que pedimos. A comunidade sempre colabora com a gente (Fala de uma das técnicas do CEI, Caderno de Campo, junho de 2016).

O envolvimento entre os diferentes atores que compõem o cenário de proteção aqui retratado é perceptível nas mais pequenas ações: durante um colo oferecido a uma criança que cai ao correr pela quadra; da professora que faz questão de comparecer à festa dada pelo seu aluno; dos pais que, mesmo vindos de longe, trazem doces para compor a mesa com comidas típicas da época; da educadora que resolve se ausentar da festa para cuidar de um bebê que está com febre; dos adolescentes acolhidos que cantam e recitam poesias autorais; ao ver a filha de uma funcionária brincar com uma criança acolhida que passou o feriado em sua casa.

O que se percebe é que o olhar de fora adentra a instituição, estando presente em certas condutas que recriminam as famílias das crianças abrigadas, nas posturas de alguns educadores, nas marcas sociais evidenciadas nas falas capturadas durante as brincadeiras das crianças, na resistência da vizinha em devolver a bola que caiu no seu quintal por inúmeras vezes, no médico que medica o bebê sem ter o cuidado de examiná-lo de perto. Porém, outros panoramas trazem atenção e fortalecimento na relação com as crianças, mantendo-as dentro de uma rede socioafetiva que vai se construindo no período de acolhimento. Por exemplo, quando a professora da escola faz questão de estar presente na Festa Junina da instituição, com a psicóloga que se voluntariza para atender as crianças após oferecer uma oficina para os educadores sociais, no envolvimento dos graduandos em projetos desenvolvidos com as crianças, levando à candidatura para vaga de educador social na instituição, nos funcionários que levam as crianças que estão para adoção para festejarem o Natal junto de suas famílias, na comunidade piracicabana que busca suprir algumas demandas das casas quando não alcançadas pela instituição.

Vale lembrar que, quando uma criança é afastada de sua família, ela não perde somente o direito ao convívio familiar, mas também da vivência comunitária, pois passam a frequentar

outra escola e residir em um bairro longe do seu de origem, perdendo o contato com pessoas com as quais possui vínculos de afeto, tais como amigos, professores da escola e vizinhos. Faz parte de sua identidade, de suas memórias. Marcas de uma territorialidade fundamentais para seu desenvolvimento humano e social.

Como salientado por Gois (2013)

A desigualdade econômico-social, cada vez mais acentuada em nosso país, expressa, entre outros aspectos, no perecimento das raízes sociais, sobretudo daqueles que pertencem às camadas populares, tem deixado parcela significativa da população na dependência de políticas sociais e do apoio da rede social pessoal para minimizar suas vulnerabilidades sociais. Entretanto, sabemos da insuficiência de políticas públicas redistributivas que possam fazer frente à gravidade dessa situação e a assistência social não institucionalizada advinda da família, dos amigos e da vizinhança não é suficiente, nos setores mais empobrecidos, para prover os encargos decorrentes, por exemplo, da não inserção no mercado formal de trabalho e da tímida presença da esfera pública na garantia dos direitos básicos à cidadania (p. 167-168).

A perspectiva sócio-interacionista de Goffman, aplicada neste estudo, nos permite reforçar a ideia de uma geografia de desigualdade social, na qual as famílias analisadas compõem as regiões periféricas do município de Piracicaba e, quando interagem com territorialidades outras, muitas vezes, ocorre o estranhamento, o confronto de realidades, construindo um cenário de exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O QUANTO AINDA PRECISAMOS PERCORRER

Diante do vivenciado ao longo dessa pesquisa, o que transparece é uma triste realidade em que se acredita ter avançado na conquista de leis que reafirmam os direitos humanos fundamentais, promovendo o progresso social, enquanto, na verdade, ainda percorremos caminhos tão desumanos quanto nos tempos mais remotos. Apesar da legislação que proíbe a institucionalização por falta ou carência de recursos materiais, quando entramos em contato com os dados sobre quem são as crianças e adolescentes acolhidos e adotados no Brasil, revela-se um perfil, ainda, de crianças pobres e, em sua maioria, negras; crianças oriundas de famílias consideradas em vulnerabilidade social.

Ao questionarmos o que estamos entendendo por proteção e de que maneira esta proteção acontece na prática, tomando como base uma instituição do município de Piracicaba, evidenciamos alguns avanços frente ao direito ao convívio familiar e comunitário e mudanças que visam a maior adequação ao que preconiza o ECA e a LOAS.

Porém, é importante salientar que, para respondermos a esta questão de maneira mais eficiente, é inevitável que entremos em contato com a realidade evidenciada pelas crianças e pelos adolescentes quando em situação de acolhimento institucional e, para tanto, o esforço de pesquisa, que propõe revelar as relações e interações significativas entre os sujeitos que fazem parte desses cenários, se apresenta como valioso quicá indispensável recurso.

A reflexão acerca da proteção anuncia o desafio que nos força constantemente a tentar compreendê-la, primeiramente, a partir de suas diferentes facetas, enquanto, posteriormente, nos faz seguir juntando seus vários recortes para resgatar a percepção do todo e fortalecer as possibilidades de enfrentamento dessa problemática.

Imersa no universo do abrigo, pude notar que os bebês e as crianças pequenas, ao chegarem naquele ambiente ainda estranho, apresentavam quadros de insônia, choro incessante, medo noturno; crianças que voltam a fazer xixi na cama, outras com dificuldade de defecar; atitudes desconfiadas, surtos de raiva. Demandam muita atenção dos educadores sociais por conta da saudade que sentem da mãe, do pai, dos avós, de suas referências familiares; pedem, inúmeras vezes, para que os educadores liguem para casa; choram de raiva, choro de angústia. Choro que parece ser a única linguagem possível para expressar seus

sentimentos, suas emoções. Tem choros que surgem à noite, quando as crianças vão dormir; outros custam a cessar e se propagam por dias, semanas.

Em sua maioria, as crianças sofrem por não compreender o motivo da retirada de seus lares e acabam depositando na instituição de acolhimento e nos educadores a culpa de estarem longe de seus familiares. Talvez isso ocorra pelo fato de não serem chamadas a participar desta decisão, nem mesmo para contar sua versão sobre a situação de negligência atestada antes da ocorrência do acolhimento. É já inserida no cenário do abrigo que a criança vai tomando conhecimento do ocorrido, aprendendo a lidar com os sentimentos e emoções que surgem durante esse processo.

Quando passamos a definir o serviço de acolhimento como melhor medida para proteger crianças e adolescentes, tendo na família substituta a única possibilidade de fazer valer o direito à convivência familiar e comunitária, reforçamos, na verdade, a ineficiência das políticas de proteção que, por sua vez, não conseguem responder às necessidades apresentadas pelas famílias. Esta pesquisa mostrou que, na prática, pouco ainda se tem feito quanto ao trabalho junto às famílias de origem, aquelas em extrema condição de vulnerabilidade social. Como reafirmado no primeiro capítulo desta tese, à estas famílias destinam-se pobres serviços, incapazes de lidar com a real situação que enfrentam diariamente, sem que haja investimento público em novas metodologias de cuidados ou na criação de políticas de prevenção ao abandono de crianças e fortalecimento familiar.

Se, como mencionado no início desta tese com os escritos de Fúlvia Rosemberg, o Brasil está em dívida para com as crianças pequenas e os bebês, pode-se dizer que essa dívida é ainda maior para com os bebês pobres, excluídos.

As políticas atuais defendem que a família é o melhor lugar para que a criança possa se desenvolver, colocando sobre o Estado a responsabilidade da promoção de serviços essenciais que consigam, então, acolher as necessidades apontadas por essa família. É importante salientar os avanços adquiridos em relação ao direito da criança e do adolescente, visando a proteção integral destes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) formaliza os mecanismos de defesa e de garantias desses direitos, e reforça não apenas a responsabilidade do Estado, mas também da sociedade civil em exercer o controle social. Constata-se que é, então, no diálogo entre as diferentes instituições e organizações que compõem a rede de proteção que se encontra a melhor estratégia para a eficácia das políticas de proteção. Como destacado nesta pesquisa, a

articulação entre secretarias, juizado e instituição de acolhimento, possibilitou o retorno de um bebê à sua família, dando prioridade ao atendimento das demandas indicadas pela mãe em questão. Entretanto, aponta-se também para a diversidade do sistema de garantia de direitos, que exige investimento constante para que consiga desempenhar sua função de maneira efetiva, sobretudo em relação à capacitação e qualificação dos atores envolvidos com o cuidado e a proteção dessas crianças.

Desta forma, o debate sobre a proteção corrobora a responsabilidade do Estado em garantir os direitos básicos das crianças e de suas famílias, a partir da elaboração de políticas públicas eficientes. Contudo, o que pôde ser observado quando imersa na realidade concreta de uma instituição de acolhimento, é a presença de um cenário outro, distante do que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Apesar do relevante trabalho desenvolvido na instituição *Casa do Bom Menino*, das inúmeras mudanças que continuam configurando o dia a dia do abrigo com o intuito de melhor atender as crianças, os adolescentes e suas famílias, ainda assim, vê-se uma grande resistência dos diferentes atores que compõem a rede de proteção à infância e à adolescência em ressignificar os contextos de abrigamento.

Enquanto permanecerem na invisibilidade, crianças e famílias socialmente vulneráveis ainda terão que sobreviver diante de um contexto que pouco, ou quase nada, se modifica apenas pela vontade desses indivíduos em fazer diferente. A reflexão acerca da proteção, que em sua origem buscava afastar os excluídos do convívio social, nos tempos atuais, diante das lutas e do movimento de empoderamento das minorias, clama pelo reconhecimento dos direitos dessas populações e aponta para a necessidade de novos estudos que busquem evidenciar de perto realidades da institucionalização de crianças no Brasil a fim de colaborar com a mudança, que se faz urgente, dos cenários de proteção à infância e à adolescência.

REFERÊNCIAS

ALDERSON, Pricilla. As crianças como pesquisadores: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 419-442, 2005.

AMORIM, Cassiano Caon. Os lugares da Infância: A infância e seus lugares. In: VASCONCELLOS, T. de (Org.). **Reflexões sobre infância e cultura**. Niterói: EdUFF, 2008.

ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto de (Orgs.) **Corpo Infância: exercícios tensos de ser criança. Por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ASSIS, Simone Gonçalves de; PINTO, Liana Wernersbach; CONSTANTINO, Patrícia; IANNELLI, Andrea Machado. Percurso metodológico do levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento. In: ASSIS, S.G.; FARIAS, L.O.P. (Orgs.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec Editora, 2013, p. 63-81.

BAPTISTA, Myrian Veras; VITALE, Maria Amália Faller; FÁVERO, Eunice Teresinha; GANEV, Elaine. A necessidade de conhecer as famílias e os caminhos percorridos. In: FÁVERO, E. T., VITALE, M. A. F., BAPTISTA, M. V. (Orgs.) **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam**. São Paulo: Paulus, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BORBA, Angela Meyer; LOPES, Jader Janer Moreira. Alan Prout: Novas formas de compreender a infância. **Educação** (Edição Especial Educação) – Cultura e Sociologia da infância. A criança em foco: Segmento. São Paulo, 2012.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 de julho). Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. **Diário Oficial da União**.

BRASIL. Lei no. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993, 7 de dezembro). Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**.

CALIMAN, Geraldo. A Pedagogia Social na Itália. In: SILVA, R. da, SOUZA NETO, J. C. de e MOURA, R (Orgs.). **Pedagogia Social**. 2ª. Ed, Vol 1. Unesco. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma sociedade do salário**. 5ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. As armadilhas da exclusão. In: **Desigualdade e a questão social**. 2ª. Ed. Mariangela Belfore-Wanderly, Lucia Bógus, Maria Carmelita (Org.) São Paulo: EDUC, 2000.

_____. **A insegurança social:** o que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **A discriminação negativa.** Cidadãos ou autóctones? Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; CORRÊA, Laiane da Silva. Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. **Caderno de Pesquisa**, v. 42, n.146, p. 494-517, 2012.

CHAMBOREDON, Jean-Claude; PREVOT, Jean. O “ofício de criança”: definição social da primeira infância e funções diferenciadas da escola materna. **Cadernos de Pesquisa**, n. 59, p. 32-56, 1986.

CHAVES, Caroline Magna Pessoa; LIMA, Francisca Elisângela Teixeira; MENDONÇA, Larissa Bento de Araújo; CUSTÓDIO, Ires Lopes; MATIAS, Érica Oliveira. Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 66, n. 5, p. 668-674, 2013.

COHN, Clarice. **A criança indígena:** a concepção Xikrin de infância e aprendizado. 187f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.

CORSARO, William. A. **Sociologia da infância.** 2ª. Edição. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORSARO, William A. Reprodução Interpretativa e Cultura de Pares. In: MULLER, F. e CARVALHO, A. M. A. (Orgs.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças:** diálogos com Willian Corsaro. São Paulo: Cortez, p. 31-50, 2009.

CRUZ, Edson Junior Silva da; DIAS, Greicyani Brarymi; PEDROSO, Janari da Silva. Estudo do “*Age and Stages Questionnaires*” com cuidadores de crianças institucionalizadas. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 19, n. 3, p. 411-420, 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I e PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FARIA, Ana Lucia Goulart de; FINCO, Daniela. Apresentação. In: _____ (Orgs.). **Sociologia da infância no Brasil.** Campinas: Autores Associados, p. 1-15, 2011.

FEITOSA, Antônio Genivaldo Silva. **A infância abrigada: Impressões das crianças na Casa Abrigo.** 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FERNANDES, Florestan. As Trocinhas do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico dos grupos infantis. In: FERNANDES, F. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, p. 153-258, 1979.

_____. **Mudanças Sociais no Brasil:** aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Global Editora, 2008.

FERREIRA, Manuela. “- Ela é nossa prisioneira!” Questões teóricas, epistemológicas e ético-metodológicas a propósito dos processos de obtenção da permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica. **Reflexão e Ação**, n. 18, p. 151-182, 2010.

FRAGA, Lorena Barbosa. **Infância, práticas educativas e de cuidado: concepções de educadores de abrigo à luz da história de vida**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

FRANCO, Elen Caroline; LOPES, Andréa Cintra; LOPES-HERRERA, Simone Aparecida. *Linguagem receptiva e expressiva de crianças institucionalizadas*. **Revista CEFAC**, v. 16, n.6, p. 1837-1841, 2014.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História da Infância no pensamento social brasileiro. Ou fugindo de Gilberto Freyre pelas mãos de Mário de Andrade**. In: _____. (Org.) *História Social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Cuidar da Infância rústica: um estudo comparado sobre estratégias educacionais direcionadas às crianças de lugares considerados arcaicos (Portugal e Brasil, 1860-1935). In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Paraná. **Comunicação**.

_____; MECENA, Elizane Henrique de. Vulnerabilidades de crianças que nascem e crescem em periferias metropolitanas: notícias do Brasil, **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 10, n.1, p. 195-203, 2012.

_____; PRADO, Renata Lopes Costa. **O professor e as vulnerabilidades infantis**. São Paulo: Cortez, 2016. (Coleção Educação & Saúde; 12).

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GABATZ, Ruth Irmgard Bärtschi; PADOIN, Stela Maris de Mello; NEVES, Eliane Tatsch; TERRA, Marlene Gomes. Fatores relacionados à institucionalização: perspectivas de crianças vítimas de violência intrafamiliar. **Revista Gaúcha de Enfermagem (on line)**, v. 31, n. 4, p. 670-677, 2010.

GADAMER, Hans-Georg. **El estado Oculto de la Salud**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2001.

GIACOMELLO, Karina Jorgino; MELO, Luciana de Lione. Do faz de conta à realidade: compreendendo o brincar de crianças institucionalizadas vítimas de violência por meio do brinquedo terapêutico. **Ciência & Sociedade Coletiva**, v. 16(supl. 1), p. 1571-1580, 2011.

GOBBI, Marcia; FINCO, Daniela. Tod@s na foto: meninos e meninas fotografam o cotidiano no assentamento Dom Tomás Balduino. **Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 44-57, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: la identidade deteriorada**. 1ª. Ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

_____. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOIS, Dalva Azevedo de. **Adoção Consentida: do desenraizamento social da família à prática de adoção aberta**. São Paulo: Cortez, 2013.

GOLIN, Gabriela; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Um estudo sobre o acolhimento precoce inspirado no Método Bick. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 4, p. 561-569, 2011.

GOTTLIEB, A. Prefácio. In: MÜLLER, F. (Org). **Infância em perspectiva: políticas, pesquisas & instituições**. 1 ed., São Paulo: Cortez, 2014.

GUEDES, Carina Ferreira; SCARCELLI, Ianni Regia. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicologia & Sociedade**, v. 26(n. spe.), p. 58-67, 2014.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2005.

_____. Um olhar civil sobre a visibilidade e a invisibilidade do ECA na realidade social brasileira. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 22, n. 49/2, mai/ago, p. 551-573, 2013.

GUIMARÃES, Daniela. **Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 41-78, 1999.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: questões éticas nas pesquisas com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 41-59, 2002.

KOHAN, Walter Omar. A infância da educação: o conceito devir-criança. In: _____ (Org.) **Lugares da infância**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 51-68, 2004.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: M. C. de FREITAS. (Org). **História Social da Infância No Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, p. 229-250, 2001.

LE BETRON, David. **A sociologia do corpo**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LEE, Nick. Vozes das crianças, tomada de decisão e mudança. In: MÜLLER, F. (Org.). **Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições**. São Paulo: Cortez, p. 42-64, 2010.

LIBARDI, Suzana Santos. **A proteção da Infância e as relações intergeracionais a partir da perspectiva dos adultos**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LIMA, Mariana Parro. **Vitória vai à escola: O papel da afetividade na formação de professores da educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

LIMA, Patrícia de Moraes. Infância(s), alteridade e norma: dimensões para pensar a pesquisa com crianças em contextos não institucionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 94-106, 2015.

MARCILIO, Maria Luiza. A Roda dos Expostos e a Criança Abandonada na História do Brasil- In: FREITAS, M. C. de (Org) **História Social da Infância No Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, p. 53-79, 2001.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Nalfy, 2003.

MEDEIROS, Maria Bernadete de Moraes. **Interdição civil: proteção ou exclusão?** São Paulo: Cortez, 2007.

MIRANDA, Nilmário. Prefácio. In: SILVA, E.R.A. da (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. IPEA/CONANDA, Brasília, 2004.

MISQUIATTI, Andréa Regina Nunes; NAKAGUMA, Patrícia Gondo; BRITO, Maria Claudia; OLIVATI, Ana Gabriela. *Desempenho de vocabulário em crianças pré-escolares institucionalizadas*. **Revista CEFAC**, v. 17, n. 3, p. 783-791, 2015.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães Abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MÜLLER, Fernanda. Introdução. In: MÜLLER, F. (Org). **Infância em perspectiva: políticas, pesquisas & instituições**. 1 ed., São Paulo: Cortez, 2014.

MUÑOZ, Lourdes Gaitán. La nueva sociologia: aportaciones de una mirada distinta. **Política y Sociedad**, v. 43, n. 1, 2006.

NASCIMENTO, Maria Livia do. *Abrigo, Pobreza e Negligência: percursos de judicialização*. **Psicologia & Sociedade**, v. 24(n. spe), p. 39-44, 2012.

PAULA, Elaine de; FILHO, João Josué da Silva. As brincadeiras das crianças de um quilombo catarinense: imaginação, criatividade e corporalidade. In: ARROYO, M. G. e SILVA, M. R. da (Orgs). **Corpo Infância: exercícios tensos de ser criança – Por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p. 184-211, 2012.

PEREIRA, Eliane Vecchi. **A voz da criança institucionalizada: representações sociais de família e abrigo**. (Tese de Doutorado em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), 2006.

PRADO, Renata Lopes Costa, VICENTIN, Maria Cristina Golçalves; ROSEMBERG, Fúvia. Ética na pesquisa com crianças: uma revisão da literatura brasileira. **Childhood & Philosophy**, v. 14, n. 29, p. 43-70, 2018.

Prout, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, 729-750, 2010.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria social. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.2, p. 631-643, 2010.

_____. A tentação da diversidade – E seus riscos. **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1121-1136, 2010.

_____. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 2, p. 631-643, 2010.

_____. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. **Pro-Posições**, v. 22, n.1(64), p. 199-211, 2011.

_____. A volta do papel das crianças no contrato geracional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 323-332, 2011.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Irene Rizzini, Irma Rizzini. – Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2004.

_____. (Coord.) **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2006.

_____; PILOTTI, Franscisco. (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

*ROCHA, Patricia Jovasque; ARPINI, Dorian Mônica; SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro. Significados atribuídos por mães acerca do acolhimento institucional, reintegração e rede de atendimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 1, 111-124, 2015.*

ROSA, Edinete Maria; SANTOS, Ana Paula dos; MELO, Carla Ramos da Silva; SOUZA, Mônica Rocha de. Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 3, p. 233-241, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação para quem? **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 28, n. 12, p. 1466-1471, 1976.

_____. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, p. 49-86, 2006.

_____; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n.141, set/dez, p.693-728, 2010.

_____. São Paulo, uma cidade hostil aos bebês. In: ARTES, A. e UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Escritos de Fúlvia Rosenberg**. São Paulo: Cortez, p. 210-215, 2015.

_____. A juventude e as etapas da vida. In: ARTES, A. e UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Escritos de Fúlvia Rosenberg**. São Paulo: Cortez, p. 201-209, 2015.

SAID, E. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: SARMENTO, M.J. **As Crianças: contextos e identidades**. (p. 7-30) Braga: Centro de Estudos da Criança/Universidade do Minho, 1997.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e culturas infantis. **Caderno de Educação**, Fae/UFPel, Pelotas n. 21, jul/dez, p. 51-59, 2003.

_____. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M.J. e GOUVEA, M.C.S. (Orgs.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais** (pp. 17-39). Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. A Reinvenção do Ofício de Criança e de Aluno. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 6, n. 3, p. 581-602, 2011.

_____. Uma agenda crítica para os estudos da criança. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 31-49, 2015.

_____. Gerações E Alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005.

_____. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: CERISARA, A. B.; SARMENTO, M. J. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: ASA, p. 9-31, 2004.

SILVA, Roberto da. **A eficácia sócio-pedagógica da pena de privação da liberdade**. (Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo), 2001.

_____. A construção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. In: SILVA, E. R. A. da. (Org.). **O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 287-302, 2004.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. (Org.). **O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

_____; MELLO, Simone Guerres de. Contextualizando o “Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de ação Continuada”. In: SILVA, E. R. da (Org.). **O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 21-39, 2004.

SILVA, Ana Paula Ferreira da; FREITAS, Marcos Cezar de. **Escolarização, trabalho e sociabilidade em “situação de risco”**: apontamentos para uma antropologia da infância e da juventude sob severa pobreza. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, p. 17-48, 2006.

SILVA, Maurício Roberto da. “Exercícios de ser criança”: O corpo em movimento na Educação Infantil. In: ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto da. **Corpo Infância: exercícios tensos de ser criança – Por outras pedagogias dos corpos.** (Org.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p. 215-239, 2012.

SIROTA, Règine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. Tradução: Neide Luiza de Rezende. **Cadernos de Pesquisa**, 112, março, p. 7-31, 2001.

SOTO, Silvia Fernández; LIMA Valéria Ferreira Santos de Almada; TRIPIANA, Jorge Daniel. Transformações do sistema de proteção social no contexto latino-americano e antecedentes políticos e institucionais dos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC). In: SILVA e SILVA, M. O. da. (Org). **O mito e a realidade no enfrentamento à pobreza na América Latina: estudos comparado de programas de transferência de renda no Brasil, Argentina e Uruguai.** São Paulo: Cortez, p. 47-89, 2016.

SOUSA, Analicia Martins de. **Síndrome da Alienação Parental: um novo tema nos juízos de família.** São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA, Karolyne Kerol de; PARAVIDINI, João Luiz Leitão. Vínculo entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, n. 3, p. 536-553, 2011.

SOUZA NETO, João Clemente de. A rede de proteção de crianças e adolescentes como espaço pedagógico de politicidade dos conselhos municipais. **Revista Brasileira da Adolescência e Conflitualidade**, v. 7, p. 40-57, 2013.

_____. Crianças e adolescentes afrodescendentes e o sistema de proteção integral. **Laplage em Revista** (Sorocaba), v.2, n.3, set/dez, p.122-135, 2016.

_____. **Crianças e adolescentes abandonados: estratégias de sobrevivência.** 2ª. Ed. São Paulo: Arte Impressa, 2002.

SUTTON, Alison. Prefácio. In: RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2004.

TINOCO, Valéria; FRANCO, Maria Helena Pereira. O luto em instituições de abrigamento de crianças. **Estudos de Psicologia**, v. 28, n. 4, p. 427-434, 2011.

TRIVELLATO, Aline Jacob; CARVALHO, Cíntia; VECTORE, Celia. *Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil.* **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, n. 2, p. 299-307, 2013.

TOMÁS, Débora Nogueira; VECTORE, Celia. Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 3, p. 576-587, 2012.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BELFORE-WANDERLY, M.; BÓGUS, L. e CARMELITA, M. (Orgs). **Desigualdade e a questão social.** 2ª. ed., São Paulo: EDUC, 2000.

WOODHEAD, Martin; FAULKNER, Dorothy Mary. Sujeitos, objectos ou participantes? Dilemas da investigação psicológica com crianças. In: CHRISTENSEN, P. e JAMES, A. (Org.). **Investigação com crianças: perspectivas e práticas**. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, p. 1-28, 2005.

ANEXOS

Anexo 1

Quadro I – Artigos científicos selecionados para aproximação e diálogo

	Título	Autor	Ano de Publicação
1	Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças.	Rosa EM, Santos AP dos, Melo CR da S, Souza MR de	2010
2	Abrigo, Pobreza e Negligência: percursos de judicialização.	Nascimento ML do	2012
3	Perfil e Trajetória de Educadores em Instituição de Acolhimento Infantil.	Cavalcante LIC, Corrêa L da S	2012
4	Perfil Mediacional de Mães Sociais que Atuam em Instituições de Acolhimento.	Tomás DN, Vectore C	2012
5	Acolhimento Institucional na Assistência à infância: o cotidiano em questão.	Guedes CF, Scarcelli IR	2014
6	Significados Atribuídos por Mães Acerca do Acolhimento Institucional, Reintegração e Rede de Atendimento.	Rocha PJ, Arpini DM, Savegnago SDO	2015
7	Vínculos entre Crianças em Situação de Acolhimento Institucional e Visitantes da Instituição.	Sousa KK, Paravidini JLL	2011
8	O luto em instituições de abrigamento de crianças.	Tinoco V, Franco MHP	2011
9	Um estudo sobre o acolhimento precoce inspirado no Método Bick.	Golin G, Benetti SP da C, Donelli TMS	2011
10	Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas.	Chaves CMP, Lima FET, Mendonça LB de A, Custódio IL, Matias ÉO	2013
11	Estudo do “Age and Stages Questionnaires” com cuidadores de crianças institucionalizadas.	Cruz EJS da, Dias GB, Pedroso J da S	2014
12	Linguagem Receptiva e Expressiva de crianças institucionalizadas.	Franco EC, Lopes AC, Lopes-Herrera AS	2014
13	Desempenho de vocabulário em crianças pré-escolares institucionalizadas.	Misquiatti ARN, Nakaguma PG, Brito MC, Olivati AG	2015
14	Fatores relacionados à Institucionalização: perspectivas de crianças vítimas de violência intrafamiliar.	Gabatz RIB, Padoin SMM, Neves ET, Terra MG	2010
15	Do faz de conta à realidade: compreendendo o brincar de crianças institucionalizadas vítimas de violência por meio do brinquedo	Giacomello KJ, Melo L de L	2011
16	Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil.	Trivellato AJ, Carvalho C, Vectore C.	2013